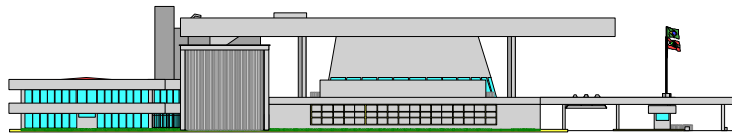


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LIX

FLORIANÓPOLIS, 01 DE SETEMBRO DE 2009

NÚMERO 6.081

16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa
MESA

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Joares Ponticelli

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Júnior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Edison Andrino
Ismael dos Santos
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice-
Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Pedro Uczai - Presidente
Antônio Aguiar - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Genésio Goulart
Professor Grandó
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Maria Aparecida Orsi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2081
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 071ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 26/08/2009..... 2
Ata da 036ª Sessão Extraordinária
da 16ª realizada em 26/08/2009 19
Ata da 037ª Sessão Extraordinária
da 16ª realizada em 26/08/2009 23

Atos da Mesa

Atos da Mesa 24

Publicações Diversas

Atas da Procuradoria 24
Atas das Comissões Permanentes
..... 25
Extratos 26
Ofícios 26
Portarias 27
Projetos de Lei 28
Projeto de Lei Complementar 30
Redações Finais 31
Relatório 34

PLENÁRIO

ATA DA 071ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dionei Walter da Silva - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Professor Grando - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Comenta matéria do DC sobre o corte no Orçamento federal de recursos para Santa Catarina.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Critica o corte de recursos da União para SC; ex-

terna sua preocupação com a normativa da secretaria da Educação sobre as cantinas das escolas.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Afirma que a senadora Ideli Salvatti mente para o povo catarinense.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Procede a um histórico das relações dos praças da PMSC com o Poder Executivo do estado nos últimos anos.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Propõe moção de repúdio ao governo federal pelos cortes dos recursos no Orçamento da União destinados a Santa Catarina.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Tece críticas ao governo federal e à senadora Ideli Salvatti em função dos cortes no Orçamento federal.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Posiciona-se contra os cortes no Orçamento da União.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Requer a emissão de moção de repúdio ao ministro das Cidades e ao do Planejamento em função dos cortes efetuados nos recursos destinados ao estado.

Partidos Políticos

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Analisa as conquistas e as decepções dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros quanto à questão salarial.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Discorre sobre a situação dos proprietários de terras no norte/nordeste catarinense atingidos pela sua definição como reserva indígena.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Dá notícias da inauguração da nova EEB Paulo Schieffler, em Caçador.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Reporta-se ao debate na área da saúde com a diretora-geral da SES, a presidente da Associação dos Hospitais e a direção da Federação dos Hospitais de Santa Catarina; elogia o deputado Julio Garcia, que deixará a Alesc para ser conselheiro do TCE.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Lamenta a saída do deputado Julio Garcia da Alesc; relata a história e os encontros da família De Luca.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Defende o governador dos ataques do deputado Sargento Amauri Soares.

DEPUTADA ADA DE LUCA (aparte) - Diz que trará números que comprovam o bom tratamento dado pelo governador às Polícias de SC.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Concorde com o debate sobre os números acerca da Polícia Militar de SC.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Elogia o governo federal pelas providências quanto à ferrovia litorânea; critica o poder central pelos cortes nos recursos destinados a SC; mostra sua indignação na questão das terras indígenas no norte/nordeste do estado.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Justifica os cortes do governo federal nos recursos catarinenses.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (aparte) - Retruca o deputado Décio Góes, afirmando que os recursos cortados significavam muito para o vale do Itajaí.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Convoca os membros do Fórum Parlamentar de Discussão das Demarcações de Terras Indígenas no Norte/Nordeste de Santa Catarina para uma reunião.

DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA (pela ordem) - Registra a presença da presidente da Associação dos Desabrigados e Atingidos da Região dos Baús, em Ilhota, e de vereadores de Jaraguá do Sul e Schroeder.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Relata suas atividades nos 60 dias em que esteve ausente da Casa e defende o governo federal dos ataques da Oposição.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Manifesta sua satisfação pelo retorno da deputada Ana Paula Lima.

DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA (pela ordem) - Requer a oitiva da presidente da Associação dos Desabrigados e Vitimas do Morro do Baú, da cidade de Ilhota.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Registra a presença dos formandos de Pedagogia de Garopaba.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Sauda a deputada Ana Paula Lima em seu retorno e afirma que começa mal fazendo acusações sem nome nem valores.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Responde que o Ministério Público já está apurando as denúncias.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Refere-se à moção que pede a unificação das eleições no Brasil.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Ressalta a importância da proposta de unificar as eleições no país.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Informa que o TCU liberou as obras do porto de Itajaí; registra a presença ex-deputado Gilson dos Santos.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Deseja bom retorno à Casa, em 2011, ao ex-deputado Gilson dos Santos.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Sauda o ex-deputado Gilson dos Santos.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Destaca a presença de visitantes de Laguna que reivindicam a instalação de uma UTI no Hospital de Caridade Bom Jesus.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Sauda os vereadores de Luis Alves presentes na Casa.

Ordem do Dia

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Registra a presença do presidente da Câmara Municipal de Içara.

DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA (pela ordem) - Elogia a manifestação da presidente da Adarb.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Alerta que a luta da Adarb não deve ser politizada.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Mostra sua indignação com a falta de solução para os problemas do Morro do Baú, em Ilhota.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (pela ordem) - Exemplifica no que o Legislativo pode ajudar para resolver a questão do Morro do Baú.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Lembra que o governo federal acaba de cortar recursos destinados a obras de prevenção de cheias.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Apoiar as reivindicações da Adarb.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Expõe sua luta por uma reforma tributária e por mais justiça social.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Apela pela conclusão da SC-483 entre Jacinto Machado e Ermo; informa participação em audiência pública que tratará da criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo no Brasil.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Registra a presença de Fernandes Luiz Andretta, de Chapecó.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Aborda os cortes das emendas parlamentares catarinenses ao Orçamento da União.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Ressalta a injustiça contra SC no corte de recursos do Orçamento federal.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Mostre-se indignado com os cortes que atingem a área da educação.

DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Defende a senadora Ideli Salvatti; comenta a entrevista de Everardo Maciel sobre a Petrobras e a ministra Dilma Rousseff.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Opina que os tucanos devem preocupar-se mais em resolver os problemas catarinenses.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Lembra que foi discriminado, como prefeito da capital, em repasses de recursos federais.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Contradita as afirmações do deputado Dionei Walter da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Marcos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente e srs. deputados, assomo à tribuna desta Casa para me dirigir a todos os catarinenses através da TVAL e da Rádio Alesc Digital.

No dia de ontem, sr. presidente e srs. deputados, falava desta tribuna sobre a pendência do PAC no Brasil, pois chega a R\$ 115 bilhões o déficit que ficará para o próximo governo. Mostrei também uma

matéria que trata da patinação do programa Minha Casa, Minha Vida. Disse ainda que Santa Catarina, ao longo desses últimos anos, vem sendo penalizada pelo governo federal, que para cá não remete o dinheiro que é de direito de todos nós catarinenses.

Mas o deputado Décio Góes, que, inclusive, não está no plenário neste momento, ocupou em seguida a tribuna e disse que este deputado, ao fazer o discurso, estava dizendo asneiras. E depois do deputado Décio Góes subiu nesta tribuna o deputado Dionei Walter da Silva, que também não está presente no plenário para escutar este deputado, e disse: "O deputado Marcos Vieira está brabo". E afirmou ainda que eu me pautava pela grande imprensa nacional, como os jornais *O Estado de S.Paulo* e *A Folha de S.Paulo*.

Quero dizer a todos os senhores e as senhoras que não é mentira o que está aqui. Mas hoje não vou-me pautar pela grande imprensa nacional, deputado Ismael dos Santos, e sim pela grande imprensa catarinense. E gostaria de fazer um desafio à bancada do PT para ocupar, na tarde de hoje, a tribuna e dizer que a manchete estampada, hoje, no caderno especial do *Diário Catarinense*, que diz: "Orçamento, tudo pela metade", não é verdadeira.

Eu desafio a bancada do PT a vir a esta tribuna para dizer que é mentira, que não é verdade. Que diga que o governo federal tem dado o que é necessário para Santa Catarina, mas que prove. Ou será que o jornal *Diário Catarinense*, deputado Genésio Goulart, está mentindo? Eu quero que a bancada do PT venha para esta tribuna dizer que é verdade, que o jornal *Diário Catarinense* tem razão e que vai exigir uma ação firme, concreta, rápida, do governo federal, para que as emendas parlamentares não sejam cortadas pela metade.

Só para as obras de prevenção a desastres, deputado Ismael dos Santos, v.exa. que é de Blumenau, o ministério da Integração Nacional cortou todos os investimentos previstos para Santa Catarina, no valor de R\$ 50 milhões. Zerou! Não tem mais nada! Já o ministério das Cidades podou outros R\$ 45 milhões. Logo para Santa Catarina, que foi o estado mais atingido pelas enchentes no ano passado e que corre risco de sofrer novos desastres climáticos se o dinheiro não vier.

Mas desde o lançamento, o PAC, Plano de Aceleração do Crescimento, vive aos trancos e barrancos, com enormes dificuldades de acelerar o ritmo de obras e o deputado Dionei Walter da Silva veio à tribuna ontem e disse que nunca viu tantas obras em Santa Catarina.

Já se vão, deputado Moacir Sopelsa, sete anos do trecho sul da BR-101. Deputado Genésio Goulart, v.exa. que é de Tubarão, a previsão é de que seja concluída somente em 2014. Os principais trechos da BR-101 sul nem projeto têm ainda, então imaginem quando é que vão iniciar essas obras? E a origem do problema está na falta de planejamento do governo federal. O povo brasileiro não aguenta mais encher o cesto de imposto para o governo federal. Um dinheiro que é mal gasto, um dinheiro que está sendo mal aplicado e o peso dos impostos do Brasil aumentou para

mais de 35% em cima do trabalhador. A nossa carga tributária é o dobro da do Japão.

Nós, catarinenses, recolhemos aos cofres públicos ainda muito mais. Em 2008, recolhemos para os cofres federais R\$ 13 bilhões. Sabem quanto o governo federal devolveu para Santa Catarina por intermédio de investimento do PAC, de 2007 a 2009, somente R\$ 690 milhões. Vejam a planilha que fiz para os telespectadores. Observem a diferença, R\$ 13 milhões de impostos remetidos para Brasília e somente R\$ 600 milhões vindos para Santa Catarina.

Nós, catarinenses, não aguentamos mais tantos impostos que estamos pagando. Se de R\$ 1,9 bilhão que foi prometido pelo PAC só vieram R\$ 600 milhões, volto a frisar, peço à bancada do PT que venha a esta tribuna Casa e diga onde está o outro R\$ 1,3 bilhão do PAC prometido em 2007, para ser aplicado até o final de 2010? Onde está a modernização dos portos de Itajaí, de São Francisco do Sul? Onde estão a duplicação das BRs-280 e 470, o término do trecho sul da BR-101? Cadê a construção do Aeroporto Internacional Hercílio Luz, de Florianópolis? Onde estão a duplicação de trechos críticos da BR-282, o novo terminal aéreo de Joinville, o terminal de cargas de Jaguaruna, os portos de Imbituba e Laguna? Cadê os melhoramentos nas BRs-153 e 163? Onde estão o aeroporto de Correia Pinto e a modernização dos aeroportos de Videira e Caçador? Os recursos necessários para essas obras tão importantes em Santa Catarina onde estão?

Nós, que trabalhamos tanto, que recolhemos muitos impostos estamos tendo muito pouco retorno do governo federal. Não podemos mais ficar à espera dessas obras. Este Parlamento tem que se unir e exigir do presidente Lula, dos ministros, do governo federal, em suma, que acelerem a liberação dos recursos.

O jornalista Moacir Pereira foi muito feliz hoje, em sua coluna, quando abordou o tema no *Diário Catarinense*. Com muita propriedade disse que o governo federal não procura cortar suas próprias gorduras e na contramão da história aumenta despesas de custeio, abrigando os seus apadrinhados. E um exemplo disso é a Receita Federal. Partidarizaram a Receita Federal, partidaram a Petrobras, nunca neste país uma empresa pública esteve tão privatizada, tão terceirizada quanto a Petrobras. E o mais grave é que, hoje, o governo federal fica com 65% de todos os impostos que recolhe e repassa migalhas aos estados e aos municípios. Aos estados somente 22% e aos municípios menos ainda, 13%.

Srs. deputados, precisamos rever o pacto federativo para que haja melhor distribuição de impostos. A desigualdade no país se acirrou com a concentração da arrecadação de recursos da União, e com o corte de mais 50% das emendas parlamentares, Santa Catarina passou a ter menos do que o Piauí.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Ismael dos Santos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. Deputados...

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - A senadora Ideli Salvatti está ao vivo, neste momento, no Senado, colocando a culpa do atraso do porto de Itajaí nas empreiteiras que participaram da carta convite e não deram andamento. Então, ela novamente está enganando a sociedade de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Deputados José Natal e Marcos Vieira, tenho até evitado pautar os meus discursos por temas em nível nacional, mas hoje, deputado Kennedy Nunes, preciso fazer isso.

Deputado Marcos Vieira, v.exa. trouxe uma manchete aqui, mas pela metade. Eu não sou jornalista, mas se fosse, daria outra manchete. Aliás, estou em dúvida, eu não sei se chamaria de "a tragédia da tesoura" ou de "a tesoura da tragédia". Porque foi exatamente isso que o presidente Lula fez quando assinou o decreto publicado no Diário Oficial da União cortando R\$ 161 milhões da previsão orçamentária para Santa Catarina. Curiosamente, todos os demais estados da federação tiveram um corte de, no máximo, 25%. Santa Catarina teve um corte, um enxugamento de 50% do seu volume de recursos federais.

Srs. deputados, o mais grave dessa tesoura, deputado José Natal, é que ela cortou o já fragmentado coração da calamidade, da tragédia de 2008, que foi o vale de Itajaí, que teve uma redução no Orçamento de 89%. Tínhamos previstos R\$ 98,2 milhões de investimentos para a região e com o corte do presidente Lula ficamos com apenas R\$ 12,4 milhões.

Eu fui pesquisar um pouquinho pela manhã e uma das obras que acabaram sendo prejudicadas por essa iniciativa do presidente da República foi oanel viário de Gaspar, para onde estavam previstos R\$ 19 milhões; esse valor caiu para R\$ 5 milhões. Já para o porto de Itajaí/Navegantes, de R\$ 11 milhões caiu para R\$ 2,8 milhões; a duplicação da BR-470, por onde passam 25 mil veículos/dia, praticamente, o mesmo número que passa pela BR-101, de R\$ 17 milhões de investimentos caiu para R\$ 4 milhões; e, sobretudo, as obras preventivas a desastres.

Nós estivemos com integrantes do Fórum Parlamentar Catarinense, deputado Jean Kuhlmann - que agora chegam ao plenário -, que certamente falarão também sobre o assunto nesta tarde. A Comissão de Acompanhamento de Calamidades Climáticas em Santa Catarina havia garantido, no Orçamento, exatamente R\$ 50 milhões para investimentos em equipamentos e serviços. O que restou, deputado? Zero! Não deixaram nada, zeraram, não deixaram um centavo para as obras de prevenção ou para equipamentos. Obras, como disse, preventivas a desastres. É a tragédia da tesoura. Lamentavelmente, esse teatro trágico tem um grande protagonista, que tem em suas mãos uma tesoura, o presidente Lula. Fica aqui o nosso repúdio. Espero que a Fórum

Parlamentar Catarinense possa reagir rapidamente e tentar de algum jeito reverter essa situação.

Sr. presidente, srs. deputados, gostaria também de expressar aqui a minha preocupação com relação à normativa da secretaria estadual de Educação, sobre as cantinas nas escolas. É um assunto pelo qual tenho sido cobrado por alguns orientadores escolares e, inclusive, pela APP - Associações de Pais e Professores -, que têm me procurado pelo seguinte:

(Passa a ler.)

"A secretaria estadual de Educação emitiu uma nota orientando os estabelecimentos de educação pública em Santa Catarina para que não permitam a comercialização de espaços destinados às cantinas, senão via processo licitatório."

Até aí parece que a coisa é positiva. O problema é que isso acaba prejudicando diretamente as nossas crianças e, sobretudo, as APPs. E fiz uma rápida matemática. Por exemplo, uma escola que tenha cerca de mil alunos, digamos que 30% comprem lanches na cantina, no valor médio de R\$ 2,00. Matematicamente teríamos um faturamento de R\$ 600,00 por dia e R\$ 12 mil por mês. E aí fiz também um levantamento junto a algumas APPs sobre o que investem para esse cenário: R\$ 7,8 mil de lanches comprados diretamente da indústria ou de distribuidores; pagamento de três funcionários com o piso da categoria de R\$ 2,7 mil, o que daria R\$ 10,5 mil; diminuindo-se dos R\$ 12 mil, sobriariam R\$ 1,5 mil. Sem contar água, luz, impostos, contabilidade, enfim, paga-se para trabalhar.

Por isso, além de ser um órgão fiscalizador da qualidade do ensino nas nossas escolas públicas, orientando também os nossos alunos e participando das administrações das escolas, as APPs contribuem para a manutenção dos diferentes programas dos nossos estabelecimentos escolares.

Por isso, estou encaminhando um requerimento a secretaria estadual de Educação, para que estude a viabilidade de autorizar um convênio entre as APPs e o governo estadual, permitindo que as referidas associações possam também ter a oportunidade de administrar as cantinas nas escolas públicas estaduais. Nós entendemos que a valorização das nossas Associações de Pais e Professores é um ponto mais do que justo, pois quase no anonimato fazem um trabalho meritório, entusiástico junto aos nossos estabelecimentos educacionais.

Era isso, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, público presente à sessão desta tarde, quero estabelecer um diálogo hoje sobre uma intervenção do deputado Moacir Sopesa, no microfone de aparte, esse colega pelo qual tenho apreço porque tem grande experiência na vida

pública, foi secretário da Agricultura e também porque tem origem rural, assim como este parlamentar que usa a tribuna neste momento.

Mas gostaria de estabelecer justamente esse debate buscando fazer um apanhado dessa luta de oito anos dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros que, evidentemente, tem a sua continuidade nos últimos dois anos e oito meses com este praça da Polícia Militar neste Parlamento e nos últimos seis anos e oito meses com o governador Luiz Henrique da Silveira no Centro Administrativo, no cargo máximo do Poder Executivo do estado de Santa Catarina.

Tivemos conquistas, sim, ao longo desse período, e conquistas importantes, deputado Moacir Sopelsa, para não dizer exclusivamente no primeiro mandato. Tivemos conquistas importantes.

A Aprasc fez oito anos no dia de ontem, e saudamos aqui todos os companheiros aprasqueanos, que em 2001, numa situação bastante adversa, em que nós, praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, havíamos sido escanteados pelo governo, enquanto a cúpula da instituição - e quero fazer aqui apenas uma análise objetiva - havia recebido dois soldos e meio de gratificação daquele governo, o governo de Esperidião Amin. Esse valor monetário era entre R\$ 1.200,00 e 1.700,00, em dezembro de 2000.

Naquela ocasião, os praças que lutaram junto com os oficiais para que houvesse aquela conquista, receberam cadeia. Foram punidos, enquanto os oficiais receberam um aumento significativo de salário. Por conta disso, percebemos que estávamos desorganizados e sem representação e construímos a Aprasc.

Diziam que a Aprasc não daria em nada, que seria mais uma; depois, diziam que bastava umas cadeias para o Soares, para o JCosta, para o Tito, para o Sobrinho, para o Fontana, para o Rodrigues, que a turma colocaria o rabo no meio das pernas e desapareceria e que, portanto, não daria em nada aquele movimento que estávamos criando. Mas enfrentamos toda a sorte de tempestades que houve naquele final de 2001 e no ano inteiro de 2002. Lutamos de forma brava para mudar o governo. E no segundo turno vestimos uma camisa para mudar o governo, e os deputados do Partido Progressista sabem bem disso.

Em 2003 discutimos durante o ano inteiro uma nova lei salarial, com 17 reuniões. Veio o projeto para cá no dia 29 de agosto e foi aprovado no dia 13 de novembro, com aplausos dessas galerias lotadas de praças. Essa lei foi sancionada pelo governador Luiz Henrique no dia 15 de dezembro. Entre a aprovação e a sanção houve aquele episódio em Joinville, da Marlene Rica, envolvendo as autoridades que todos aqui sabemos quais são, e fomos passados para trás. O que a Lei n. 254 tinha de positivo para os oficiais e para dos delegados foi colocado em prática, e estavam lá e organizaram aquela festa naquela noite, em Joinville. Em janeiro de 2004 eles receberam tudo o que a Lei n. 254 poderia dar-lhes, mas nós ficamos no pincel. Lutamos durante todo o ano de 2004, com manifestações; chegamos a ir

para a ponte. No dia 15 de setembro de 2004 fechamos a ponte. No dia 1º de dezembro de 2004 iríamos paralisar a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros porque não tínhamos dinheiro até o dia 29, mas no dia 30 de novembro apareceram R\$ 250,00 de abono, aprovado aqui no dia seguinte. Vinte e quatro horas antes não havia dinheiro, mas o projeto veio para cá e foi aprovado nesta Casa numa única tarde, junto com a Conta Única, eis que essa era uma das condicionantes.

Voltamos a ficar amigos do governador, que em 15 de maio de 2003 havia anistiado as punições dadas no governo anterior, todas elas. Em 2005 ele nos anistiou de novo das cadeias que havíamos recebido em 2004, quando travou a Lei n. 254 por causa do episódio da Marlene Rica. Em 2005, além desses R\$ 250,00 de abono a partir de janeiro, conseguimos aqui no dia 1º de dezembro de 2004, em outubro, tivemos mais 20%. E foi a última vez que tivemos incremento salarial: 10 de outubro de 2005.

Acreditamos no governador Luiz Henrique quando disse que pagaria integralmente a Lei n. 254. Várias outras autoridades disseram e ele nos garantiu que no começo de 2007, assim que retornasse ao palácio, colocaria no papel a forma de pagar. Mas isso não aconteceu, deputado Moacir Sopelsa.

O PDT foi participar do governo. Fizemos várias tentativas, várias reuniões, e sempre que o assunto era a Lei n. 254 mudavam de pauta e ficava para semana que vem, para dali a 15 dias.

Em maio de 2007 a Aprasc e milhares de praças fizeram manifestações. Não ganhamos nada e o governo disse que por causa da manifestação não conversaria mais conosco. Assim foi durante todo o ano de 2007, e no dia 30 de novembro de 2007, há menos de dois anos, o governador Luiz Henrique disse, numa formatura da Academia da Polícia Militar, a um palmo de distância do meu nariz, disse que iria negociar conosco quando ele quisesse. Passou o ano de 2008 inteiro, já estávamos há três anos com os salários congelados, quando houve aquela manifestação no final de dezembro, em que passamos o Natal na porta dos quartéis. Achávamos que o comando, que outras autoridades, que os oficiais tomariam posição. Realmente naquela época tomaram posição, sim, mas para nos punir. E agora, nos meses de junho e julho, insurgiram-se contra o governador e deixaram de trabalhar em horário de expediente, para fazer assembleia dentro do comando-geral. E estamos há oito meses levando chicotada do comando da Polícia Militar, com respaldo do governador Luiz Henrique, que disse, no dia 26 de dezembro, que era para punir exemplarmente.

Nunca imaginei que o estado democrático de direito, que dizem existir aqui no Brasil e em Santa Catarina, pudesse ser aviltado da forma com está sendo. Já tivemos cinco companheiros excluídos da Polícia Militar, os dois últimos ontem: o sargento Tito Leonir, de Campo Erê, e o jovem que está do lado, que foi da Força Nacional de Segurança pelo excelente policial militar que é, foi excluído agora, um mês atrás.

O sargento Souza foi excluído no dia 5 de maio, aniversário da Polícia. E no dia 6 de junho, o desembargador Luiz Fernando Boller disse que ele deveria ser reintegrado. Mas o comando da Polícia Militar levou um mês e dois dias para chamá-lo de volta para o quartel, e no dia seguinte, deputado Moacir Sopelsa, excluiu o militar de novo, no mesmo processo, sem mais nenhum documento, sem nenhuma prova, sem nenhuma testemunha. Demorou 32 dias para obedecer ao desembargador e no dia seguinte desrespeitou a vontade do desembargador de novo, excluindo por outro motivo, no mesmo processo. No dia 9 ele foi excluído de novo, houve novo recurso judicial e no dia 13 de agosto, agora, há 15 dias, o mesmo desembargador Luiz Fernando Boller disse que ele deveria ser reintegrado à Polícia Militar imediatamente. No mesmo dia informou à Polícia Militar e 13 dias depois o comandante ainda não fez nada, srs. deputados, nada! Não respeita o Poder Judiciário o comandante da Polícia Militar! Ele tem chefe. E não respeitar o Poder Judiciário é crime militar, art. 349. É isso, JCosta? O comandante da Polícia Militar tem chefes, o secretário Ronaldo Benedet e o governador Luiz Henrique.

Então, como vamos falar bem, se estamos tomando somente chicotadas, há dois anos e sete meses, principalmente nos últimos oito meses? Não temos o que dizer. Mas voltaremos a falar nas conquistas e nas não conquistas em outra oportunidade, desta tribuna.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - O próximo orador inscrito é o deputado Jean Kuhlmann, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares, quero aqui somar o meu pronunciamento ao já feito, nesta tarde, pelo deputado Ismael dos Santos e também a uma parte do pronunciamento feito pelo eminente deputado Marcos Vieira, porque talvez, deputado Genésio Goulart, qualquer coisa que eu queira falar nesta tribuna, de qualquer forma que eu me expresse não será o suficiente para mostrar a indignação não apenas minha, srs. deputados, mas a indignação do povo de Santa Catarina, especificamente do povo do vale do Itajaí, com um governo federal, deputado Marcos Vieira, como v.ex.a. já falou na tribuna, mentiroso, mediocre, um governo que engana o povo de Santa Catarina, um governo liderado por um presidente da República que, na época, na catástrofe, srs. parlamentares, veio sobrevoar o vale do Itajaí, veio sobrevoar Santa Catarina e dizer que não ia faltar dinheiro para a reconstrução do nosso estado, principalmente do vale do Itajaí.

Não preciso dizer que ouvi alguém falar isso porque, deputado Sargento Amauri Soares, eu mesmo vi quando o presidente Lula foi a Blumenau, a um abrigo onde as pessoas estavam morando provisoriamente, abraçar uma criança, beijar uma criança e dizer em alto e bom som que não faltariam recursos para a reconstrução de Santa Catarina e do vale de Itajaí. Agora, olhamos as páginas dos jornais catarinenses e

vemos somente cortes e mais cortes de recursos para a reconstrução do vale de Itajaí, do estado de Santa Catarina.

O próprio deputado Ismael dos Santos, que me antecedeu, falou muito bem de tudo o que está acontecendo e da indignação do povo. Agora, não podemos permitir que um presidente venha aqui dizer que não vai faltar dinheiro e mentir descaradamente, venha aqui e engane a população. Não podemos permitir que agora simplesmente os recursos destinados, srs. parlamentares, sejam cortados em aproximadamente 87%. Isso não é 10%, 15%, 20%. Isso não é adequação orçamentária! Isso é brincar com o povo de Santa Catarina e principalmente com o povo do vale de Itajaí.

Já foi dito aqui, mas não me vou cansar de repetir: foram cortados cerca de R\$ 150 milhões, R\$ 160 milhões destinados à reconstrução do vale, deputado Narcizo Parisotto; dos R\$ 311 milhões destinados no início, ficaram apenas cerca de R\$ 140 milhões.

E quero parabenizar o colunista Roberto Azevedo, que coloca de forma muito inteligente:

(Passa a ler.)

"O Planalto decidiu que depois de passar pela pior tragédia natural já registrada no estado de Santa Catarina deve receber agora menos recursos do que Rondônia e do que Piauí."

Deputado Ismael dos Santos, menos do que Rondônia e Piauí! Isso é uma vergonha nacional! Isso é um absurdo! Isso é brincar com a nossa gente! É brincar com a população! E tudo isso feito através de um decreto assinado no dia 11 de agosto e que só agora, só agora! aparece para a população ter conhecimento.

O próprio jornalista Cláudio Prisco Paraiso coloca outra situação para a qual quero pedir a atenção dos senhores e da sociedade catarinense:

(Passa a ler.)

"O mais triste ainda como resultado é que esse corte não foi linear, não foi igual para todos, foi pautado pelas prioridades políticas."

Isto foi dito pelo colunista Prisco Paraiso: foi pautado pelas prioridades políticas!

Joinville, por exemplo, vai ficar com R\$ 20 milhões para o desenvolvimento urbano. Os cortes foram concentrados nas prefeituras, deputado José Natal, administradas por partidos que não apoiam o governo Lula. Ou seja, política suja, pura politicagem, enquanto o povo está pedindo casa para morar, está pedindo local decente para levar sua família, porque perdeu tudo, o governo Lula vem fazer política, vem fazer sacanagem com nosso povo, com nossa gente! Isso é um absurdo! Isso é uma vergonha! Nós não podemos admitir isso calados. Então, se a prefeitura é do PT, não corta; se a prefeitura não é do PT, vamos cortar, porque não importa o povo e não importa a gente que mora na cidade.

Esse governo disse, e vou repetir, que não iria faltar dinheiro para a reconstrução do estado! Agora, olhem para o partido dele, para os prefeitos do seu partido. Ele só corta onde não é do seu partido. Isso não é olhar para a gente, isso não é olhar para o povo. Isso é fazer com

que o aparelhamento do governo cuide apenas daquilo que interessa a ele mesmo, deputado Antônio Aguiar. E aí, dentro dos 87% de corte que o vale sofreu, srs. deputados, dos cerca de R\$ 98 milhões ficaram apenas R\$ 12 milhões, deputado Ismael dos Santos. Para o anel viário de Gaspar, como v.exa. falou, de R\$ 19 milhões ficaram somente R\$ 5 milhões.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Antes de falar da BR-470, deputado José Natal, antes de falar dos desastres naturais, das obras e dos recursos para prevenção, ouço v.exa., com muito prazer.

O Sr. Deputado José Natal - Deputado Jean Kuhlmann, a radiografia desses cortes mostra que eles são nada mais nada menos do que um ato político do governo Lula com Santa Catarina. O deputado Paulinho Bornhausen bate no governo todos os dias; o PSDB, do nosso deputado Gervásio Silva, que é o coordenador da bancada catarinense em Brasília, também não apoia o governo Lula. O que aconteceu? Fizeram esses cortes. E amanhã a senadora vai ao governo, tenta reverter essa maracutaia política - porque isso é política mesmo, não é um ato de governo - para levar os louros de que ela é quem articula no governo federal em favor de Santa Catarina. Como se ela tentasse reverter.

Então, isso aí foi uma discriminação política e concordo em gênero, número e grau com o pronunciamento de v.exa. Nós estamos fadados a este governo do programa de aceleração da corrupção, porque não é Programa de Aceleração do Crescimento, é programa de aceleração da corrupção que diariamente vivenciamos através de imprensa.

Ontem, o presidente Lula ainda chamou o senador Aloizio Mercadante de viciado porque ficava brincando no *twitter*. Presenciar um presidente do nosso país seguir essa linha é coisa de política contra o povo de Santa Catarina, porque já disse nesta Casa que o presidente Lula não conhece o sul do Brasil e muito menos o nosso estado. Ele vem aqui passear, ver os netos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Deputado José Natal, quero parabenizá-lo pela sua colocação. Realmente, eu não tinha pensado nisso, deputado José Natal.

A senadora Ideli Salvatti, depois de abraçar o senador José Sarney, depois de salvar o couro e a pele dele, agora deve ter pedido para fazer o corte, só para ela poder pegar na mão do senador Sarney, abraçá-lo e ir lá dizer: "Vamos juntos salvar Santa Catarina. Vamos juntos buscar os recursos que o governo tirou". Então, juntamente com o senador José Sarney, será que ela vai ter a cara de pau, a coragem, de dizer que ela é que vai recuperar os recursos cortados? Ora, ora, esse governo federal, se fizer isso, não tem mais limites para a corrupção e para a sacanagem.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Para ajudar na sua argumentação, deputado, quero dizer que a média de cortes nos outros estados brasileiros foi em torno de 25%. Em Santa Catarina, no entanto, foi em torno de 50%. Ou seja, estamos pagando a conta. E depois, não foi corte, foi transferência de recursos porque saíram daqui para outros estados.

Já essa questão da senadora Ideli Salvatti com o senador José Sarney talvez explique a nota publicada hoje no jornal, segundo a qual o PMDB passa a conversar com o PT para uma composição em 2010.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - A média nacional de cortes é um pouco mais de 20%; já no vale do Itajaí é de 87%. Não precisa falar mais nada. Os números, deputado Kennedy, justificam.

Por isso, quero, nesta tarde, propor uma moção de repúdio, srs. parlamentares, a esses cortes absurdos e a essa politicagem suja do governo federal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado José Natal, a quem concedemos a palavra por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, primeiramente, quero anunciar com muito orgulho a presença, nesta Casa, tratando de assuntos de Santo Amaro da Imperatriz, do nobre vereador José Carlos Luckmann, o popular Carlinhos, homem que conhece bem aquela terra.

Deputado, já que o tema político desta tarde é a discriminação, a continuidade da discriminação do governo federal com Santa Catarina, gostaria de dizer que todos nós, independentemente de cor partidária, devemos, sim, aprovar uma moção de repúdio ao governo federal por essa atitude tomada de cortar os recursos de investimento do nosso estado.

Não quero ser repetitivo, mas isso tudo é uma questão focada na eleição da senadora Ideli Salvatti, porque ela tenta a cada dia que passa ser a mãe de tudo o que acontece de certo em Santa Catarina. Ela dá os passos para que as coisas aconteçam erradamente e depois procura, com aquele jeito matreiro e deselegante do PT de fazer política, o jeito da rasteira, com ar de boa samaritana resolver o problema.

Como parlamentares de Santa Catarina não podemos permitir que a bancada catarinense seja responsabilizada pela sociedade de Santa Catarina, em todos os níveis, por esses cortes de recursos por parte do governo federal. Devemo-nos unir e, a partir deste momento, sr. presidente, colocar em discussão - e requeiro verbalmente aqui - um requerimento, a ser aprovado pelos srs. deputados, de repúdio ao governo federal, ao corte de recursos para tantas obras que Santa Catarina pleiteia e necessita para continuar no caminho do desenvolvimento, no caminho do resgate do crescimento econômico, porque o nosso estado sofreu uma queda tão significativa quanto os outros estados da federação.

O governo federal gasta milhões para vir aqui passear, ver como a situação está e três meses após tudo isso, após

fazer promessas à sociedade de Santa Catarina e aos seus representantes, toma uma atitude como a da noite de ontem.

Então, deixo aqui, sr. presidente e srs. deputados, o meu repúdio como parlamentar de Santa Catarina a mais um gesto praticado pelo governo federal contra o nosso estado, contra a nossa gente, essa massa que produz riqueza diariamente e que quer dar continuidade ao seu desenvolvimento, à geração de emprego e renda.

Aqui fica a minha proposta de uma moção de repúdio ao governo federal, especificamente ao ministro das Cidades, ao ministro do Planejamento, pelo ato da noite de ontem, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos pertencem ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, retomo a palavra nesta tribuna porque depois não me sobrará tempo possível nem mesmo para legítima defesa. Mas vamos em frente!

Quero reiterar aqui a informação, ou até corrigi-la se eventualmente a passei de forma incorreta, de que o art. 349 do Código Penal Militar considera crime o descumprimento de determinação judicial. Portanto, o comandante-geral da Polícia Militar tem sido reincidente no caso da exclusão do sargento Souza e da sua reinclusão, eis que ele não aceita e não acata a determinação do Poder Judiciário catarinense, a determinação de um magistrado do nosso TJ, o desembargador Luiz Fernando Boller.

Continuando naquela discussão na qual vinha anteriormente, gostaria de dizer que a Aprasc confiou a sua camisa, o seu brasão, ao governador Luiz Henrique da Silveira, tanto em 2002, no segundo turno, quanto em 2006, também no segundo turno. Fizemos assembleia, coisa que ninguém fez em nosso estado, e não deveríamos ter feito, mas fizemos uma assembleia geral dos praças para discutir. O candidato Esperidião Amin foi lá, falou; depois, foi o candidato à reeleição Luiz Henrique da Silveira, e falou também. Disse, inclusive, que não precisaria vestir fisicamente a camisa da Aprasc, como fizera o candidato que o antecederá, porque ela já fazia parte da sua indumentária, quase parte da sua pele. Isso ocorreu no dia 17 de outubro de 2006.

Tivemos, sim, deputado Moacir Sopelsa, muitas conquistas no primeiro mandato do governador Luiz Henrique da Silveira. E falei lá atrás, naquele mandato, como tenho falado desde 2007 para cá também. No primeiro mandato, o governador Luiz Henrique da Silveira foi o melhor governador que os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros já tiveram em 23 anos, desde que eu deixei de ser agricultor para ser policial militar. No entanto, no segundo mandato a coisa mudou. E eu já dizia lá em maio de 2007, que se continu-

asse assim, seria o pior mandato para nós. Continuou e piorou. Portanto, no segundo mandato, o governador Luiz Henrique tem sido o pior governador que conheci para nós, praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, pelas questões que citei antes e por outras que ainda não consegui falar.

A Lei n. 254, que discutimos lá em 2003, deputado Moacir Sopelsa, deu lugar à Lei Complementar n. 454. Deputado Ismael dos Santos, curiosamente, a Lei Complementar n. 454, agora, agosto de 2009, emperra o sonho de justiça salarial e da escala vertical que constava da Lei Complementar n. 254. Ela a substitui e reafirma a discriminação salarial histórica, ampliando essa discriminação. Sim, existem oficiais que também estão reclamando, principalmente tenentes, capitães, porque estão achando pouco. Mas por aquele monte de penduricalhos criado na Lei Complementar n. 454, todos os oficiais um dia terão acesso a todas aquelas verbas indenizatórias. Quanto aos praças, menos de 5% terão acesso àquilo.

O abono de R\$ 300,00 foi para todos uma miséria parcelada em três vezes. Nós aplaudimos aqui, deputado Moacir Sopelsa, o projeto que deu indenização para os servidores da Segurança Pública, agora, no mês de julho. Mas o que chamam de valorização do militar estadual é uma afronta, é uma ofensa, na verdade, porque não valoriza os militares estaduais, pelo contrário, humilha a maioria dos policiais e bombeiros militares, ou seja, os praças.

O aumento do projeto de valorização é de R\$ 65,00 a R\$ 95,00 para todos os praças. Então, foi implantado aqui um embuste, e o governador Luiz Henrique assinou isso em projeto e sancionou; se houvesse vetado, e falei aqui antes que ele iria sancionar, aplaudiríamos.

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PRB.

Na ausência da representante do PRB, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, vamos utilizar este tempo para tratar de um tema que certamente preocupa todos nós de Santa Catarina, especialmente nós, que somos representantes legítimos do povo catarinense, principalmente daquele que trabalha, que produz e que cumpre rigorosamente com as suas obrigações.

Estamos na iminência de ver mais uma vez acontecer em Santa Catarina o que já vimos acontecer na Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, com relação às terras indígenas.

V.Exas. têm conhecimento de que formamos aqui um fórum permanente para tratar das demarcações de terras indígenas no norte e nordeste de Santa Catarina. Esse fórum é composto por este deputado, que assumiu a presidência, pelo deputado Darci de Matos, como vice-presidente, pelo deputado Kennedy Nunes, que tem função

de secretário, e pelos deputados Antônio Aguiar, Cesar Souza Júnior, Jailson Lima, Professor Grandó e Professora Odete de Jesus.

Gostaria de comunicar aos deputados membros desse fórum que marcamos para terça-feira, às 17h30, em Brasília, uma reunião com o Fórum Parlamentar Catarinense, composto pelos 16 deputados federais e os três senadores, na ala das comissões, na Câmara Federal. Vamos tratar de uma forma específica da questão das demarcações de terras indígenas em Santa Catarina, cujo epílogo já aconteceu, porque circulou na sexta-feira o Diário Oficial da União com a definição dos limites das terras indígenas de Morro Alto, em Araquari. E na segunda-feira, o DOU publicou a definição dos limites das terras indígenas na localidade de Tarumã, em São Francisco do Sul. Isso já foi deliberado pelo sr. ministro da Justiça. E para que os proprietários das terras que foram demarcadas como indígenas tenham que sair e ser indenizados, apenas e tão-somente das benfeitorias, falta apenas a assinatura do presidente da República. A partir do momento em que ele assinar, todas as terras divulgadas no Diário Oficial da União terão que ser desocupadas pelos seus legítimos proprietários, gente que lá está há mais de 100 anos, com sua propriedade legitimamente escriturada.

Essa delimitação que foi protocolada agora, assinada pelo ministro e divulgada através do Diário Oficial da União está criando, na verdade, um latifúndio naquela região, porque nas terras de Tarumã, pelo que me consta, há somente 11 índios para quase 10km² de terra. E isso está criando uma situação extremamente preocupante para nós que não temos as terras e desesperadora para quem é proprietário das terras e que não sabe mais a quem apelar.

Por essa razão, criamos o fórum permanente, porque todos os deputados que acabei de citar estão preocupados com o problema. E tenho a mais absoluta certeza de que todos os srs. deputados, salvo por algum motivo de força maior, estarão presentes, juntamente com este deputado, na terça-feira, às 17h30, na audiência com o Fórum Parlamentar Catarinense, para que possamos formar uma grande força, para que possamos, com o concurso dos deputados federais e senadores, com os prefeitos das regiões atingidas, com os componentes da Associação de Proprietários de Terras de Araquari, Barra do Sul e São Francisco do Sul, e encontrar um norteamento para o que está acontecendo.

Tenho o sentimento de que vai ser muito difícil esse embate, porque assisti a uma entrevista do ministro da Justiça, na madrugada de domingo para segunda-feira, em que ele dizia que tem convicção absoluta de que é importante criar as reservas indígenas porque assim o país terá condições, através das Forças Armadas, de trabalhar muito mais do que nas propriedades particulares. O ministro entende que as terras devem ser indenizadas, mas que as reservas indígenas têm que acontecer.

E neste momento, catarinenses, para coroar a injustiça, somente as benfeitorias serão pagas e ainda com papéis

pobres da União, o que é o pior. Mas na terça-feira que vem, se Deus quiser, haveremos de encontrar um norteamento para isso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PRB.

Com a palavra a deputada Professora Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, demais integrantes da mesa, srs. deputados e amigos que nos acompanham, ouvi o pronunciamento do brilhante colega Nilson Gonçalves, que sempre que assoma à tribuna traz temas importantes. Parabéns v.exa. pelo discurso, deputado.

Cumprimento a deputada Ana Paula Lima que retorna à Casa e de quem estávamos com saudades. Uma parlamentar atuante, que é recebida com o abraço de todos os colegas.

Srs. deputados, na sexta-feira passada estivemos em Caçador, onde acompanhamos a comitiva do governador do estado, juntamente com o secretário da Educação, com os deputados Onofre Santo Agostini, Dagomar Carneiro e o secretário Valdir Cobalchini, inaugurando a Escola Estadual Básica Paulo Schieffler.

Atuei nessa escola por 17 anos, como também residi em Caçador. Quando lá cheguei, iniciei minha atividade na Escola Básica Irmão Léo. Depois, trabalhei na Escola Básica João Santo Damo. Mais tarde fui convidada pelo diretor Ezídio Passeto, que hoje faz parte da secretaria da Educação, a lecionar na Paulo Schieffler, que agora precisava ser reformada, mas o governador Luiz Henrique resolveu demolir e construir outra.

(Procede-se à projeção de imagens.)

Essa escola é moderna e é referência no estado. Como podem ver pelas imagens, estamos cortando a fita e descendo a placa.

Eu pude encontrar lá todos os colegas, professores e diretores. Acho que quem ganha com isso são os alunos e professores. Lá estão todos os meus ex-diretores, os colegas, e assim pude matar a saudade do município de Caçador.

Gostaria de dizer a v.exas. que, infelizmente, hoje alguns alunos querem matar o professor. O professor contribui, ajuda, orienta, transmite conhecimento, ensina o caminho das pedras, mas muitas vezes os alunos vão armados para as escolas. Nós já tivemos o caso até de um professor que foi morto; no Instituto Estadual de Educação, recentemente, uma professora foi agredida e saiu com o olho roxo.

Mas eu trouxe esse tema para a tribuna - e agradeço ao governador Luiz Henrique e ao secretário Paulo Bauer - para mostrar essa magnífica obra em Caçador, que teve, aproximadamente, um gasto de R\$ 3,6 milhões, mas quem ganhou foi a população catarinense.

Eu agradeço a oportunidade ao meu partido e parabéns todos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Professora Odete de Jesus.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de saudar o presidente, deputado Moacir Sopelsa, que tão bem representa o estado de Santa Catarina, a deputada Ada De Luca, as demais deputadas, os senhores, as senhoras e os catarinenses.

Hoje gostaríamos de nos reportar ao debate na área da saúde que realizamos ontem à noite, juntamente com a diretora-geral Carmen Zanotto, com a presidente da Associação dos Hospitais, irmã Sandra, com o presidente e com o diretor da Federação dos Hospitais, dr. Tércio e dr. Braz Vieira, respectivamente.

Quero dizer aos senhores que temos, sim, que nos preocupar, e muito, com a nossa saúde e com os recursos que o governo federal tem que aportar em Santa Catarina, uma vez que o nosso estado é discriminado. O Rio Grande do Sul e o Paraná, em proporção *per capita*, recebem mais dinheiro do que os catarinenses. Por que isso? No passado isso acontecia porque nós, catarinenses, não tínhamos os centros de atendimento. Hoje, na parte de oncologia, temos praticamente o estado inteiro coberto com esses serviços. Porto União tem o serviço de oncologia e Lages, Chapecó e outras cidades já possuem a infraestrutura para atender ao paciente oncológico.

Nós temos ainda em discussão a gripe A (H1N1). Continuam a ocorrer casos e devemos precaver-nos, ficar atentos e cumprir as exigências e os protocolos da secretaria da Saúde, fazendo com que essa pandemia tenha logo, logo decresça, muito embora já estejam prevendo para o ano que vem a continuidade da *influenza* A.

Outro assunto que me traz à tribuna, hoje, é o furacão que atingiu o planalto norte. A cidade de Papanduva foi afetada por esse furacão que provocou o destelhamento de uma escola bem na hora em que os alunos estavam estudando. Graças a Deus não houve nenhuma vítima fatal.

Para Papanduva foram liberados mais de R\$ 100 mil pelo governador Luiz Henrique da Silveira, destinados ao atendimento das vítimas. A cidade de Monte Castelo, do prefeito Aldomir Roskamp, também foi feita uma visita, juntamente com o representante da Defesa Civil, major Alves. E depois da sua competente avaliação técnica, foram liberados R\$ 35 mil para aquele município. Já para o município de Itaiópolis foram liberados R\$ 10 mil.

Nós temos também que nos reportar a um grande deputado que vai deixar esta Casa. O deputado Julio Garcia foi, sem dúvida nenhuma, um baluarte deste Parlamento, uma vez que foi eleito duas vezes presidente por unanimidade. Isso mostra a sua liderança, a sua competência, a sua maneira correta de fazer política com todos os deputados, independentemente de cor partidária. O deputado Julio Garcia foi

um baluarte neste Parlamento e hoje, às 16h, vamos sufragar o seu nome para ingressar no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina como conselheiro.

Por isso, convoco todos os deputados que estão em seus gabinetes para se fazerem presentes nessa grande votação. Certamente este Parlamento irá perder, mas temos certeza de que o Tribunal de Contas irá ganhar um grande líder, uma pessoa que soube fazer política e que irá terminar a sua carreira naquela instituição.

O restante do tempo do partido será ocupado pela nobre deputada Ada De Luca, sr. presidente. Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário do PMDB, com a palavra a sra. deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, primeiramente, quero reportar-me ao nobre companheiro, deputado Julio Garcia, que, infelizmente para nós - e também para ele, porque irá sentir saudades dos colegas -, vai ocupar a vaga de conselheiro do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

O deputado Julio Garcia, que hoje está radicado na cidade de Criciúma, é um exemplo de político, inclusive de presidente da Assembleia Legislativa, e merece o respeito de todos nós - e sei que ele o tem -, de toda esta Casa e dos seus funcionários, pela sua humildade, pela sua tranquilidade, pela sua elegância e pela sua diplomacia.

Parabéns, deputado Julio Garcia! Espero que a sua nova jornada seja repleta de sucesso! Nós sentiremos, com certeza, a sua falta neste plenário.

Agora quero fazer um relato festivo que me foi solicitado. E como uma boa italiana, não poderia deixar de fazê-lo.

(Passa a ler.)

"A família De Luca, originária da Comuna de Fregona, Treviso, Itália, uma das famílias italianas fundadoras de Criciúma em 1880, prepara mais um grande encontro, como tem feito anualmente. A família já organizou encontros em Criciúma, Maracajá, Turvo, Florianópolis, Mina do Mato, São Roque, locais onde teve destacada participação. Este ano será na gostosa cidade de Meleiro.

Nos últimos 500 anos da construção do Brasil, a família De Luca, originária de Osigo, Fregona, Itália, participa há 130 anos. Construímos escolas, igrejas e hospitais; fundamos povoados e cidades; produzimos alimentos, máquinas, pisos e azulejos, roupas masculinas e femininas, moda social e muito trabalho; praticamos o comércio, prestamos serviços em medicina, educação, seguro, pesquisa, oficina, nos mais variados setores. Esses encontros têm como objetivo homenagear todos os antepassados e estreitar os laços familiares.

Os primos organizaram uma associação, devidamente registrada, reconhecida de utilidade pública, que se mantém com uma contribuição anual dos seus associados.

O pioneiro em Meleiro foi Celeste De Luca, com sua esposa Luígia Dal Pont.

Nascido na Itália, Celeste chegou a Meleiro no início do século XX com as primeiras sementes de arroz que seus descendentes, e tantos outros, continuam a plantar e garantem a sobrevivência de muitos catarinenses.

Também Clara Assumpta De Luca, casada com Demétrio Dario, chegou a Meleiro no início do século XX; assim como Augusta De Luca e José Maccarini; Augusta Inocência De Luca, casada com Augusto Peruchi. Augusto Peruchi foi um famoso pedreiro e construtor civil, tendo edificado algumas das casas e prédios mais conhecidos da cidade de Meleiro, inclusive a igreja matriz, a prefeitura municipal e o Hospital São Judas Tadeu.

Cito também Maria de Luca e seu esposo Batista Meller.

A família De Luca uniu-se em casamento com as famílias: Maccarini, Dario, Meller, Gonçalves, Savi, Piazza, Venzon, Stradiotto, Rovaris, Dal Pont, Sibin, Vizintin, Bendo, Grijui, Costa, Vitoretto, Perucchi, Zanetti, Pavei, Felício, Bueno, Pazini, Mezzari, Faraco e outras que continuam com destacada atuação na cidade de Meleiro.

O encontro do dia 20 de setembro começará com uma missa às 10h, tendo depois um grande almoço. Espera-se mais ou menos de 2.000 a 2.500 pessoas e haverá a apresentação de corais, inclusive o coral da própria família, e também sorteio de brindes.

Agradecemos a Deus por nossas famílias e pedimos que nos ajude a trilhar o caminho do bem, da ética, da moral e do amor ao próximo."

Eu gostaria de dizer que se algum deputado quiser comparecer ao evento será um grande prazer.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o deputado Moacir Sopelsa, pelo restante do horário do PMDB.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Srs. deputados, sra. deputada Ada De Luca, deputado Antônio Aguiar, líder do meu partido, imprensa aqui presente, gostaria, neste momento, de dizer ao deputado Sargento Amauri Soares que não quero, de forma alguma, fazer aqui um debate entre colegas. Mas quero dizer que em momento algum pensei em tirar-lhe o direito da proposta do debate que traz a esta Casa, até porque venho de uma origem democrática. E, além de democrática, como v.exa. disse, venho da mesma origem que v.exa. veio. Venho da agricultura, de uma família humilde, e sempre procurei, acima de tudo, colocar as questões com lealdade e transparência.

Vejo que v.exa. é um lutador pela classe e vou repetir aquilo que disse ontem: a Polícia Militar e a Polícia Civil, especialmente a Polícia Militar de Santa Catarina, têm o meu maior respeito. Na cidade onde moro, quando prefeito, tive a felicidade de ter uma convivência próxima e construir uma vila para a Polícia Militar - e v.exa. a conhece. Cada policial, com o seu sacrifício, com o seu salário, construiu a sua casa.

Então, é grande o meu reconhecimento pelas pessoas que nos dão segurança, que saem de casa para trabalhar e

deixam, às vezes, as suas famílias para dar segurança às nossas. Não há dúvida de que é preciso lutar e dar apoio para que, como v.exa. defende, eles possam ter cada vez mais um salário melhor.

Mas, como v.exa. disse também, deputado Sargento Amauri Soares, no primeiro mandato do governador Luiz Henrique a Polícia teve, como nunca, alcances e benefícios, frutos da sensibilidade do atual governador. E é por isso que eu estranho que no segundo mandato não possamos dizer a mesma coisa.

Preciso fazer aqui a defesa do governador, porque lá na secretaria da Agricultura, deputado Antônio Aguiar e deputada Ada De Luca, nós tínhamos o direito de fazer todos os encaminhamentos da forma que a categoria entendesse e que a secretaria de Agricultura visse como necessários.

Entretanto, se há o entendimento, hoje, de que no segundo mandato do governador Luiz Henrique a Polícia não está sendo valorizada como o foi no primeiro, alguma coisa estranha está acontecendo. Eu não acredito que o governador tenha mudado de ideia; eu não acredito que ele deixou de reconhecer a importância da Polícia.

Não tenho aqui os dados, mas quando votamos a lei da Polícia Militar e da Polícia Civil, perguntei aos coronéis e ao comandante-geral que aqui estavam se o policial teria os vencimentos melhorados. E eles nos mostraram que, quando começou este governo, a diferença entre o salário de um coronel e de um policial - e se os dados são equivocados, eu quero que v.exa. me desculpe - era de 4,2%. Hoje, segundo dizem, entre o que ganha o máximo e o que ganha menos a diferença é de 3,8%. Pelo menos esses foram os dados que me foram passados. Eu os tenho por escrito e quero até trazê-los para discutir com v.exa.

Por isso, acho que o governador tem, e continua tendo, a sensibilidade. Todas às vezes em que falei com o governador Luiz Henrique sobre a Polícia, tanto a Militar, quanto a Civil, percebi que existe esse entendimento. Quem sabe, deputado Sargento Amauri Soares, estejamos com a estratégia errada, equivocada. Eu acho que o diálogo sempre é bom.

Quero dizer que ontem, quando fiz a intervenção, imaginei assim: lá no campo dizemos que todos gostam de ser bem tratados e quando vamos pegar o cavalo, sempre o pegamos com agrado e não com o chicote nas costas. É claro que, quando temos que pedir ajustes, quando temos que defender questões que são do nosso interesse, somos incisivos. E eu tenho interesse em todos os setores, como v.exa. tem, mas especialmente v.exa. tem interesse na causa dos praças por ser também um policial. Mas acho que o diálogo, quem sabe, distanciou-se, e algumas questões podem ter acontecido que não agradaram as partes. E tenho também a convicção de que se o secretário da Segurança, se o comandante-geral, se aqueles que comandam as Polícias no estado de Santa Catarina levarem propostas ao governador, as coisas vão acontecer, porque eu vejo que ele assina sempre aquilo que lhe é levado e explicado pelos seus assessores, pelos seus secretários.

Então, temos que buscar esse diálogo. Procuo aqui inocular o governador porque sei da sua lealdade, sinceridade e do reconhecimento que tem por v.exa. e pela Polícia Militar.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pois não!

A Sra. Deputada Ada De Luca - Deputado Moacir Sopelsa, quero endossar em 100% as suas palavras e dizer ao deputado Sargento Amaury Soares que ele, como um deputado classista, digamos assim, faz muito bem suas interferências defendendo sua classe e o faz com veemência, com sentido de dever cumprido, porque é sua obrigação mesmo.

Agora, quero trazer, não vou garantir para amanhã, mas para a semana que vem, uma relação do que o governo Luiz Henrique já fez pelas nossas Polícias Civil e Militar. Acho que o criticar da maneira veemente como foi criticado é um absurdo, é uma injustiça. Eu vou trazer isso.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputada.

Quero, para finalizar, dizer que tenho o maior respeito por todos os colegas. Foi assim que aprendi a resolver as questões da forma mais transparente, com toda a lisura e defendendo aquilo que entendo justo e também...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Consulto o seu líder, deputado Cesar Souza Júnior, para saber quem fará uso da palavra.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Enquanto a bancada do Democratas faz o conclave para saber quem vai falar, com palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Quero, deputado presidente, agradecer a intervenção do deputado Moacir Sopelsa e da deputada Ada De Luca e dizer, sim, que vamos debater essas questões. Temos avaliações, assim como têm possivelmente outras pessoas, principalmente autoridades da Polícia Militar, do Centro Administrativo. E vamos continuar fazendo esse debate para ver em que ponto pode ter sido enterrada essa cabeça de burro. E a cabeça de burro não é das pequenas, é grande, porque já tentamos atravessar para o lado de lá nesses dois anos e meio várias vezes e não conseguimos até este momento.

De qualquer forma, continuaremos esse debate, pois temos também vários elementos, vários números para trazer, para apresentar e discutir.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - O sr. deputado Darci de Matos, que representa o Democratas, falará pelo partido por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, sr. presidente, obrigado meu líder, deputado Cesar Souza Júnior por me dar a possibilidade de aqui colocar rapidamente três assuntos.

Sr. presidente, saúdo os srs. deputados, as sras. deputadas, os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital, dizendo, primeiramente, que quero fazer um elogio ao governo federal. Nós acompanhamos no jornal *A Notícia*, de terça-feira, um ato em Imbituba, deputado Décio Góes, fundamental, importante para Santa Catarina, sobretudo para o transporte do litoral catarinense, pois foi anunciada, com a presença do ministro, a autorização para a elaboração do projeto, que ficará pronto em seis meses, da ferrovia litorânea, que ligará os portos de São Francisco do Sul, Itapoá, deputado Nilson Gonçalves, Itajaí e Imbituba. Uma obra de quase R\$ 1 bilhão, deputada Ana Paula Lima! Assim, não podemos deixar de elogiar e de enaltecer essa ação do governo federal.

Em segundo lugar, tenho uma crítica ao governo federal - e o assunto também está estampado nos jornais e sobre o qual os deputados que me antecederam já fizeram menção -, em função do corte brutal de um montante, deputado Antônio Aguiar, de R\$ 160 milhões referentes às emendas parlamentares para Santa Catarina. Um corte exatamente num momento difícil para o nosso estado, pois passamos por uma catástrofe e temos que lamentar e protestar porque temos direito a receber esses recursos. Nós arrecadamos, nós aquecemos a economia nacional e temos que lamentar profundamente essa atitude do governo federal.

Outro assunto, sr. presidente, diz respeito ao norte de Santa Catarina. O deputado Nilson Gonçalves preside o Fórum Parlamentar de Discussão das Demarcações de Terras Indígenas no Norte/Nordeste de Santa Catarina e já convocou, emergencialmente, uma reunião para hoje, às 17h, e marcou com o Fórum Parlamentar Catarinense para terça-feira, às 17h30, em Brasília, uma reunião para tratarmos, deputado Nilson Gonçalves, sob sua coordenação, dessa questão da demarcação das terras indígenas de Santa Catarina.

Na sexta-feira passada foi publicada, deputado Décio Góes, no Diário Oficial da União a portaria do ministério de Justiça que determina que a Reserva Tarumã terá 21,72km². Esta semana foi publicada também a portaria, o decreto, sobre a Reserva do Morro Alto, atingindo São Francisco do Sul.

Deputado Ismael dos Santos, isso é um absurdo! Nós não queremos desalojar os índios, mas nós queremos que, racionalmente, eles possam ir para uma região desabitada ou que lhes sejam concedidos os 700ha da rede ferroviária de Araquari, do governo federal. Ora, não são índios nativos daquela região, os guaranis passaram por lá, são paraguaios. Há 15 anos uma família se alojou ali e hoje 200 famílias vão utilizar quase 12.000ha de terra, inviabilizando a economia de Araquari, de São Francisco do Sul e de Barra do Sul.

Isso é um absurdo! Os agricultores, deputado José Natal, vão receber somente pelas benfeitorias. E se um agricultor,

por exemplo, que tem uma área de terra cultivada de 50ha, não tiver uma casa ou um galpão em cima, ele será desapropriado pura e simplesmente, sem receber nada! Isso é uma afronta ao direito de propriedade. Ora, eles têm as escrituras públicas, deputado Antônio Aguiar. Nós, do norte do estado, não podemos aceitar passivamente essa atitude autoritária e arbitrária do governo federal. A demarcação das terras indígenas tem que passar, sim, pelo Congresso Nacional.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Gostaria de retomar o assunto que v.exa. abordou no início e já foi abordado de modo assim muito feroz pelo deputado Marcos Vieira. O que aconteceu com Santa Catarina foi um corte de R\$ 160 milhões no Orçamento das emendas coletivas. E todo mundo sabe que é corte no Orçamento e não um corte na liberação.

Historicamente, nunca foram cumpridos mais de 50% das emendas coletivas. Então, na prática, não muda nada. É claro que a Oposição está fazendo esse barulho todo, está no seu papel de tentar desgastar o governo, mas esse corte é de um dinheiro que não existia. Então, não é assim.

O governo federal é obrigado a ajustar as metas fiscais, as metas orçamentárias em função da Lei de Responsabilidade Fiscal e em função da queda de R\$ 85 bilhões na sua receita, o que faz com que tenha que ratear essas perdas com os vários estados. Diferentemente do estado de Santa Catarina, onde no mesmo período de crise, por conta das políticas que foram adotadas, a arrecadação cresceu 8,6% nos primeiros meses do ano.

Então, queria justificar essa questão, não ficar somente no debate político e deixar o povo catarinense mal informado.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Rapidamente, deputado Darcy de Matos, pois quando ouvimos pessoas tentando justificar o injustificável não conseguimos abster-nos de fazer um comentário.

Pode não mudar nada para quem vem sobrevoar o nosso estado e simplesmente fazer promessas demagógicas, dizendo que não faltarão recursos para a reconstrução do estado. Agora, 87% de corte no Orçamento? Não é um, não, são dois, deputado Darcy de Matos, são 87%! Foi esse o corte que sofreu o vale do Itajaí.

Então, pode não mudar para quem fica viajando para outros países, mas para quem mora no vale do Itajaí muda, e muda muito.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Se v.exa. me permitir, gostaria de fazer a convocação dos membros do Fórum Parlamentar de Discussão das Demarcações de Terras Indígenas no Norte/Nordeste de Santa Catarina para uma reunião, às 17h de hoje, na sala das comissões.

Dessa forma, convoco os srs. deputados Darcy de Matos, Kennedy Nunes, Antônio Aguiar, Cesar Souza Júnior, Jailson Lima, Professor Grandó e Professora Odete de Jesus para a referida reunião.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ficam, então, convocados os srs. deputados, conforme solicitação do deputado Nilson Gonçalves.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dionei Walter da Silva.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. presidente, gostaria de fazer o registro da presença nesta Casa da sra. Tatiane Reichert, que é presidente da Associação dos Desabrigados e Atingidos da Região dos Baús, município de Ilhota, uma das regiões mais atingidas do estado, que é responsável por essa entidade e está peregrinando pelas secretarias de estado buscando as soluções prometidas para a sua comunidade.

Gostaria de registrar também a presença dos vereadores Herculino da Costa Sobrinho e Valmor Stricker, de Schroeder, e dos vereadores de Jaraguá do Sul, Francisco Alves, Justino Pereira da Luz, Lorival Demathé e Jaime Negherbon, que acompanham os trabalhos aqui no plenário.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Feito o registro do deputado Dionei Walter da Silva, gostaria de pedir a compreensão da deputada Ana Paula Lima para que eu possa fazer o registro da presença do prefeito de Vargão, Amarildo Paglia, e também do vereador Amarildo Gubert.

É uma alegria e um prazer tê-los nesta Casa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, que esteve ausente por 60 dias desta Casa, por até oito minutos. Sentimos falta de v.exa.!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Obrigada, sr. presidente, é sempre muito bom retornar aos trabalhos na Assembleia Legislativa.

Cumprimento os meus colegas deputados, minhas amigas deputadas estaduais, funcionários desta Casa, imprensa do estado, os telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Gostaria de dizer que é sempre bom retornar depois de 60 dias de uma licença, e quero aqui registrar, não remunerada. Por determinação do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, fazemos um rodízio entre os parlamentares por entender que não chegamos aqui sozinhos, que dependemos de uma legenda partidária.

Sras. deputadas, sr. presidente, srs. deputados e povo catarinense, pela primeira vez aconteceu isso no PT. E tivemos a oportunidade de que viesse para o meu lugar - e não sairia se assim não fosse - uma mulher que se chama Angela Albino, através de quem, pela primeira vez, o PCdoB ocupou uma vaga na Assembleia Legislativa catarinense.

Mas quero dizer, sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, que nesses 60 dias de licença não estive somente dentro de casa, foi uma licença para andar pelo estado de Santa Catarina, falar com lideranças políticas, com o nosso povo, deputado Décio Góes. Eu, que presido o Fórum de Solidariedade às Vítimas da Catástrofe de Novembro, vi *in loco* o que está acontecendo no estado de Santa Catarina.

Quero também agradecer a presença da Tatiane Reichert, que é da região dos Baús, da cidade de Ilhota, com quem fizemos, inclusive, uma audiência pública. Ainda falta muita coisa a ser feita lá, mas quero dizer para a Tatiane que o governo federal mandou recursos.

Também gostaria de cumprimentar os vereadores de Jaraguá do Sul que estiveram em meu gabinete reclamando que aquela cidade, pasmem, srs. deputados, foi a única do estado de Santa Catarina que não recebeu o auxílio reação, aquele dinheiro que o povo brasileiro depositou na conta da Defesa Civil estadual, deputado Ismael dos Santos, e que nenhuma família do município de Jaraguá do Sul recebeu. Já pedimos várias vezes ao secretário de Articulação Nacional, ex-senador Geraldo Althoff, mas nada foi resolvido.

Estive em praticamente todas as cidades que foram comprometidas com a catástrofe. Quero dizer, sim - e não tenho vergonha - que a nossa bancada não votou a favor do Código Ambiental, mas preparem-se, srs. parlamentares, para o que está por vir nos meses de setembro a novembro no estado de Santa Catarina, porque as previsões não são boas.

Falo isso da minha cidade, pois as obras de lá, por exemplo, feitas com recursos do governo federal, já estão desbarrancando. Antes, deputado Décio Góes, as valas estavam caídas e não havia nenhuma placa, só falavam mal do governo do presidente Lula. Quando o dinheiro veio, a primeira coisa que fizeram foi colocar uma placa azul que dizia "Reconstruindo a cidade de Blumenau". Não tiveram nem a decência de dizer que aquele dinheiro era do governo federal, isso para não falar do superfaturamento das obras. Graças a Deus, o Ministério Público tem que fazer a sua parte, assim como o Tribunal de Contas da União, inclusive para verificar como está ocorrendo a aplicação desse dinheiro nas cidades atingidas, principalmente o dinheiro que vem direto do governo federal para o governo do estado.

Então, foram 60 dias de muito trabalho, de muita pesquisa, de muita fotografia, de muita conversa com prefeitos e vereadores, tanto do nosso partido, o PT, mas, principalmente, com os prefeitos da Oposição, aqueles que ficaram pensando e não receberam os recursos.

Em Blumenau hoje, pasmem, ainda há pessoas em abrigos porque as

casas não foram reconstruídas. Lá em Blumenau há um abrigo que pegou fogo, as pessoas estavam trancadas e não tinham nem por onde sair! É isso que está acontecendo. Mas vou fazer esse relatório com mais detalhamentos em outra oportunidade.

Srs. deputados, ouvi atentamente vários pronunciamentos aqui - eu ainda tenho três minutos, mas é pouco tempo para quem ficou 60 dias conversando com a nossa gente fazer um relato mais detalhado -, deputada Ada De Luca, e não posso escutar as coisas e não rebater, principalmente por uma questão de justiça. Quero agradecer a gentileza do deputado Darci de Matos, que reconheceu, inclusive, os investimentos do governo federal no estado de Santa Catarina. E quero trazer para v.exas. e para o povo de Santa Catarina um documento fazendo uma comparação entre os anos de 2008 e 2009, só em transferências e convênios, pois houve um aumento significativo de recursos para o estado de Santa Catarina, vindos da União. É uma comparação, não sou em quem estou dizendo, é a secretaria de estado da Fazenda, dirigida pelo competente Antônio Gavazzoni, que nos informou que o repasse do governo federal aumentou significativamente para o governo do estado de Santa Catarina.

Quero dizer também, srs. deputados e povo catarinense, que com relação aos cortes, deputado Décio Góes, no Orçamento da União, referentes às emendas parlamentares, eu tenho certeza de que os nossos deputados federais, os nossos senadores, assim como o presidente Lula e os ministros irão buscar, sim, saídas para que esses recursos retornem a Santa Catarina. Eu prefiro o deputado que trabalha, àquele que garganteia, garganteia e não faz nada, só quer aparecer na fotografia. Esse para mim não vale nada, deputado Décio Góes! Há muita gente aparecendo aí que deveria ficar em casa!

Há também, srs. deputados, muitas pessoas que faltam com o respeito com uma autoridade eleita pelo povo brasileiro, referindo-se a ela com palavras de baixo calão e chamando-a de mentirosa! Isso desqualifica esse tipo de personagem, o qual para mim é insignificante. Para falar do presidente da República, que é reconhecido nacional e internacionalmente, precisa estudar muito porque nunca houve um governo tão preocupado com o povo como é o do presidente Lula.

Quero dizer que os compromissos do presidente Lula continuam por todo o estado de Santa Catarina e foram cumpridos, sim. Há parlamentar aqui que deve ter mais cuidado quando falar do presidente República. Os recursos da reconstrução estão nos cofres do estado de Santa Catarina, srs. parlamentares, e se a nossa população não está sendo atendida do jeito que merece, é por culpa do governo estadual, sra. Tatiane e vereadores de Jaraguá do Sul, que não está fazendo a sua parte, sem falar das obras com superfaturamento que estão acontecendo.

As rodovias estaduais e federais do estado de Santa Catarina estão sendo reconstruídas com dinheiro do governo federal. Os cortes ocorridos foram por incompetência do governo, que não

apresentou projeto, por exemplo, da ponte Itajai/Navegantes. Diferentemente, deputado Jean Kuhlmann, da ponte de Ilhota, que tem projeto e já terá sua construção iniciada.

Então, mais de R\$ 100 milhões foram investidos só em rodovias, srs. parlamentares, no estado de Santa Catarina.

Quero dizer, presidente Gelson Merísio, que tenho a maior consideração por v.exa., mas não posso ficar quieta diante de tantas injustiças cometidas por alguns parlamentares - não são todos, alguns são muito bons. Nós temos que reconhecer as obras do governo federal no estado de Santa Catarina, pois elas são muitas. Mas estou atenta, principalmente, ao superfaturamento das obras que estão sendo feitas com dinheiro do governo federal. E vamos dar um exemplo simples: são R\$ 40 milhões para o esgoto sanitário da cidade de Blumenau, fora a parte de dragagem.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Gostaria somente de saudar a deputada Ana Paula Lima e em nome da bancada desejar um bom retorno a s.exa. É uma deputada aguerrida, uma deputada que usou esses 60 dias para estar na base em contato com a população, a fim de se oxigenar e trazer mais energia a este Parlamento, trazer mais informações. É um prazer muito grande tê-la de volta.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dionei Walter da Silva.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Gostaria de fazer um requerimento verbal, sr. presidente.

Está presente na Casa a presidente da Associação dos Desabrigados e Vítimas do Morro do Baú, da cidade de Ilhota, e é comum fazermos um acordo e permitir que convidados usem a tribuna por dez minutos antes ou depois da Ordem do Dia, com a aquiescência, é claro, dos srs. líderes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Sr. deputado, se houver a concordância de 100% dos líderes, a Presidência concorda.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, eu concordo com a solicitação do deputado Dionei Walter da Silva.

Gostaria de registrar a presença dos formandos do Curso de Pedagogia de Garopaba, que estão-nos visitando. As alunas Miriam Souza do Nascimento, Suelen de Souza e Josiane Araújo do Nascimento estão passando nos gabinetes com o Livro

de Ouro colhendo assinaturas e uma contribuição para a formatura.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Eu quero saudar a deputada Ana Paula Lima pelo seu retorno a esta Casa, mas também quero dizer que ela começou mal. Ela fez uma afirmação da tribuna de que existe superfaturamento em obras de recuperação em Santa Catarina, mas não citou nome nem valores. S.Exa. deveria ter dito da tribuna agora, para não fazer igual ao governo federal, que coloca embaixo do tapete.

Como o líder bancada do PSDB não se encontra, eu, como vice-líder, concordo com o requerimento do deputado Dionei Walter da Silva.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Presidente, queremos manifestar a nossa posição favorável à manifestação da associação do Morro do Baú.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, também concordamos com a solicitação do deputado Dionei Walter da Silva, porque é importante ouvirmos, só que devemos fazê-lo após a Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Professor Grando - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Concordamos também com a manifestação, mas após a Ordem do Dia, porque já havia um acordo entre todos os líderes.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Concordamos, sr. presidente.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - O PP também concorda, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Deputado Narcizo Parisotto, v.exa. concorda?

(O deputado Narcizo Parisotto concorda.)

Será ouvida, então, após a Ordem do Dia, a presidente da entidade referida.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, respondendo pela liderança, também concordamos conforme as orientações do partido.

Respondendo a indagação do deputado José Natal, quero dizer que o Ministério Público já está providenciando a apuração das denúncias de superfaturamento de obras. Cabe a ele responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, o assunto que me traz à tribuna refere-se a uma moção que estamos apresentando com vistas à unificação das eleições no Brasil.

A cada dois anos temos eleições no Brasil. A cada dois anos os candidatos, os cabos eleitorais, as administrações públicas municipais, estaduais e federal estão envolvidos no processo eleitoral. E se fizermos uma reflexão, analisarmos o desperdício do dinheiro público e privado, o tempo que se perde a cada dois anos com as eleições, veremos que quem paga esse custo é a sociedade brasileira.

Só para se ter uma ideia, um levantamento do Tribunal Superior Eleitoral mostra que as eleições municipais de 2004 custaram cerca de R\$ 462 milhões aos cofres públicos. Um acréscimo de R\$ 112 milhões em relação às eleições anteriores. Quem diz isso é o conceituado e respeitado ministro Carlos Ayres Brito. E podemos evitar esse tipo de gasto. O TRE está envolvido, as empresas e o setor público gastam dinheiro, a administração, até por conta da legislação, fica impedida de transferir recursos e até de agir. No entanto, mesmo assim presenciamos grandes oportunidades para aqueles que não respeitam a lei. Existe concorrência desleal nesse sentido a cada dois anos.

Por isso, srs. deputados, temos que iniciar o processo para unificar as eleições a cada cinco ou seis anos, mas não podemos mais conviver com essa situação. Temos que dar a partida nessa discussão e conclamo todos os nobres deputados e deputadas a aprovarem essa moção. Mas que não façamos somente a moção. Vamos fazer um trabalho junto com as outras Assembleias Legislativas, para que a Câmara Federal tome a iniciativa de unificar o calendário eleitoral para o bem da nação, para o bem do povo brasileiro.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado, eu quero cumprimentar v.exa. pelo tema que aborda hoje e aproveitar a presença do presidente, Jorginho Mello para dizer que s.exa. terá, nos próximos dias, uma reunião com o colégio de presidentes das Assembleias do Brasil, a Unale, que também precisa empreender esse esforço, eis que é a nossa representação. Já que o Congresso Nacional deve essa resposta para o Brasil, precisamos, a partir das Assembleias e, quem sabe, envolver as Câmaras de Vereadores, o Poder Legislativo

como um todo, pressionar o Congresso Nacional a agir.

Deputado Silvio Dreveck, esse custo que v.exa. apresenta é meia duplicação da BR-101. É isso que custa uma eleição. E isso acontece a cada dois anos. Além do mais, a cada ano de eleição o Brasil para, as coisas não acontecem, porque tudo envolve e gira em torno da eleição.

Outro problema mais sério ainda é que os mandatos sofrem solução de continuidade. Nós precisamos iniciar e terminar os mandatos juntos. Os mandatos de vereador, de prefeito, de deputado estadual e federal, de senador, de governador e de presidente precisam iniciar e terminar no mesmo dia, porque isso vai diminuir o custo das eleições, vai otimizar a aplicação do recurso público e vai fortalecer os partidos também.

Essa luta a que v.exa. nos conchama precisa ter o abraço, o apoio, a solidariedade de toda esta Casa, de todos os partidos, envolvendo o colégio de presidentes, a Unale, e as Câmaras Municipais, para que o Congresso dê essa resposta que deve há muito tempo para a nação.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Faço minhas as palavras do deputado Joares Ponticelli e as de v.exa.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Eu não tenho dúvida, srs. deputados, de que havendo a unificação das eleições de vereadores, prefeitos, senadores, deputados federais e estaduais, governadores e presidente da República, nós poderemos avançar em outras reformas importantes, como a própria reforma eleitoral, as reformas tributária, previdenciária e trabalhista. Essas reformas estruturais são importantes para o avanço, para o desenvolvimento e o progresso do Brasil. Se não fizermos isso, dificilmente vamos avançar e cada vez que vier uma eleição estaremos desgastando-nos cada vez mais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Só gostaria de dizer que, neste momento, o Tribunal de Contas da União acabou de aprovar as obras do porto de Itajaí; portanto, agora parece que vai sair.

Gostaria também de fazer o registro da presença ex-deputado Gilson dos Santos, que está ali só nos observando. Seja bem-vindo!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, na mesma linha do deputado Kennedy Nunes, quero dizer que talvez o ex-conselheiro e ex-deputado Gilson

dos Santos comece a frequentar as dependências deste Parlamento com vista à eleição do ano que vem.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, da mesma forma, durante esses dez anos em que ficou na vizinhança, era incomum vê-lo aqui, no plenário, mas agora que não integra mais aquela Corte de Contas, também acho que começa a se preparar para voltar, quem sabe de forma triunfante, em fevereiro de 2011.

Bom retorno, deputado Gilson dos Santos!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero destacar e agradecer a presença da dona Rejane Ramos dos Santos, bem como de Marlene Croiss, juntamente com Álvaro de Oliveira, da cidade de Laguna, que vieram a esta Casa pedir apoio da bancada do sul, da bancada de Santa Catarina, ao secretário da Saúde, para que seja implantada no Hospital de Caridade Bom Jesus, em Laguna, uma UTI, que irá atender os lagunenses, os turistas, que são muitos naquela cidade, e também todos aqueles que infelizmente sofrem algum acidente no trajeto da BR-101.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Eu quero saudar os vereadores Márcio Luiz da Silva, Dagoberto Ramos e Axon, que são de Luis Alves e que estão aqui trazendo justas reivindicações daquele município a este Parlamento.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Srs. deputados, feitas todas as saudações, quero saudar também o ex-deputado Gilson dos Santos, que é uma figura extraordinária. Sei que essas considerações também ocorrerão após abrirmos o painel de votação, porque irei deixar a palavra livre para todos os srs. deputados.

Então, registro a presença do querido amigo Gilson dos Santos, que provavelmente irá ser deputado novamente, o que alegrará Santa Catarina e os seus eleitores.

Faço o registro também da presença dos visitantes de Laguna, que juntamente com o deputado Serafim Venzon já estiveram comigo tratando da UTI do hospital, que é da mais alta necessidade.

Esta Presidência irá suspender a presente sessão e irá convocar outra, extraordinária, para as 16h15, conforme nos impõe o art. 319 do nosso Regimento Interno, para a votação do Projeto de Lei n. 0001/2009.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello)(Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0149/2009, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Bom Jardim da Serra (construção do Museu Geológico da Serra do Rio do Rastro).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0227/2009, de origem governamental, que autoriza a permuta de imóvel no município de Concórdia (recolocação da Escola Isolada São Miguel do Rancho Grande).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0096/2009, de autoria do deputado Serafim Venzon, que declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores Agroecológicos de Ituporanga e Região, com sede no município de Ituporanga.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0210/2009, de autoria do deputado Manoel Mota, que declara de utilidade pública a Sociedade Grêmio Fronteira, com sede no município de Araranguá.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0256/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública a Associação

Blumenauense na Luta contra o Câncer, Ablucan, com sede no município de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0257/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública o Clube de Caça e Tiro Itoupava Rega, com sede no município de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0262/2009, de autoria do deputado José Natal, que declara de utilidade pública a Ignis, Planejamento e In-Formação Ambiental, com sede no município de Itajaí.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0267/2009, de autoria do deputado Julio Garcia, que declara de utilidade pública a Associação de Dança Triade, com sede no município de Itajaí.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0273/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública a Sociedade Recreativa e Esportiva Alvorada, com sede no município de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, quero fazer, com muita honra, o registro da presença do presidente da Câmara Municipal de Içara, vereador Acirton Costa, que já tem vários mandatos e é um grande líder daquele município. Ele está indo para o Rio de Janeiro, mas veio nos prestigiar na tarde de hoje.

Por isso, quero deixar registrado nos anais desta Casa a presença desse grande líder, que tem uma longa história na vida pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) -

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0274/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos do Xadrez - Apax -, com sede no município de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0285/2009, de autoria do deputado Dagomar Carneiro, que declara de utilidade pública a Associação dos Deficientes Visuais de Brusque e Região, com sede no município de Brusque.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0296/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores da Localidade Canelas, com sede no município de Santa Terezinha.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0297/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança - setor leste - 135, com sede no município de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0298/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Centro de Educação Infantil Professora Leonides H. Westarb, com sede no município de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0488/2007, de autoria do deputado Gelson Merísio, que dispõe sobre a obrigatoriedade das casas de diversões públicas destinarem poltronas adaptadas exclusivamente ao assento e à locomoção de deficientes físicos paraplégicos.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Temos agora as indicações, requerimentos e moções, mas até em deferência ao deputado Dionei Walter da Silva que aprovou o requerimento para ouvir a representante da Associação dos Desabrigados e Atingidos da Região do Baú, sra. Tatiana Reichert...

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, quem sabe v.exa. faz a votação em bloco e em dois minutos nós votamos e limpamos a pauta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Na verdade, são só indicações, o que não requer votação. É só lei-

tura. Eu acho que podemos ler depois, sem nenhum problema, só para ganharmos celeridade, a fim de podermos atender a convidada Tatiana Reichert, presidente da Associação dos Desabrigados e Atingidos da Região do Baú - Adarb.

A Presidência suspende a sessão por dez minutos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio)(Faz soar a campainha) - Está reaberta a presente sessão.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dionei Walter da Silva.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Eu queria cumprimentar v.exa. e agradecer pela oportunidade que deu à Tatiana de falar. Gostaria também de cumprimentá-la pela veemência do discurso. Tem que ser assim mesmo, pois o que eles passaram e continuam passando com essa demora, com esse faz-de-conta, com essas verbas que viriam para os agricultores e que acabaram indo para a secretaria de Obras deve ser objeto da nossa preocupação.

Então, penso que essa organização tem que ser louvada, tem que ser apoiada e nós, parlamentares, precisamos ser firmes na cobrança. É nosso papel fiscalizar as ações do governo do estado, do próprio governo federal, para que efetivamente os recursos cheguem aos agricultores e não sejam desviados no caminho, com obras que acabam sendo feitas pela metade e que se desfazem pelo caminho, como ela mesma falou.

Quero, então, parabenizá-la, desejar-lhe sucesso e força na luta e dizer que somos parceiros!

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, apenas quero cumprimentar a Tatiana, o Nelson Richers e todos os da Adarb que vieram e dizer da importância de ela estar aqui e fazer essa manifestação.

Já no momento do primeiro encontro, naquele ônibus que veio até o Parlamento, nós anunciávamos a importância de não politizarmos esse movimento e, mais do que isso, fazermos dele um movimento constante. E lá fizemos uma audiência pública e propusemo-nos a dividir entre quatro, cinco, seis parlamentares da região as soluções. Isso não foi feito. O que está sendo feito é, às vezes, um pouco de política e isso não pode acontecer, tanto é que está hoje no *Diário Catarinense* que R\$ 50 milhões de obras para prevenção de desastres foram cortados pelo governo federal. Esse assunto será objeto da minha fala ainda no dia de hoje.

Mas quero cumprimentar a Tatiana e dizer-lhe que continue nessa luta.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero cumprimentar a

presidente da Associação dos Desabrigados e Atingidos da Região do Baú, Tatiana Reichert, pela luta que tem desenvolvido naquela região.

Sr. presidente, o que me indigna e sempre vai indignar-me é que nós, o governo do estado e alguns parlamentares, sensibilizamos o povo brasileiro com a tragédia que aconteceu no estado do estado de Santa Catarina. Então, eu não vou ficar quieta enquanto todas as pessoas não tiverem direito a uma moradia, a uma casa para morar e enquanto a questão da agricultura do Morro do Baú não estiver resolvida.

A sra. Tatiana verificou que os recursos federais vieram e que as obras da rodovia Jorge Lacerda, aonde passam os carros, já estão prontas. Infelizmente, no Morro do Baú as coisas acontecem a passos de tartaruga.

Eu queria convidar a presidente da associação, juntamente com os moradores de Ilhota, para, na sexta-feira, às 9h, na reunião do Conselho de Desenvolvimento Regional de Gaspar, fazer algumas manifestações e perguntar ao secretário Regional por que as obras no complexo do Baú estão-se desenvolvendo com tanta morosidade e as pessoas ainda não têm casa para morar.

Dessa forma, sr. presidente, eu quero endossar as reivindicações da associação, que são justas, legítimas, pois não vou calar-me enquanto esse problema não estiver resolvido.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, quero, mais uma vez, cumprimentar a Tatiana e todo o grupo de Ilhota que veio em busca daquilo que é o seu direito: o restabelecimento e a normalidade naquela região. As pessoas não querem nenhum benefício, querem voltar a trabalhar, querem segurança para si e para suas famílias.

Eu, que estive recentemente na região, pude verificar que aquilo que a Tatiana colocou aqui é a mais pura verdade, mas procurei, dentro do que ela falou, separar algumas coisas que são fundamentais. Então, cabe a esta Casa fiscalizar, por exemplo, a questão das casas da Cohab, a questão da inexistência, até o momento, de um plano de contingência para a eventualidade de uma nova tragédia. Estamos próximos ao mês de setembro, um mês em que há previsão de muitas chuvas, segundo a meteorologia, e é necessário que seja feito um plano de contingência para que aquele terror que se abateu sobre o Morro do Baú não volte a ocorrer. Isso foi o que mais me assustou, já que estamos falando de vidas humanas.

Então, Tatiana, na sequência voltaremos a conversar com todo esse grupo em nosso gabinete e buscar respostas. Esta Casa tem que ajudar a comunidade a voltar à normalidade, mas que seja garantida a segurança, acima de tudo. Nenhum de nós vai-se conformar...

(Manifestação interrompida por término do tempo regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Muito obrigado, sr. deputado Cesar Souza Júnior, e tenho certeza de que o sentimento de v. exa. é compartilhado por todos nesta Casa.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, eu queria cumprimentar a Adarab, que aqui veio trazer suas reivindicações. Mas é preciso que fique claro que não é somente em Ilhota, no Morro do Baú, que as obras de prevenção não estão acontecendo.

O fundo da Defesa Civil deve ser formado por recursos do governo federal, do governo do estado, dos municípios e até da sociedade. E vimos que a sociedade catarinense e brasileira foi altamente solidária, pois deu mais de R\$ 45 milhões para a Defesa Civil. Apesar disso, muitas prefeituras acham que as ações da Defesa Civil são da responsabilidade exclusiva do governo federal e do governo do estado.

É oportuno lembrar, neste momento, que o governo federal acabou de cortar R\$ 50 milhões destinados às obras de prevenção. Então, com que dinheiro faremos essas obras?

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Da mesma forma, quero cumprimentar a representante da associação e dizer que ela veio a esta Casa falar com conhecimento de causa. Do jeito que se expressou da tribuna, mostra que ela, realmente, tem muito conhecimento e que nós, deputados, devemos, sim, empenhar-nos para dar continuidade aos trabalhos que estão sendo feitos, no sentido de dar uma solução aos problemas.

Eu entendo que o mais urgente, neste momento, é o desassoreamento do rio que corta a localidade, porque se ele não for desassoreado, pelo que está previsto pela meteorologia, realmente será calamitoso para o município.

Então, devemos ter uma ação política para a resolução do pleito colocado nesta tarde.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0556/2009 e 0557/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0558/2009, 0559/2009 e 0560/2009, de autoria do deputado Jailson Lima; 0561/2009, de autoria do deputado Décio Góes e outros; 0562/2009, de autoria do deputado Renato Hinnig; e 0563/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica ainda que defere os Requerimentos n.s.: 1.148/2009, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; 1.150/2009, 1.151/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 1.157/2009, de autoria do

deputado Kennedy Nunes; 1.158/2009, de autoria da deputada Ada De Luca; 1.159/2009, de autoria do deputado Edison Andriano; 1.162/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 1.164/2009, 1.165/2009, 1.166/2009, 1.167/2009, 1.168/2009, 1.169/2009, 1.170/2009 e 1.171/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 1.172/2009, 1.173/2009, 1.174/2009, 1.175/2009, 1.176/2009, 1.177/2009, 1.178/2009, 1.179/2009 e 1.180/2009, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus.

As demais matérias requerem votação com quórum qualificado e esta Presidência as transfere para a próxima sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero também cumprimentar as pessoas que estão nas galerias desta Casa acompanhando os trabalhos e a vereadora Lialda Lemos Elizandro, de Tijucas, que traz aqui inúmeras reivindicações referentes à educação e à saúde daquele município, bem como à infraestrutura. Gostaria de registrar, inclusive, que encaminhamos, na sessão de ontem, um pedido para construir uma passagem inferior na SC-411, na altura da Joaia, próximo à EEB Alexandre Ternes Filho, para permitir que as crianças tenham acesso mais fácil à sua escola.

Srs. deputados, o caderno especial da *Folha de S. Paulo* de domingo publicou um trabalho com o título "A economia melhora a avaliação da cidade", onde destaca o índice de desenvolvimento dos municípios.

A Firjan é Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, que estuda o desenvolvimento das cidades e que fez um estudo do desenvolvimento dos municípios do Brasil relacionando o desenvolvimento dos municípios com a arrecadação. Existe uma relação direta entre a qualidade da saúde, da educação, das estradas, da existência de creches, enfim, dos trabalhos sociais que são feitos nas cidades com o retorno do bolo tributário.

Nós temos um modelo de divisão de renda pública que entendo ser demasiadamente injusto. E quando falamos nós, referimo-nos ao governo federal, ao governo do estado, que usa como referência a arrecadação do município, ou seja, aquele que contribui com muito recebe uma parte maior, e o município que contribui com menos recebe uma parte menor.

Sendo assim, em Santa Catarina temos diferenças de até cinco vezes e naturalmente que aquele que recebe cinco vezes menos vai ter uma saúde pior, uma educação pior, creches piores, enfim, um conjunto de ações públicas feitas pelo governo que, infelizmente, serão mais precárias do que nos municípios que recebem uma parte maior. Mas isso tudo pode ser resolvido na hora em que fizermos uma reforma tributária, para que em vez de arrecadarmos na origem, na fábrica que produz o produto, passemos a arrecadar onde o produto é consumido. O preço não vai

diminuir. Vamos continuar pagando o mesmo valor, só que esse preço vai ser pago e vai ficar na cidade, no estado onde for pago realmente.

Agora, o cidadão do nordeste, na hora em que compra um produto catarinense, estará deixando imposto aqui, que até é favorável para nós nesse exemplo. Mas na hora em que compramos os carros, eis que nenhum deles é fabricado em Santa Catarina, por exemplo, parte do imposto pago acabará indo para outros estados. Daí então o nosso prejuízo.

Mas para ser justo com todos precisamos, sim, privilegiar a hora do consumo, o destino final do produto. E isso está previsto em alguns projetos da reforma tributária. Assim sendo, ela promoverá a justiça com o dinheiro que é de todos.

O atual presidente tem votos na Câmara Federal e no Senado e a história do senador José Sarney demonstrou também como isto é possível, ou seja, se o governo Lula quiser, vota, sim, a reforma tributária. E aí a justiça tributária acontecerá por si só, pois o imposto passará a ser cobrado no final, no destino, na cidade onde o produto é consumido. Cada cidade, cada estado passará a ter a noção real daquilo que contribui porque será ali contabilizado. Da maneira como está agora, o imposto é arrecadado onde o produto é feito e isso deturpa a ideia, dá a impressão de que cidades pequenas, cidades que não produzem, porém consomem tanto quanto os seus moradores ganham, não contribuem com a economia do país.

Porém cada um de nós contribui na hora que consome. Assim, todos os catarinenses, todos os brasileiros deveriam ter direito em função da sua contribuição, porque hoje esse direito, em minha opinião, é usurpado pelos municípios e estados onde há maior produção, que aparecem nos controles do governo com uma arrecadação maior e recebem, conseqüentemente, um retorno maior, em prejuízo das cidades menores.

Vimos nesta sessão, há alguns minutos, a presidente da Associação dos Moradores do Morro do Baú fazer a reclamação de que no seu município, Ilhota, não foram realizadas as obras de recuperação das estradas, de limpeza dos rios e riachos para diminuir os efeitos de uma próxima catástrofe. Na verdade, o prefeito não faz não porque não goste do Morro do Baú, mas porque Ilhota está classificada entre as cidades que produzem pouco, que ganham pouco, porque é uma cidade pequena, essencialmente consumidora, de agricultores e tem a sua economia pouco contabilizada.

Srs. deputados, vejam que essa reforma tributária também faria justiça com inúmeros municípios atingidos pela enchente, municípios pequenos, que consomem, mas que não produzem, porque não abrigam nenhuma fábrica de expressão estadual ou nacional. E isso influi na folha de retorno dos tributos, na folha do retorno do FPM, do ICMS, porque são classificados como se não produzissem, quando na verdade quem paga o imposto é quem consome. Não importa onde a cerveja é produzida porque quem paga de fato o tributo é quem a consome. E assim é com o arroz,

com o feijão, com a geladeira, com o carro, enfim, com qualquer produto, porque na hora em que você consome, na hora em que você compra, você está pagando imposto. A verdade é que ele é mal distribuído; 40% do dinheiro que existe é fruto de imposto, de tributo. Desses 40%, quase a metade precisa ser usada para fazer a equalização social, para promover a boa convivência, para fazer com que todos tenham o mínimo para viver bem, seja na saúde, na educação ou na segurança.

Por isso vamos lutar por essa reforma tributária e pela justiça social.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o sr. deputado Décio Góes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero colocar esse adesivo na minha roupa para chamar a atenção da necessidade de acostamento, de acabamento e de medidas de segurança na SC-483, porque recebemos, juntamente com o secretário de Desenvolvimento Regional Heriberto Schmidt, do vale do Araranguá, com várias autoridades da região, além deste deputado e do deputado Valmir Comin, um abaixo-assinado com mais de quatro mil assinaturas, proveniente de Jacinto Machado e de Ermo, eis que na comunidade de Último Rio mais de 40 pessoas faleceram vítimas de acidentes naquela rodovia.

Naquele evento estavam mais de 300 famílias, e era difícil a que não tivesse um ente querido atropelado naquela rodovia. Havia um sentimento de revolta muito grande. Foi um ato que ficou marcado pela emoção, porque eles colocaram 40 cadeiras vazias, com um balão preto representando as pessoas falecidas, além dos depoimentos das pessoas que ficaram mutiladas, que ficaram aleijadas e com sequelas.

Portanto, é um abaixo-assinado com mais de quatro mil assinaturas, entregue por mais de 300 famílias, que solicitaram a nossa interveniência junto ao governo do estado, junto ao secretário Regional, que ficou emocionado e saiu de lá comprometido para nos ajudar a resolver essa questão.

Então, desta tribuna estamos fazendo um apelo ao Deinfra, ao governo do estado, para que olhe com carinho essa questão do acostamento na SC-483, de Jacinto Machado a Ermo.

Nessa segunda-feira tive uma reunião com as comunidades de São Domingos, Vila Maria e Espigão da Pedra, em Criciúma, divisa com Araranguá, no sul do estado, onde foi construída a penitenciária do sul. É uma comunidade simples, de agricultores e famílias que acreditam nas palavras. Está virando rotina, deputado Dionei Walter da Silva, as penitenciárias não serem concluídas em Santa Catarina, infelizmente. Em contrapartida, deixaram claro para a população que seria pavimentada a estrada de acesso à BR-101, passando pela comunidade de São Domingos em direção à Vila Maria, em torno de quatro quilômetros.

Por questão orçamentária, no ano passado foram repassados R\$ 500 mil do governo federal, e a prefeitura daria mais R\$ 100 mil. Com R\$ 600 mil foram contratados 3.550m com a empreiteira Sulcatarinense. Fizeram 1.700m e sumiram. E não se sabe como foi feito o contrato, se consta ou não o valor, se podem ou não sumir. Mas deram a entender que depois a obra seria concluída. Então, foi feito um acordo com o secretário da Segurança, com o secretário Regional, com todo o *staff* do governo e com a prefeitura.

Hoje, a parte da estrada que possui base é transitável. Quanto à que não tem, na semana passada, o ônibus de linha que por lá trafegava foi suspenso e a comunidade não tem mais esse serviço. Mas nesse final de semana a população consertou a estrada em Vila Maria, perto da penitenciária, para que o ônibus escolar buscasse seus filhos, para não ficarem sem estudo, porque a situação é dramática.

O governador, no dia da inauguração da penitenciária, comprometeu-se com o acesso. Nada mais justo e correto. Então, a população está aguardando. Os carros públicos que trafegam todos os dias no acesso à penitenciária não vão aguentar devido aos buracos, causando assim desperdício do dinheiro público, o que não faz bem ao estado, que tem interesse na pavimentação.

Por isso, faço um apelo ao governo do estado, ao Deinfra, à secretaria da Segurança Pública, ao secretário Regional, no sentido de fazer uma corrente de unidade para concluir essa obra importante para a comunidade.

Nesses minutos que me sobram quero dizer que amanhã estarei em Brasília acompanhando uma audiência pública a respeito do Projeto de Lei n. 4.413/2008, que está na comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, quando se discutirá a criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil.

É uma reivindicação antiga da nossa categoria profissional. Nós entendemos a arquitetura como uma das profissões mais antigas do mundo, e temos direito a uma regulamentação própria e a um conselho próprio para que possamos realmente tipificar e qualificar o que é a arquitetura, unificar essa importante categoria profissional que tanto referendou o Brasil em projetos importantes, como Brasília e tantos outros. É um sonho de mais de 50 anos que o IAB - Instituto dos Arquitetos do Brasil - vem capitaneando.

Então, amanhã estarei representando a Assembleia Legislativa nessa audiência pública que tenta dar um desfecho para a tramitação desse projeto tão importante para a categoria dos arquitetos.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Quero apenas registrar a presença de Fernandes Luiz Andretta, que é de Chapecó. Ele é um tucano de alto coturno que nos está visitando!

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Giancarlo Tomelin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, senhores que nos assistem pela TVAL e que nos ouvem pela Rádio AleSC Digital, senhoras e senhores que estão no Plenário Osni Régis, eu ouvi atentamente o discurso do deputado Décio Góes, que trouxe aqui um adesivo, deputado Serafim Venzon, sobre a SC-483. Ele tem razão! Temos que o ajudar nessa batalha. Mas imaginem o tamanho do adesivo da BR-101, no trecho sul! Já aliviaria uma barbaridade. Se ele trouxe o adesivo da BR-101, no trecho sul, e o adesivo para reivindicar o não pagamento do pedágio no trecho sul - e o trecho não está duplicado e foi o governo que ele representa aqui em Santa Catarina que implantou o pedágio -, eu acho que este plenário seria pequeno para o tamanho do adesivo.

Deputado Décio Góes, lute pela BR-101/sul e tire o pedágio que já ajudará uma barbaridade os catarinenses! Cobre isso da senadora Ideli Salvatti, que é a dona do pedágio em Santa Catarina, para tirarmos o pedágio do nosso estado!

Deputado Serafim Venzon, eu não poderia, na tarde de hoje, calar-me - até porque represento as pessoas do vale de Itajaí e de Santa Catarina, em especial a região metropolitana - diante do que vejo estampado em todos os jornais de Santa Catarina, ou seja, o corte das verbas para o nosso estado. E de tantas que foram cortadas, eu elenco apenas o doanel viário de Gaspar. Aqueles que transitam entre Blumenau e Itajaí e têm que passar sem oanel viário, como ficam? Realmente isso tem inviabilizado o desenvolvimento econômico no médio vale. E, mais do que isso, as obras são para a prevenção de desastres. De R\$ 50 milhões previstos no Orçamento, zero! Deputado José Natal, de R\$ 50 milhões, zero!

E aí, deputados Dionei Walter da Silva, Serafim Venzon e Professor Grando, com toda a serenidade que o meu coração tem, com toda a verdade com a qual eu me manifesto na Assembleia Legislativa, com tudo de bom que eu tenho - e luto para cada vez mais ser uma pessoa melhor -, espero que isso não seja mais um factóide desse governo, do tipo daquela fábula da pessoa que reclamava que estava muito ruim conviver com o bode que berrava no quintal. Daí o dono da fazenda veio e perguntou: "Está ruim com o bode no quintal"? A pessoa respondeu: "Está péssimo com o bode no quintal"! Novamente o fazendeiro questionou: "Mas está muito ruim mesmo"? "Está"! Assim disse o fazendeiro: "Vamos colocar o bode para dormir no seu quarto, junto com a senhora". Um mês depois, o dono da fazenda voltou e perguntou: "Como está o bode"? "Olha, meu senhor, está péssimo esse bode dentro do meu quarto". "Então, eu vou retirar o bode do seu quarto e colocá-lo no quintal". Ele realmente retirou e depois de um mês voltou e perguntou: "E aí, senhora, como está tudo"? "Agora está ótimo com o bode no quintal. Ruim estava com o bode dentro do meu quarto!"

E só espero, deputado Dionei Walter da Silva, que ninguém pouse de herói, num curto prazo, que não venha uma heroína saída dos céus dizendo que conseguiu recuperar essas verbas para o nosso estado, porque, catarinenses, se isso acontecer, será obra da Oposição e não do governo. O governo cortou, o governo tirou, o governo minou, o governo prometeu e não fez, e nós vamos aceitar?

Eu só espero que a senadora, que representa o Lula e não Santa Catarina, que tem prestado um desserviço ao nosso estado não conseguindo manter essas verbas, não venha agora, depois de ter criado a dificuldade, querer vender a facilidade. E se acontecer, eu já estou denunciando.

Espero, sim, que a bancada oposicionista possa mostrar ao governo que aquilo que foi feito aqui é um descalabro. De R\$ 302 milhões reduzir R\$ 160 milhões, e nós precisando tanto, é um absurdo! Inclusive, esteve aqui o representante da Adarb - Associação dos Desabrigados e Atingidos da Região do Baú -, solicitando o desassoreamento dos rios do Morro do Baú. Eu não posso e não vou-me calar diante dessa injustiça!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Giancarlo Tomelin, v.exa. faz um belo pronunciamento, é o deputado mais entusiasta desta Assembleia Legislativa.

Veja que emendas às quais v.exa. se refere são do Fórum Parlamentar Catarinenses, são emendas dos 16 deputados federais de todos os partidos e dos três senadores, que no total somam R\$ 302 milhões. E agora o governo Lula, apesar de dizer que está dando dinheiro para tantas outras coisas, cortou aqui onde os deputados, aqueles que colocaram a cara para bater, andaram pedindo votos até para o presidente Lula. E agora o presidente cortou as emendas deles, dos deputados e senadores.

Veja que teve a coragem de cortar R\$ 50 milhões das enchentes, como v.exa. falou, teve a coragem de cortar R\$ 4 milhões da Saúde e teve a coragem de cortar até da Universidade Federal da Fronteira Sul, em Chapecó, que nem começou. Só naquela universidade o corte foi de R\$ 7 milhões.

Então, veja que a nossa preocupação é justamente com a falta dessas verbas, que são decorrentes de emendas parlamentares e que iriam fazer um bem para Santa Catarina. Mas, como v.exa. disse, aparecerá um que irá dizer: "Deixa que eu resolvo tudo". Espero que não seja essa a armadilha. Mas queremos que o presidente Lula devolva a Santa Catarina o que lhe é de direito.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - V.Exa., com a experiência de parlamentar federal, sabe bem como funcionam as emendas. Eu agradeço o seu aparte, deputado Serafim Venzon, e tenho certeza de que isso não vai acontecer porque, se acontecer, o catarinense vai saber diferenciar. Não podemos criar a dificuldade para vender a facilidade, não para nós, de

Santa Catarina. Talvez a senadora, que não é catarinense, queira agir assim, mas os catarinenses saberão diferenciar.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Quero apenas complementar, deputado.

Quando falamos em política neste país, vem o discurso da saúde, da educação, da infraestrutura urbana e tantas outras coisas. No entanto, essas emendas incluíam recursos para as duas universidades e foram cortados. Só da Uniplac, no planalto serrano, foram cortados R\$ 5 milhões. Então, não dá para entender o discurso do governo federal.

Quero dizer a v.exa. da minha surpresa, lendo as notícias, ao saber que o Senado Federal vai abrir uma licitação para fazer um novo restaurante e uma lancheonete. Na Câmara Federal há dois restaurantes e uma lancheonete, e o Senado Federal vai abrir uma licitação para construir uma obra de 800m² para o novo restaurante, no valor de R\$ 1,5 milhão. O Senado da República continua realmente repercutindo mal perante a sociedade.

Em contrapartida, o governo federal corta recursos destinados a Santa Catarina. Temos que ver onde a senadora Ideli Salvatti está colocando o pé. Se é o pé na ré de Santa Catarina ou se virá com um discurso político mais à frente.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Agradeço, deputado José Natal.

Espero, deputado Serafim Venzon, que não tenham sido os novos parceiros de trabalho da senadora Ideli Salvatti - José Sarney, Jader Barbalho, Renan Calheiros, Collor de Mello - que tenham influenciado o governo a cortar aquilo que nos é necessário.

Nós tivemos uma enchente que nos deixou deveras machucados. Agora assistimos ao governo federal cortar verbas que já estavam definidas. Mas se aparecer um salvador da pátria, saiba, catarinense, que alguém colocou o bode na sala para bater no peito e poder dizer a você que foi ele que tirou. E espero que o bode saia da sala!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Giancarlo Tomelin.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dionei Walter da Silva, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, hoje é a minha penúltima sessão na Assembleia Legislativa e confesso que vou sentir saudades desses debates e, principalmente, da preocupação que os tucanos têm com a senadora Ideli Salvatti.

Deputado Moacir Sopelsa, eles sabem do trabalho que ela faz por Santa Catarina, sabem do compromisso que ela tem com o nosso estado, já demonstrado na prática, com ações concretas para o estado de Santa Catarina.

Podemos citar apenas a educação tecnológica e superior pública e gratuita em

nosso estado, que no governo deles estava acabando. Inclusive, um projeto de lei aprovado impedia que o estado brasileiro investisse no ensino tecnológico e no ensino superior público, a não ser em parceria com as chamadas escolas comunitárias, em que o estado brasileiro entrava com os recursos e os estabelecimentos particulares cobravam mensalidades. Mesmo assim, tínhamos no estado apenas sete escolas e agora vamos concluir este governo inaugurando a 27ª escola técnica no estado de Santa Catarina.

Já foram aprovados e estão em andamento os três novos *campi* da UFSC, assim como a nova Universidade Federal da Fronteira Sul. Trata-se de uma ação de governo federal, mas capitaneada, defendida pela senadora Ideli Salvatti, que tanto preocupa os tucanos.

Contingenciamento de emendas parlamentares, srs. deputados, vir aqui dizer que é corte no Orçamento para o estado de Santa Catarina?! Vamos ser responsáveis por aquilo que falamos. A emenda parlamentar, que eu, particularmente, acho uma excrecência no regime democrático, é um recurso que o deputado faz destinando verbas para onde ele quer. Não é um programa de governo. Então, não existiu corte de programas do governo federal.

O problema do Morro do Baú não é do governo federal. A representante daquela região falou aqui em mais de R\$ 1 milhão de recursos para os agricultores, mas que foram compradas máquinas para a secretaria de Obras da prefeitura. O desassoreamento é necessário e o estado já tem os recursos para fazer, e não faz.

Agora, com isso eu não vejo os deputados estaduais tucanos, deputado Décio Góes, preocupados. Eles não estão preocupados com a sua função de fiscalizadores do dinheiro público do estado de Santa Catarina. Eles ficam aqui fazendo marolinhas, fazendo firulas, atacando pessoas que trabalham e que se preocupam com o nosso estado. Inclusive, ficam tentando fazer com que a sociedade catarinense se deixe enganar. Mas eu tenho certeza de que ela está esclarecida e não vai mais se deixar enganar por esses discursos fáceis que os tucanos fazem.

Eu tenho aqui, deputado Décio Góes, uma entrevista publicada nos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo*, que eles gostam tanto de trazer para a tribuna. Eles nem trazem os de Santa Catarina porque aparecem os problemas com os quais deveriam estar preocupados. Mas, já que eles gostam de jornais nacionais, eu tenho aqui um que trouxe uma entrevista com Everardo Maciel, que foi secretário executivo em quatro ministérios na época do então presidente Fernando Henrique Cardoso: ministérios da Fazenda, da Educação, do Interior e da Casa Civil. Vou ler bem resumidamente porque é uma entrevista grande, mas é de alguém do governo tucano. Diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Vamos ao que, sem meias palavras, afirma Everardo Maciel sobre os rumorosíssimos casos da dita 'manobra contábil' da Petrobras - que desaguou numa CPI[...]."

Ele afirma:

"- Não passam de factoides. Não passam de uma farsa.

Sobre a suposta manobra contábil que ganhou asas e virou fato quase questionável, diz o ex-Secretário da Receita Federal de FHC:

- É farsa, factóide... a Petrobras tem ABSOLUTO DIREITO de escolher o regime de caixa ou de competência para variações cambiais, por sua própria natureza imprevisível, em qualquer época do ano.[...]"

E no caso da ministra Dilma Rousseff, ele diz o seguinte:

(Continua lendo.)

"- Se ocorreu o diálogo, ele tem duas qualificações: ou era muito grave ou algo banal. Se era banal deveria ter sido esquecido e não estar nas manchetes.[...]"[sic]

E se era grave, deputado Décio Góes, deveria ter sido denunciado na época da suposta conversa.

Então, são factoides, falácias que os tucanos tentam fazer a sociedade brasileira crer. Tenho a entrevista inteira aqui e se algum tucano quiser uma cópia para ler é só pedir. Além disso, Everardo Maciel deve ser alguém da confiança deles porque ocupou cargos de alto escalão em quatro ministérios de governo tucano.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Pois não! Ouço v.exa.

O Sr. Deputado Décio Góes - Rapidamente, quero só dizer que eles estão tão preocupados que não têm outro assunto senão falar do governo federal nessa tribuna, ao invés de se preocupar com os problemas locais. Por exemplo, na hora em que a Tatiana da associação dos desabrigados estava aqui no plenário, esses faladores estavam todos fora. E se estivessem aqui podiam ter-nos ajudado a criar condições de resolver os problemas concretos que ela trouxe. E mais, o dinheiro federal chegou, mas não lá, e chegou de outra forma, não da forma que vai resolver efetivamente os problemas deles.

É esta a convocação que precisamos fazer para os tucanos de plantão e para outros: vamos ajudar a resolver os problemas concretos das tantas Tatianas que há naquela região de Santa Catarina, que está precisando efetivamente da ajuda desse pessoal.

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. me concede um aparte.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Tenho mais um assunto a abordar, mas eu lhe concedo a palavra, deputado Professor Grandó.

O Sr. Deputado Professor Grandó - Serei bastante rápido para dar um exemplo. Eu era prefeito da capital de todos os catarinenses quando, um dia antes do Natal, houve aquela catástrofe na nossa ilha. E, claro, tivemos prioridades, não dormimos à noite, ficamos 72 horas tocando direto o trabalho e conseguimos fazer andar a nossa cidade sem problema nenhum. Tivemos gastos e assumimos as despesas dizendo que os recursos para a calamidade pública viriam na semana que vem ou no mês que vem. Passou todo o ano de 1996, que era o ano eleitoral, e nada veio para a prefeitura. Vejam como as

discussões e as brigas políticas prejudicam o município. Aí a sucessora assumiu, não levou 15 dias e os recursos vieram.

Então pergunto: por que levou um ano e dois meses e não vieram os recursos para uma administração que, inclusive, assumira antecipadamente para poder dar funcionalidade à cidade? Por que depois, quando assumiu a nova prefeita, os recursos chegaram em apenas 15 dias? Isso a história um dia vai contar!

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Exatamente! E na questão das emendas parlamentares, deputados, basta voltarmos ao período de Fernando Henrique Cardoso, pois as emendas não eram liberadas na sua grande maioria e foram utilizadas como moeda de troca para compra de votos para aprovar a reeleição! Isso, inclusive, foi denunciado por vários órgãos de imprensa.

Nós não vimos, por exemplo, quando fomos a Rio do Sul fazer uma vitória no presídio, deputado Sargento Amauri Soares, os deputados do PSDB preocupados em fiscalizar as ações do governo do estado, que é a função deles! Eles estão preocupados com a senadora Ideli Salvatti, com a ministra Dilma Rousseff e com a possibilidade de ficarem, com certeza, mais quatro anos longe do poder nacional.

Então, essa é a preocupação, esse é o debate que está colocado e estamos fazendo a nossa parte no tempo em que aqui estivermos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Dionei Walter da Silva.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, só quero fazer um registro. Há pouco, no microfone de aparte, o deputado Décio Góes afirmou que havia muitos deputados que não estavam em plenário no momento em que a representante da associação dos desabrigados estava pronunciando-se. Acho que o deputado Décio Góes deve nominar os deputados que estavam ausentes do plenário e não generalizar.

Quanto à visita ao presídio de Rio do Sul, deputado Dionei Walter da Silva, se alguns deputados tucanos não foram é porque têm outras obrigações também, existem muitas demandas em Santa Catarina e cada qual deve estar nas suas regiões atendendo os apelos e as necessidades de cada um dos municípios como hoje, por exemplo, quando fiz meu discurso.

Além disso, hoje, às 14h, quando fiz o meu pronunciamento da tribuna, não havia em plenário nenhum deputado do PT para me escutar.

Então, acho que o debate político é salutar! O debate político é importante! O que não se admite é dizer que algum deputado...

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva (Intervindo) - Sr. presidente, o deputado fez seu pronunciamento. Pela ordem

não é para isso! Ele teve a sua fala, permitimos que falasse e não existe amparo regimental para essa fala dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Marcos Vieira, pela ordem não se pode apartear um depu-

tado. V.Exa. deveria fazê-lo através de aparte.

Não havendo mais tempo regimental, esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte

Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 036ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2009

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 16h15, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dionei Walter da Silva - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Professor Grando - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO Ordem do Dia

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Agradece a escolha para a presidência da Comissão Especial e declara o seu voto favorável à indicação do deputado Julio Garcia para o TCE.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (pela ordem) - Justifica a ausência do deputado Julio Garcia e externa o voto favorável da bancada do DEM à sua indicação ao TCE.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Manifesta-se favorável à escolha do deputado Julio Garcia para o TCE.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Externa sua admiração e o seu voto a favor de Julio Garcia.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Em nome da bancada do PT, encaminha o voto favorável ao PDL n. 0001/2009.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Como líder do PPS, encaminha o voto "sim" ao nome do deputado Julio Garcia ao TCE.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Parabeniza o trabalho da Comissão Especial e encaminha o voto "sim" à indicação do deputado Julio Garcia ao TCE.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Em nome do PSDB expressa o voto favorável do partido.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Elogia as qualidades do indicado e vota "sim".

DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA (pela ordem) - Rememora passagens de

convivência com o deputado Julio Garcia e vota "sim".

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Declara o voto favorável ao companheiro Julio Garcia.

DEPUTADO RENATO HINNIG (pela ordem) - Regozija-se com a escolha de Julio Garcia para o TCE e vota "sim".

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Encaminha o voto favorável, em nome da bancada do PP, à indicação de Julio Garcia para o TCE.

DEPUTADO JAILSON LIMA (pela ordem) - Registra a presença de empresários de Rio do Sul; declara seu voto a favor do PDL n. 0001/2009.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Elogia as qualidades do indicado e aprova a sua indicação.

DEPUTADO VALMIR COMIN (pela ordem) - Expressa o voto a favor da indicação do deputado Julio Garcia para o TCE.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Manifesta seu voto "sim" ao PDL n. 0001/2009.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (pela ordem) - Elogia o indicado e adianta que seu voto é "sim".

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Expressa seu agradecimento ao deputado Julio Garcia e seu voto "sim".

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL (pela ordem) - Parabeniza o município de Navegantes e deseja sucesso ao novo conselheiro do TCE.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Demonstra seu agradecimento ao deputado Julio Garcia e externa o voto favorável.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (pela ordem) - Elogia o indicado e apoia sua indicação a conselheiro do TCE.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Pede a volta do ex-deputado Gilson dos Santos ao PP e deseja sucesso ao deputado Julio Garcia na nova missão.

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA (pela ordem) - Mostra-se a favor da aprovação do PDL n. 0001/2009.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Chama Julio Garcia de homem cordial e aprova sua indicação ao TCE.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Manifesta-se favoravelmente à indicação do deputado Julio Garcia para conselheiro do TCE.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Afirma que muito aprendeu com o indicado e aprova sua indicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo n. 0001/2009, que aprova o nome do deputado Julio Cesar Garcia, indicado pelo excelentíssimo governador do estado de Santa Catarina, conforme estabelece o art. 40, inciso XXIII, alínea "a", da Constituição do Estado, para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os que votarem "não" rejeitam-no.

Determino à assessoria que abra o painel para a votação, que será secreta e nominal.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O Sr. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, em primeiro lugar quero agradecer à minha bancada que me indicou para compor a comissão que analisou a indicação de sua excelência, o sr. governador. Agradeço também aos membros da comissão que me escolheram presidente, ao deputado Antônio Aguiar que foi eleito relator e que em tempo recorde cumpriu sua missão.

Ontem estávamos na comissão. Na manhã de hoje apreciamos o parecer do eminente relator, que foi aprovado por unanimidade. Comunicamos a v.exa. ao meio-dia e agora já estamos em processo de votação.

Alguns da imprensa nos perguntaram por que tanta rapidez. E respondi, deputado Genésio Goulart, que tanta rapidez é a forma de homenagear esse grande

deputado, esse grande parlamentar, presidente por duas vezes, por unanimidade, desta Casa. Isso nos permite agora o homenagear cumprindo o rito, porque o rito é diferente, é apenas de análise da documentação, uma vez que a indicação é do governador, e estamos tendo a oportunidade agora de votar pela aprovação do nome do nosso grande parlamentar e amigo Julio Garcia.

Ele fará com que esta Casa perca, sim, estamos conscientes, deputado Cesar Souza Júnior, líder do Democratas. Esta Casa perderá muito com a saída do deputado Julio Garcia, mas com certeza o Tribunal de Contas, conselheiro Gilson, que é um órgão ligado constitucionalmente a esta Casa, vai ganhar. Perdemos aqui, mas ganha a vizinhança, ganha o Tribunal de Contas de Santa Catarina, porque terá, a partir de agora, mais um grande catarinense a serviço daquela Corte de Contas.

Portanto, é essa homenagem que queremos fazer em nome da comissão a esse grande parlamentar Julio Garcia.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Cesar Souza Júnior, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, srs. deputados, quero, inicialmente aqui, em nome do deputado Julio Garcia, justificar a sua ausência nesta tarde. O deputado se encontra em São Paulo, num compromisso previamente marcado com seu filho, que passa por alguns exames médicos, e por conta disso não está presente nesta tarde, mas transmite um forte abraço a todos os colegas deputados, neste momento em que estamos fazendo essa votação tão importante.

Sr. presidente, certamente este Parlamento vai empobrecer porque vai perder um deputado com a capacidade de articulação, com o companheirismo e com o espírito público que tem o deputado Julio Garcia, que soube, durante a sua trajetória, fazer política com grandeza, respeitando as diferenças, mas mantendo, sobretudo, a integridade deste Poder.

Creio que o deputado Julio Garcia deixa-nos, a todos nós, uma missão de homem público que soube conciliar a atividade político-partidária com a grandeza e o fortalecimento do Poder Legislativo. Certamente agora o Tribunal de Contas de Santa Catarina vai ganhar um homem experiente, capaz, dedicado, apaixonado pelo que faz, mas, acima de tudo, alguém capaz de unir, convergir, às vezes, aquilo que parece irreconciliável.

O deputado Julio Garcia sente não estar aqui nesta tarde, mas na próxima terça-feira aqui estará para fazer o seu discurso de despedida deste Parlamento, que será automaticamente o seu discurso de entrada neste importante órgão que é o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem,

a deputada Professora Odete de Jesus, para encaminhamento de votação.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Eu quero, sr. presidente, somente dez segundos para dizer do potencial deste grande homem público, o deputado Julio Garcia, que consegue reunir todas as bancadas. E digo que tenho certeza de que o estado de Santa Catarina aplaude esse grande homem público. Apenas dez segundos, sr. presidente, para dar nota dez para s.exa.

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves, para declaração de voto.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, quero falar rapidamente até porque a fila está grande atrás de mim e eu tenho que votar ainda, mas eu não poderia esquecer de deixar registrado, nesta Casa, o sentimento de carinho, de amizade, de respeito a esse homem público, leal acima de tudo. Ele é uma das pessoas mais corretas que vi trabalhar dentro desta Casa, no tempo em que estou aqui; correta no sentido do cumprimento dos acordos.

Nas duas vezes em que assumiu a Presidência, e v.exa. também teve a oportunidade de acompanhar, consegui, com muita sapiência, com muita paciência, inclusive, tocar esta Casa de maneira unânime. E dessa forma, de maneira unânime também, está indo para o outro lado da praça levar a sua capacidade, a sua lealdade aos novos companheiros que terá lá no Tribunal de Contas.

Que Deus ilumine a vida desse homem público e que possa dar-lhe o mesmo sentimento e a mesma capacidade que exercitou nesta Casa.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, queremos fazer uma saudação ao deputado Julio Garcia e agradecer ao governador por ter indicado uns dos membros desta Casa. Mesmo com toda a nossa divergência ideológica, é um político que respeita a diversidade, valoriza o diálogo e o compromisso assumido.

Então, a nossa saudação ao deputado Julio Garcia, desejando-lhe muito sucesso no Tribunal de Contas!

O Sr. Deputado Professor Grandó - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grandó, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, companheiros deputados, quero agradecer à comissão pelo seu trabalho eficiente e dizer que tanto

eu, quanto o deputado Reno Caramori, em 1991, quando iniciamos o nosso mandato, demos o nosso voto, pela primeira vez, por unanimidade, ao então deputado Gilson dos Santos para presidente desta Casa. E casualmente agora o conselheiro Gilson dos Santos, que foi para o Tribunal de Contas meritoriamente e onde fez um belo trabalho, está saindo de lá e em seu lugar estamos indicando o deputado Julio Garcia.

Com certeza, a política de Santa Catarina irá perder um grande nome, mas o Tribunal de Contas ganhará, tecnicamente, respeitabilidade, pelo trabalho que os seus conselheiros fazem.

Então, os nossos parabéns e em nome do PPS queremos saudar tanto o conselheiro que está saindo, Gilson dos Santos, como o que está entrando, Julio Garcia.

Obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, gostaríamos de parabenizar o trabalho, sob a presidência do deputado Joares Ponticelli, que foi realizado nesta semana para que o deputado Julio Garcia fosse aprovado para conselheiro do Tribunal de Contas.

Quero cumprimentar o ex-deputado Gilson dos Santos, ex-conselheiro aqui presente e, em nome da bancada do PMDB, agradecer ao deputado Julio Garcia pelo belo trabalho feito nesses quatro anos de mandato. Ele foi o único presidente da Casa reeleito por unanimidade, e isso graças ao seu trabalho, à sua competência, à sua dedicação aos deputados. Certamente engrandeceu o Parlamento catarinense, fazendo com que trabalhássemos em harmonia durante esses quatro anos.

Era essa a nossa manifestação, sr. presidente!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, queria, inicialmente, cumprimentar o deputado Joares Ponticelli, presidente da Comissão Especial; o deputado Antônio Aguiar, tão bem escolhido por toda a comissão para ser o relator desse projeto de decreto legislativo que indica o nome do deputado Julio Garcia para ser um dos conselheiros do Tribunal de Contas do Estado.

Ainda gostaria de dizer do meu orgulho de poder aprovar o seu nome naquela comissão e representar a vontade dos deputados Marcos Vieira, Nilson Gonçalves, Giancarlo Tomelin, José Natal, Jorginho Mello, enfim, da bancada do PSDB. E cito também os deputados Gilmar Knaesel e Dado Cherem, que estão licenciados e ocupam, hoje, o cargo de secretários, mas que também gostariam de estar aqui aprovando a indicação de Julio Garcia, que a

partir de agora passa a ser um dos conselheiros do Tribunal de Contas do Estado.

Estive manuseando um pouco o currículo social, o currículo político do deputado Julio Garcia e certamente posso destacar o poder de conciliação que tem. Aqui mesmo na Assembleia, quando foi candidato, obteve o voto de todos os partidos para ser o presidente, e certamente lá como, conselheiro, saberá buscar a conciliação para promover a justiça.

Muito obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota, para declaração de voto.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, quero cumprimentá-lo, assim como todos os pares desta Casa. Gostaria de dizer que, mais uma vez, o Parlamento catarinense está dando uma demonstração de maturidade.

Quero cumprimentar o deputado Joares Ponticelli, que presidiu a comissão que analisou o nome do eminente deputado Julio Garcia. Ontem, à tarde e também à noite, a comissão se reuniu e hoje de manhã o projeto já estava pronto para vir a plenário e assim v.exa., sr. presidente, pôde colocá-lo em votação.

Gostaria de dizer que o deputado Julio Garcia é uma marca que não vai se apagar nesta Casa, pois é um amigo de todos, um homem leal. Certamente não vamos esquecê-lo jamais.

Sabemos que a Assembleia já perdeu alguns bons parlamentares, como o deputado João Henrique Blasi e o deputado Gilson dos Santos, no passado - e esperamos até que ele volte para esta Casa para nos ajudar -, o deputado Herneus de Nadal e tantos outros. E certamente sentimos saudade deles pela sua forma de agir e pela sua sabedoria.

Então, quero dizer que o deputado Julio Garcia vai deixar marcas inesquecíveis: de lealdade, companheirismo e amizade. Eu lamento esse amigo ter tido inicialmente só um voto. Mas já falei para ele, três dias atrás, que começou com dois votos, o meu e o dele, e que agora vai começar com 13 votos, que são o dele e os 12 da nossa bancada.

Por isso, com certeza, por unanimidade, vamos dar uma demonstração do carinho que todos temos pelo eminente deputado Julio Garcia, que a partir desse instante está-se encaminhando para o Tribunal de Contas. E esperamos que lá possa prestar relevantes serviços, como prestou neste Parlamento.

Gostaria de dizer ao ex-deputado Gilson que se prepare e volte para ajudar o Parlamento catarinense, porque precisamos desses grandes nomes para ajudar a construir, cada vez mais, o estado de Santa Catarina.

Muito obrigado, presidente!

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem,

o sr. deputado Dionei Walter da Silva, para declaração de voto.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. presidente, quero dizer da honra de poder, neste curto espaço de suplência - inclusive amanhã será a minha última sessão -, dar esse voto, mais uma vez, ao deputado Julio Garcia que, pela relação de trabalho durante os quatro anos de mandato, mostrou-se um democrata não no sentido partidário, mas no sentido literal da palavra, de honrar acordos, de respeito todos os parlamentares e a democracia.

Há dois episódios que eu quero registrar, sr. presidente. Um deles foi quando fizemos, nesta Casa, uma moção de apoio a Emir Sader, porque havia aquela briga com o senador Jorge Bornhausen, do partido do presidente. E num empate de plenário, o deputado Julio Garcia desempatou favoravelmente ao encaminhamento da moção, numa demonstração do seu espírito democrático.

Em outra ocasião, em Guarumirim, na inauguração de uma obra, cidade onde o prefeito era do Democratas, com o à época senador Jorge Bornhausen presente, ele foi chamado para falar em nome da Assembleia Legislativa. Mas ao cumprimentar as pessoas, disse que quemalaria em nome desta Casa seria o deputado da região, ou seja, este deputado.

Então, momentos como esses mostram a grandeza e o espírito público e democrático do deputado Julio Garcia, e tenho certeza de que estará agindo assim junto ao Tribunal de Contas, com o nosso voto de apoio, sr. presidente.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos, para declaração de voto.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, a votação unânime e as palavras elogiosas de todos os deputados referentes ao deputado Julio Garcia, futuro conselheiro, demonstram a honradez, a capacidade de articulação, o espírito democrático com que conduziu esta Casa e como se comportou durante os mandatos em que esteve na Assembleia Legislativa.

Portanto, esta Casa, sr. presidente, perde um grande deputado, mas o Tribunal de Contas ganha um grande conselheiro.

Minha saudação ao deputado Julio Garcia e também ao nosso ex-deputado e ex-conselheiro, Gilson dos Santos.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Renato Hinnig, para declaração de voto.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, gostaria, em primeiro lugar, de cumprimentar o ex-deputado e ex-conselheiro do Tribunal de Contas, Otávio Gilson dos Santos, um amigo de todos, e, ao mesmo tempo, registrar a alegria de, nesta data, poder votar no quase ex-deputado Julio Garcia, que agora certamente vai

receber o apoio de todos os colegas parlamentares para desempenhar mais essa honrosa função pública de conselheiro do Tribunal de Contas.

Perde a Assembleia Legislativa com a saída do deputado Julio Garcia, mas ganha o Tribunal de Contas com o concurso de um conselheiro que vai deixar também naquela Casa a sua marca de homem público probo, sério e muito articulado.

Parabéns ao deputado Julio Garcia!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, em nome do Partido Progressista e da nossa bancada, em primeiro lugar queremos agradecer ao ex-conselheiro e ex-deputado estadual Gilson dos Santos, pelo bom exemplo, para o estado e para o Brasil, de um homem trabalhador, honesto e sério, que deu para Santa Catarina uma grande contribuição nesta Casa e no Tribunal de Contas.

Ao mesmo tempo, gostaria de enaltecer a grandeza de homem público que é o deputado Julio Garcia, que certamente fará um trabalho exemplar no Tribunal de Contas e será outro homem público que servirá de exemplo para o nosso estado e para o país, como já demonstrou nesta Casa.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, primeiramente gostaria de anunciar a presença dos empresários de Rio do Sul: Luis Antônio Stramosk, da Simmers; Vitor Goetten de Lima, da Sinfiatic; Edesio Varella, da Sinfiatic; Cleber Stassun, da Acirs; Ciro José Cerutti, da Acirs; Onir Miliorini, da Sinduscon; Clovis Schmidt, da CDL; e Lino Rohden, da Acirs.

Como deputado, também gostaria de registrar que o deputado Julio Garcia representou muito bem o povo catarinense nesta Casa. E quando votei nele para a Presidência da Casa, disse que pela primeira vez estaria votando em alguém do Democratas. Hoje, mais uma vez, voto não no cidadão do partido Democratas, mas no cidadão democrático que nesta Casa mostrou que o que se diz, cumpre-se no fio do bigode.

Parabéns, deputado Julio Garcia! Foi um prazer, mais uma vez, votar no seu nome, porque sei que o Tribunal de Contas será qualificado com a sua presença e sei que os catarinenses ficarão tranquilos com as avaliações dos prefeitos, dos gestores públicos do estado catarinense feitas por v.exa.

Muito obrigado!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima, para declaração de voto.

É um prazer tê-la de volta e toda a Casa quer dar-lhe as boas-vindas pelo seu retorno. O seu retorno orgulha-nos e agrada-nos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente!

Gostaria de cumprimentar o ex-deputado e conselheiro Gilson dos Santos e dizer que o meu voto está sendo dado com um misto de tristeza e alegria, até porque acho que v.sa. ainda é muito jovem para deixar o Tribunal de Contas. Mas voto com alegria também, como votei duas vezes, sr. presidente, no deputado Julio Garcia, que se revelou um homem justo e diplomático, um estadista na sua elegância e no trato com as pessoas, principalmente porque a política também é a arte de relacionar-se bem e cumprir a palavra e os compromissos assumidos.

Eu não sou do Democratas, mas reconheço que o deputado Julio Garcia sempre exerceu os cargos com muita coerência e por isso, sr. presidente, srs. parlamentares, tenho certeza de que irá para o Tribunal de Contas de Santa Catarina não com a bandeira do seu partido, mas com a bandeira do povo catarinense, fazendo justiça e avaliando com coerência todas as contas dos gestores públicos.

Dessa forma, o meu voto é "sim", com um misto de tristeza, pela ausência do deputado Julio Garcia e pela ausência do deputado Gilson dos Santos do Tribunal de Contas, mas de alegria porque o novo conselheiro certamente prestará um ótimo trabalho no TCE, como já o fez na Assembleia Legislativa.

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valmir Comin, para declaração de voto.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, primeiramente gostaria de saudar o nosso amigo, ex-deputado Otávio Gilson dos Santos, grande tribuno. Lembrome que, quando vereador, vinha do interior para Florianópolis e chegando aqui ficava admirando a pessoa do deputado Gilson dos Santos defendendo as causas de interesse do povo de Santa Catarina.

Hoje, tenho o prazer de estar presente neste momento de glória. Perde a Casa um grande parlamentar, o deputado Julio Garcia, um homem probo, de uma sensibilidade e de uma capacidade de articulação sem precedentes, enfim, um homem de palavra, que cumpre aquilo que diz.

Por isso é um prazer e uma satisfação essa indicação. Perde o Parlamento, deputado Julio Garcia, mas ganha Santa Catarina um grande conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos, para declaração de voto.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, quero cumprimentar o conselheiro Gilson dos

Santos e dizer que agradecer faz bem ao coração. Eu, de forma muito particular, sou muito agradecido ao deputado Julio Garcia porque por quatro meses tive a difícil missão de tentar substituí-lo nesta Casa.

Gostaria de desejar sucesso na sua caminhada e sintetizar a sua trajetória com as palavras do sábio Salomão, quando diz que a vereda do justo é como a luz da aurora, que vai brilhando mais até ser dia perfeito.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dagomar Carneiro, para declaração de voto.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente, da mesma forma, quero dizer da nossa satisfação e da nossa alegria de votar, hoje, no nome do deputado Julio Garcia para o Tribunal de Contas.

Eu aprendi a admirá-lo quando era vice-prefeito da cidade de Brusque, pelo carinho que sempre teve com a nossa cidade. E quando aqui chegamos como deputado de primeira legislatura, a maneira como ele recebeu os 39 deputados demonstrou que sempre foi, nos seus quatro anos, o presidente dos 40 deputados, sem distinção de partido.

Por isso, com muita alegria, voto pela segunda vez no deputado Julio Garcia. A primeira vez foi para presidente e agora para o Tribunal de Contas. Tenho certeza de que, com a ida do deputado Julio Garcia - e o deputado Herneus de Nadal também foi para o Tribunal de Contas -, aumenta, a cada dia, a competência do trabalho do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. E com certeza o deputado Julio Garcia vai fazer um grande trabalho, como o fez durante todas as suas legislaturas no Parlamento catarinense.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, eu também não poderia deixar de fazer um pronunciamento falando do voto que acabamos de dar em favor do deputado Julio Garcia para ser conselheiro do Tribunal de Contas.

E gostaria de lembrar um fato ocorrido no dia 27 de dezembro do ano passado. Depois de cinco dias num movimento pesado, angustiante e, por que não dizer, terrível, passaram-me a tarefa de conseguir um espaço onde aquelas lutadoras e lutadores pudessem dar um passo atrás, recuar para depois poder seguir adiante. Imediatamente liguei para o então presidente, deputado Julio Garcia, solicitando um espaço na Assembleia Legislativa, mais precisamente no Auditório Antonieta de Barros, para que pudéssemos realizar uma assembleia das esposas e familiares de praças, assim como dos praças que estavam saindo daquele movimento naquele

momento. Ele prontamente - era um sábado durante o recesso -, telefonou para um funcionário e pediu para colocar a Assembleia Legislativa à disposição de toda aquela gente cansada, que se sentia, ao mesmo tempo, revoltada e humilhada.

Então, por tantas outras coisas e também por isso, por ter possibilitado que Assembleia Legislativa fosse - e essa foi a forma como eu pude conhecer o deputado Julio Garcia, porque nesses dois anos que estou aqui ele era o presidente da Casa eleito em 1º de fevereiro de 2007 - aberta para os lutadores do povo, para as pessoas sofridas e cansadas da classe trabalhadora, inclusive para realizar o seu debate e sestearem após as jornadas de luta e pelo cansaço.

Assim, por isso o nosso voto ao deputado Julio Garcia, na certeza de que é uma pessoa que preza a democracia e o estado democrático de direito.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Adherbal Deba Cabral - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Deba Adherbal Cabral, para declaração de voto.

O SR. DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL - Sr. presidente e srs. deputados, primeiramente eu gostaria de saudar a população do município de Navegantes, que hoje completa 47 anos de emancipação político-administrativa. Portanto, o nosso abraço ao prefeito, ao vice-prefeito e a toda população.

Em segundo lugar, eu gostaria de parabenizar o conselheiro Gilson dos Santos, que hoje está deixando o Tribunal de Contas. Uma pessoa que fez durante todo esse período um excelente trabalho, com uma posição correta e que se dedicou àquela função. Parabéns, conselheiro Gilson dos Santos, e tenha um retorno rápido para a Assembleia.

Gostaria de mandar o meu abraço ao deputado Julio Garcia, que hoje está sendo indicado conselheiro do Tribunal de Contas, ex-presidente da Assembleia Legislativa, que muito honrou o Parlamento catarinense.

Parabéns, conselheiro Julio Garcia! Parabéns ao presidente que está conduzindo esta eleição e pedimos a Deus bastante saúde para o nosso novo conselheiro.

Quero parabenizar também o nosso governador do estado e aproveitar a oportunidade para mandar o nosso abraço para o prefeito Jandir Bellini e para toda a população do município de Itajaí, porque foi aprovado o aditivo do contrato de recuperação do porto de Itajaí e, se Deus quiser, nas próximas semanas será iniciada aquela obra tão importante para a região.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, se hoje sou líder do governo, devo muito a duas pessoas. Uma já está no lado de lá, que é o conselheiro Herneus de Nadal, e o outro é o deputado Julio Garcia.

Quando eu cheguei aqui meio pelas tabelas, deputado Manoel Mota, fui recebido pelo deputado Julio Garcia, então presidente. Eu estava meio assustado e ele, com a sua hospitalidade, com o seu carisma, com o seu jeito de tratar as pessoas, deu-me muita liberdade para adaptar-me à cadeira de

deputado nesta Casa. E eu aprendi muito e espelho-me muito no jeito de agir e de ser do deputado Julio Garcia. Sei que a partir de agora este Parlamento perde um grande deputado, mas sei também que a partir de agora o Tribunal de Contas ganha um grande conselheiro.

Por isso, hoje é um dia de alegria. Alegria misturada com tristeza, tristeza por perder um colega que vai para o outro lado da rua, mas alegria por saber que ele está próximo de nós e que saiu desta Casa um grande conselheiro, o deputado Julio Garcia.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, eu não poderia, neste momento, ficar em silêncio, até porque o deputado Julio Garcia me ensinou muita coisa. Ensinou-me, acima de tudo, srs. parlamentares, que esta é a casa das divergências, a casa das opiniões, a casa onde nós debatemos, mas que mesmo assim é a casa onde não podemos perder o respeito ao próximo, o respeito ao parlamentar como pessoa. Podemos até ter idéias divergentes, mas temos que nos respeitar como cidadãos de bem, como parlamentares que querem construir uma sociedade mais justa e mais fraterna.

Por isso, eu quero dizer que, da mesma forma como o deputado Elizeu Mattos se expressou, a Assembleia perde um grande parlamentar, mas o estado e o Tribunal de Contas ganham uma pessoa responsável, proba, competente e que vai-nos honrar com seu trabalho como conselheiro.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Embora o nosso líder já tenha transmitido ao amigo Julio Garcia os cumprimentos, os elogios e as verdades pelo seu trabalho, pelo que tem feito por esta Casa e não só para os srs. parlamentares, como para todo o quadro funcional deste Parlamento, nós queremos também deixar aqui o nosso abraço ao Julio Garcia e o nosso reconhecimento pelo trabalho

que ele realizou por Santa Catarina e por este Parlamento.

Quero cumprimentar o nosso amigo Gilson dos Santos e dizer-lhe que o PP continua contando com a volta do filho pródigo, que por força de lei teve que se afastar da sigla.

O Sr. Deputado Lício Mauro da Silveira - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Lício Mauro da Silveira, para declaração de voto.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Desejo cumprimentar o meu amigo particular Gilson dos Santos e dizer que quando assumi uma cadeira neste Poder, eu sentava ao seu lado e ele era líder do partido. Ele e o deputado Ivan Ranzolin judiaram deste deputado por quatro meses e - porque eu era calouro - fizeram coisas que até hoje são motivo de gozação, mas tenho muito carinho e estima pelo ex-conselheiro.

Com relação ao colega Julio Garcia, todos já se pronunciaram sobre a sua forma de ser, sobre a sua vontade de ir para o Tribunal de Contas do Estado, e nós só temos que apoiar porque assim a sociedade catarinense ganha.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin, para declaração de voto.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Quero manifestar apoio e carinho pela ida do deputado Julio Garcia para o Tribunal de Contas do Estado e dizer que a sua figura lembra-me o livro de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, em que ele fala do homem cordial. Talvez seja essa a grande característica do deputado Julio Garcia, um homem cordial.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa, para declaração de voto.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Primeiramente desejo cumprimentar o ex-conselheiro Gilson dos Santos. Tive a alegria e

o prazer de participar da votação quando ele foi indicado conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Quero deixar registrados também o prazer e a alegria que tive de conviver com o deputado Julio Garcia. Ele deixa aqui um exemplo de liderança, de pessoa amiga que coloca o interesse desta Casa e da população acima do interesse pessoal. Por isso a Casa perde uma grande liderança, mas tenho certeza de que o Tribunal de Contas do Estado ganhará um grande conselheiro, porque o deputado Julio Garcia, com certeza, fará no Tribunal de Contas o grande trabalho que fez na Assembleia Legislativa.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes, para declaração de voto.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Não podia ficar sem falar do deputado Julio Garcia, até porque no meu primeiro mandato nesta Casa aprendi com ele duas coisas que vou levar para o resto da minha vida: palavra acordada deve ser cumprida, isso o deputado Julio Garcia sempre fez. O empenho da palavra deve ser cumprido, foi acordado tem que ser cumprido. Ele provou sua tese, ou seja, é preciso dividir para multiplicar e a prova disso estamos vivendo aqui.

Parabéns ao deputado Julio Garcia. Dou o meu voto com a certeza de que o Tribunal de Contas do Estado ganhará um grande profissional, uma pessoa que vai exercer a magistratura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Feitos os encaminhamentos, vamos à votação.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Consulto se todos os srs. deputados exerceram o seu direito de voto.

(Pausa)

Está encerrada a votação.

Temos 37 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovado.

(Palmas)

A Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 17h51.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 037ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 17h51, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dionei Walter da Silva - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Lício

Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Professor Grando - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta

a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n. 0001/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 268, de 01/09/09

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR o servidor **ANGELO FERREIRA DA SILVA**, matrícula nº 0243, da função de Comissão Legal - Junta Médica, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de setembro de 2009 (DRH - Coordenadoria de Saúde e Assistência).

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 269, de 01/09/09

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **LAERCIO BRAZ GHISI**, matrícula nº 0422, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Comissão Legal - Junta Médica, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de setembro de 2009 (DRH - Coordenadoria de Saúde e Assistência).

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 270, de 01/09/09

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1597/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

ATRIBUIR a servidora **DIRCE LUCIA PIANO**, matrícula nº 1990, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de

Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, do código PL/TEL-45, padrão vencimental correspondente ao código PL/TEL-51, a contar de 18 de agosto de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 271, de 01/09/09

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1371/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

ATRIBUIR a servidora **RITA DE CÁSSIA COSTA**, matrícula nº 1483, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, do código PL/TEL-45, padrão vencimental correspondente ao código PL/TEL-51, a contar de 12 de agosto de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 272, de 01/09/09

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1452/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

ATRIBUIR ao servidor **LUIZ LEONIDAS LOPES**, matrícula nº 1413, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice 1,8658, estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com efeitos a contar de 06 de agosto de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DA PROCURADORIA

Sérgio Augusto Machado - Procurador-Geral
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA DA PROCURADORIA LEGISLATIVA - 11/08/2009

Aos onze dias do mês de agosto do ano dois mil e nove, às onze horas, sob a Presidência do Procurador-Geral, Sérgio Augusto Machado, reuniram-se os Doutores: Ptolomeu Bittencourt Júnior, Marcelo Augusto Costa Richard, Cecília Biesdorf Thiesen. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria do Dr. Ptolomeu Bittencourt Júnior: aprovados os pareceres por unanimidade as Consultas encaminhadas em 12/02/2009 e 16/02/2009, Interessado: Diretor de Recursos Humanos da ALESC "Minuta de Ato da Mesa - comunicação de gozo de férias ou licenças- prêmio, servidores Jacob Tancredo Knabben e Nelson Henrique Moreira"; Consulta s/nº, Interessado: Deputado Cesar Souza Júnior "Descumprimento da Lei nº 14.824, de 14/07/2009". Continuando, o relator deu conhecimento do parecer exarado a Consulta - Minuta Ato da Mesa "suspendendo as atividades e eventos nas dependências do Palácio Barriga-Verde (virus A)". Esgotada a

pauta, e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos consultores presentes. Sala das sessões, 11 de agosto de 2009.

*** X X X ***

Sérgio Augusto Machado - Procurador-Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1699ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e nove, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-adjunto, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1699ª sessão ordinária. Presentes: Doutores: Anselmo Inácio Klein, Luiz Alberto Seccon, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, José Buzzi, Nazarildo Tancredo Knabben, Fausto Brasil Gonçalves e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria do Dr. Anselmo Inácio Klein, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1582/09, de Mariza Fernandes Philipovskw; Processo nº 1604/09, de Ozair Coelho de Souza; Processo nº 1607/09, de Carlos Henrique Monguilhott; Processo nº 1586/09, de Saulo Vieira e Processo nº 1410/09, de Mirian Alice de Athayde Furtado Krieger. 2) Relatoria do Dr. Luiz Alberto Seccon, aprovados

pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1452/09, de Luiz Leônidas Lopes; Consulta Of. CL nº 0364/2009 de 19/08/2009, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Edital de Pregão Presencial - aquisição de mobiliário para o Restaurante da ALESC"; Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2009.027858-3, de Palhoça, Requerente: Procurador Geral de Justiça de Santa Catarina, requeridos: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e Governador do Estado de Santa Catarina e MEMO nº 0286/09 de 05/08/09, Mandado de Injunção nº 2009.030879-0, Impetrante: Júlio Olegário dos Anjos e Impetrada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. 3) Relatoria do Dr. Fábio de Magalhães Furlan, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1610/09, de Arilton Rogério Andrade Pereira; Processo nº 1611/09, de Valter Hones; Processo nº 1563/09, de Luiz Eduardo Caminha; Processo nº 137109, de Rita de Cássia Costa, e retirado de pauta com pedido de vista ao Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, o encaminhamento do Diretor de Recursos Humanos da ALESC em 19/08/2009, Interessada: Elisabeth Bonatelli - Viúva do ex-Deputado Estadual José Celso Bonatelli "pagamento de parcelas de pensão especial". Continuando, aprovado parecer por unanimidade ao encaminhamento a Juíza de Direito da 38ª Vara Cível Central da Comarca de São Paulo - Andreza Maria Arnoni que solicitou informações acerca do desfecho da Ação Popular promovida por Eni José Voltolini e outros parlamentares, contra o Estado de Santa Catarina. 4) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, aprovado parecer por unanimidade, com os cumprimentos do Dr. Fábio de Magalhães Furlan pelo brilhante trabalho do relator, à Consulta CL nº 360/2009 de 17/08/09, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Edital de Concorrência - construção do Anexo Sul do Palácio Barriga-Verde". 5) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 1597/09, de Dirce Lúcia Piano e à Consulta CL nº 362/2009 de 18/08/09, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo Aditivo ao Contrato nº 005/2005-00, referente Acordo Coletivo do Trabalho da Empresa PRIMER Construções Ltda.". Neste momento, reassumiu a Presidência dos trabalhos o procurador-geral, Dr. Sérgio Augusto Machado. 6) Relatoria do Dr. Nazarildo Tancredio Knabben, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1612/09, de Luiz Gonzaga de Lima e Processo nº 1613/09, de Jair José Dias. 7) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1602/09, de Nádia Makhoul Neves; Processo nº 1606/09, de Luiz Antônio Pereira e Consulta Of. CL nº 0330/2009 de 03/08/2009, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Proposta de serviço para contratação de estagiários". 8) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1603/09, de Sinésio Carlos Koerich; Processo nº 1605/09, de Jorge Macuco Júnior e Processo nº 1608/09, de Olavo Turcato. Antes de encerrar os trabalhos, o Senhor Presidente, agradeceu a condução da Presidência do mesmo pelo Dr. Fábio de Magalhães Furlan e o cumprimento-o pelo sucesso da viagem a Brasília para tratar de interesse da Emancipação de Pescaria Brava e Balneário Rincão. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia vinte e seis (2) de setembro. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 26 de agosto de 2009.

*** X X X ***

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2009.

Às onze horas do dia quatorze do mês de julho do ano de dois mil e nove, sob a Presidência da Senhora Deputada Odete de Jesus, amparado pelo Art.123 do § 1º do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da quarta Reunião Ordinária da Comissão de Saúde, referente à 3ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura. Foram registradas as presenças dos Senhores Deputados: Antônio Aguiar, Darci de Matos e Giancarlo Tomelin. Dando cumprimento ao Regimento Interno, a Senhora Vice-Presidente Deputada Odete de Jesus colocou em discussão e votação os **OF./0082.4/2009, OF./ 0120.4/2009, OF./0133.9/2009, OF./0231.0/2009, OF./0241.1/2009, e o Projeto de Lei PL./0029.3/2009.** Relatados pelo Senhor Deputado Kennedy Nunes. Sendo todos aprovados com parecer favorável. **OF./0089.0/2009, OF.0135.0/2009 e PL./0202.9/2008,** relatados pela Senhora Deputada Ana Paula Lima, Aprovados com parecer favorável. **OF./0166.7/2009, OF./0133.2/2009, e OF./0250.2/2009.** Sendo todos aprovados com parecer favorável. **OF./0194.4/2009, OF./0196.2/2009, OF./0212.7/2009, OF./0218.2/2009,** relatados pela Senhora Deputada Albino.

Sendo todos aprovados com parecer favorável, e o **Ofício OF./0212.7/2009,** aprovado o parecer de Pedido de Diligência. **OF./0118.0/2009, OF.0159.8/2009, OF./0176.9/2009, OF./0223.0/2009, OF./0253.5/2009, OF./0254.6/2009, OF./0258.0/2009, OF./0259.0/2009.** Aprovados com pareceres favoráveis, o **PL./0237.9/2007** aprovado com Emenda Modificativa e o **PL./0080.6/2008** aprovado o Parecer pela Diligência. Todos relatados pelo Senhor Deputado Giancarlo Tomelin. **PL./0174.0/2009, PL./0277.6/2009, OF.0163.4/2009, OF./0226.2/2009 e OF./0264.8/2009.** Relatados pelo Senhor Deputado Darci de Matos. Aprovados com parecer favorável. Ato contínuo, a Senhora Presidente em exercício, colocou em discussão e votação o **PL./0145.2/2009,** de sua relatoria. Aprovado por unanimidade o parecer pelo Pedido de Diligência. Dando continuidade aos trabalhos a Senhora Presidente colocou em discussão o Ofício nº 293/2009, enviado pelo Gabinete do Senhor Deputado Antônio Aguiar, onde solicitam Audiência Pública tendo como tema "As Medidas Adotadas pelos Órgãos Responsáveis no Combate e Prevenção as Drogas e Entorpecentes no Estado de Santa Catarina". Aprovado por unanimidade. Colocou em Discussão o Requerimento enviado pelo Gabinete do Senhor Deputado Jailson Lima, que solicita Audiência Pública, tendo como tema a Gripe A H1 N1. Aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar a Senhora Vice-Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Aida Cunha de Oliveira, Chefe de Secretaria da Comissão de Saúde, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembleia.

Sala das Comissões, em 14 de julho de 2009.

Deputada Odete de Jesus

Vice-Presidente

*** X X X ***

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia vinte e seis de agosto de dois mil e nove, sob a Presidência do deputado Marcos Vieira, reuniu-se a Comissão de Finanças e Tributação, com a presença dos Senhores deputados: Manoel Mota, José Natal Pereira, Darci de Matos, Sílvio Dreveck, Renato Hinnig, Décio Góes, Kennedy Nunes e a deputada Profª Odete de Jesus. Presente na reunião, o Senhor Waldemar Schulz Junior - Presidente da União Geral dos Trabalhadores de Santa Catarina - UGT/SC e o senhor Ivo Castanheira Coordenador Sindical do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos-Dieese/SC. Aberto os trabalhos, o Presidente colocou em votação a Ata da 20ª reunião ordinária, em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Presidente passou a palavra ao deputado Sílvio Dreveck, que relatou o **PL./0104.8/2009,** em discussão, foi solicitado vista em gabinetes para a senhora deputada Profª Odete de Jesus e os senhores deputados Renato Hinnig e Manoel Mota. Continuando, a Profª Odete de Jesus relatou o seu voto vista ao **PL/0006.7/2007,** solicitou diligenciamento, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, relatou também o **PL/0085.0/2009,** em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O deputado Kennedy Nunes relatou o **PLC./0030.2/2009,** seu voto vista foi pela aprovação, em discussão, o deputado Manoel Mota retirou o seu parecer anterior ao projeto, onde afirmava que sua apreciação não era de competência da Comissão acima epigrafada. Em seu novo relatório acatado pelos seus pares, apresentou voto pela aprovação, em sua forma original, sem acatar as emendas, para não atrapalhar o andamento da matéria, que tramita em regime de urgência, e a posteriori terá seu encaminhamento para a Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia e Minas Energia. Diante do exposto, o deputado Kennedy Nunes, que tinha solicitado vista em gabinete da proposição, retirou seu voto vista e solicitou que na Comissão de Economia não sejam acatadas as emendas, para que o projeto não retorne a Comissão de Constituição e Justiça. O Presidente, com a palavra, disse que a matéria que institui o mínimo regional irá para a Comissão de Economia. O deputado Manoel Mota inclinou-se diante dos argumentos de outros membros da Comissão. O Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Sílvio Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia Legislativa. Sala das Comissões, em vinte e seis de agosto de dois mil e nove.

Deputado MARCOS VIEIRA

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

EXTRATOS**EXTRATO CL Nº 114/2009**

REFERENTE: Contrato CL n.º 021/2009, celebrado em 11/08/09.
 CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
 CONTRATADA: Software One Comércio e Serviços de Informática Ltda.

OBJETO: Aquisição de Licença de uso para serviços Select Government Framework, incluindo a instalação, migração, configuração das contas de email e atendimento 24x7 durante 12 (doze) meses e demais especificações constantes do Edital, seus anexos e as condições propostas pela Contratada.

VALOR GLOBAL: R\$ 983.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93 e Lei 10.520/02; Pregão Presencial nº 025/2009; Autorização para Processo Licitatório n.º 0044/2009 partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.
 Florianópolis, 01 de setembro de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente ALESC

André F. R. A. de Sousa - Software One Com. e Serv. Informática Ltda

*** X X X ***

EXTRATO Nº 115/2009

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 027/2009 oriunda do Pregão Presencial CL nº 023/2009.

OBJETO: aquisição de microcomputadores e monitores especificados no Lote Único.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (05 de agosto de 2010).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93 da Lei n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Ato da Mesa n.º 214/2007 e, subsidiariamente pelo Decreto nº. 3.931/2001 alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão CL nº 023/2009.

LOTE ÚNICO

ITEM	MATERIAL	VALOR UNITÁRIO
01	Microcomputador com monitor LCD, MARCA POSITIVO, MODELO POST-AT SERIES D (DMF)	R\$ 2.123,00
02	Monitor de LCD, MARCA POSITIVO, MODELO L1742P	R\$ 505,00

Valor Global da Ata: R\$ 68.225,00 (sessenta e oito mil duzentos e vinte e cinco reais).

1ª REGISTRADA: POSITIVO INFORMÁTICA S.A.

Endereço: Rua João Bettega, nº 5.200, Cidade Industrial, Curitiba/PR

CEP 81.350-000

Fone/fax (41) 3316-7700, 3316-7702 e (48) 3223-7055

E-mail gerson@spyinformatica.com.br

CNPJ/MF n.º 81.243.735/0001-48

2ª REGISTRADA: SEPROL COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA

3ª REGISTRADA: MÓDULO SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Florianópolis, 01 de setembro de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente da ALESC

Gerson Luiz Appel - Representante Legal POSITIVO INFORMÁTICA S.A.

*** X X X ***

EXTRATO Nº 116/2009

REFERENTE: 13º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 012/2005.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
 CONTRATADA: Dobel - Distribuidora de Diário Oficial de Brasília e Estados Ltda.

OBJETO: Acréscimo de 01 (uma) assinatura da Revista Veja ao objeto do Contrato original referente prestação de serviços assinaturas e distribuição de jornais e revistas firmado em 22/12/2004.

VALOR MENSAL: o valor mensal passou de R\$ 9.368,94 para R\$ 9.402,62.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, I, alínea "b" e § 1º da Lei nº 8.666/93; Item 7.2 da Cláusula 7ª do Contrato original; e, autorização administrativa.

Florianópolis, 01 de setembro de 2009.

Deputado Jorginho Mello - ALESC

Marlene Munch - Sócia-Gerente

*** X X X ***

OFÍCIOS**OFÍCIO Nº 299/09**

**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE
 ARMAZÉM - SC**

Escola Especial Orlando Michels

Rua: Manoel Xisto da Rosa - nº 53 - Vila José Nazário

Fone: (48) 36450005 - CEP: 88740-000 Armazém - SC

Ofício nº 26/2009/APAE

Armazém SC, 25 de agosto de 2009

Ilmo Sr.

Jorginho Mello

DD. Presidente da Câmara de Deputados

Florianópolis - SC

Senhor Presidente:

Através deste estamos enviando documentações da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Armazém para manutenção de Filantropia Estadual referente ao ano de 2008.
 Atenciosamente;

Clebir Marciano

Presidente da APAE

Lido no Expediente

Sessão de 01/09/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 300/09

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
 GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Exmo. Sr.

Deputado JORGINHO MELLO

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Rua Dr. Jorge Luz Fontes, 310

88020-900 - Florianópolis - SC

Ofício TC/GAP - 13639/2009 Florianópolis, 28 de agosto de 2009

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a Vossa Excelência, em conformidade com o disposto no artigo 59, § 4º da Constituição Estadual, artigo 112, parágrafo único da Lei Complementar nº 202/2000 e artigo 296 da Resolução nº TC 06/2001, Relatório das Atividades do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina do **segundo trimestre de 2009**, compreendendo uma resenha do papel de ente fiscalizador, bem como de centro de competência estatal, abrangendo Balancetes e Empenhos, Relatório de Auditoria Interna TCE nº 31/2009, Relatório das Diárias e cópia dos processos licitatórios referentes ao período de abrangência.

Os procedimentos descritos nos documentos em anexo tendem a demonstrar a política deste Tribunal de disponibilizar, com transparência e solicitude, todas as informações necessárias, de modo a fazer cumprir o que determina a Constituição Estadual.

Colocamo-nos à disposição de Vossa Excelência e das Comissões Legais da nobre Corte Legislativa do Estado para quaisquer outros esclarecimentos que se mostrarem necessários.

Ao ensejo, renovo meus protestos de estima e consideração.

Conselheiro JOSÉ CARLOS PACHECO

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 01/09/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 301/09

**Declaração Anual de Entidade Pública
 Documentos**

Grupo cena 11 Cia. de Dança

CNPJ: 79.307.203/0001-85

Inscrição Municipal: 0937770

Endereço: Rua Capitão Pedro Bruno Lima 177B, Trindade

Florianópolis - SC CEP: 88036-230

Telefone: (48) 3228-2642/9953-4343

contato email: hedra@cena11.com.br

Lido no Expediente

Sessão de 01/09/09

DECLARAÇÃO DE QUE PERMANECE CUMPRINDO OS REQUISITOS EXIGIDOS PARA A CONCESSÃO DA DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA
 O Grupo Cena 11 Cia. De Dança declara que permaneceu cumprindo no decorrer do ano os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública.

considerando seu trabalho artístico e seu reconhecimento perante o Município de Florianópolis, o grupo conseqüentemente trabalhou para:

a) a elevação da auto estima da produção artística florianopolitana;

b) o ingresso de estagiários bailarinos na manutenção de novos multiplicadores das técnicas desenvolvidas pelo grupo;

c) a manutenção do grupo em ensaios e apresentações, dentro e fora do município de Florianópolis, inclusive em apresentações internacionais, levando sempre o título de grupo catarinense de dança, fomentando, desta forma, a pesquisa na área artística de dança;

d) a coerência entre pesquisa e prática da dança contemporânea.

ALEJANDRO AHMED LAMELA ADÓ
DIRETOR PRESIDENTE DO GRUPO CENA 11 Cia De Dança

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 302/09
ASSOCIAÇÕES DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

"Centro Educacional Especializado Maria Anna Malutta"

Guaramirim - Santa Catarina

Lei de Utilidade Pública Municipal Nº 1.100

Estadual Nº 7.155

Federal Port. Nº 01 de 09/01/96

Guaramirim, 24 de Agosto de 2009

À
Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Sra. Túlia Ribeiro

Setor de Coordenação de documentações

Prezada Senhora:

A APAE de Guaramirim, vem solicitar através desta, renovação da Certidão de Utilidade Pública Estadual. Para tanto, estamos enviando estatuto, Ata de Eleição da Diretoria, Balanço Patrimonial e cópia do relatório Circunstanciado referente ano de 2008. Sem mais para o momento, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,

Kelly Graciane Mendes Hackbarth

Secretária Executiva

Lido no Expediente

Sessão de 01/09/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 303/09

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE
ESCOLA ESPECIAL "INTEGRAÇÃO"

REG. DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL- LEI Nº 324/97 - LEI
ESTADUAL

LEI FEDERAL Nº 08015.010439/2003-44 - CNAS 44006.002072/99-
57 - REG. FED.NACSOB Nº 1379/98

Ofício nº. 52/09

São José do Cerrito, 28 de agosto de 2009.

ILMO. SR.

JORGINHO MELLO

DD. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

FLORIANÓPOLIS - SC

Prezado Senhor

Cumprimentando-o, vimos através deste encaminhar a Vossa Senhoria documentos solicitados, para manutenção do título de Utilidade Pública Estadual, conforme segue:

- Relatório anual de atividades;

- Declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

- Cópia autenticada das alterações estatutárias;

- Balancete Contábil.

Sendo o que tínhamos para o momento, aproveitamos o ensejo para enviar-lhe nosso abraço apaeano.

Atenciosamente,

Elusa Mara Wiggins Ortiz

Presidente da APAE

São José do Cerrito - SC

Lido no Expediente

Sessão de 01/09/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 304/09

Campo Belo do Sul, 25 de Agosto de 2009

Para: Deputado Estadual Sr. Jean Kuhlmann

DD. Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos

A Diretoria do Hospital Nossa Senhora do Patrocínio, através do seu Presidente, apresenta o Relatório de Atividades desenvolvidas pelo hospital nos últimos 3 anos, com a finalidade de validação da Lei de Utilidade Pública Estadual.

Sem mais para o momento, apresentamos protestos de elevada consideração

Hospital N. Senhora do Patrocínio

Jocelitto Mattos

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 01/09/09

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1786, de 01/09/09

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006.

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **JUSSARA WENGRZYNOVSKI**, matrícula nº 5528, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-11, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de setembro de 2009 (Gab Dep Silvio Dreveck).

Paulo Ricardo Gwoszdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1787, de 01/09/09

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006.

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **FABIANO FREITAS**, matrícula nº 5731, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-12, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de setembro de 2009 (Gab Dep Silvio Dreveck).

Paulo Ricardo Gwoszdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1788, de 01/09/09

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações

NOMEAR FABIANO FREITAS, matrícula nº 5731, do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de setembro de 2009 (Gab Dep Silvio Dreveck).

Paulo Ricardo Gwoszdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1789, de 01/09/09

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006.

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **DANIELA DREVEK**, matrícula nº 6075, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-14, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de setembro de 2009 (Gab Dep Silvio Dreveck).

Paulo Ricardo Gwoszdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1790, de 01/09/09

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações

NOMEAR DANIELA DREVEK, matrícula nº 6075, do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-06, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de setembro de 2009 (Gab Dep Silvio Dreveck).

Paulo Ricardo Gwoszdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1791, de 01/09/09

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006.

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **RULIANA SOUSA COSTA VIEIRA**, matrícula nº 5697, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-31, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de setembro de 2009 (Gab Dep Silvio Dreveck).

Paulo Ricardo Gwoszdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1792, de 01/09/09

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006.

RESOLVE: com fundamento no art. 13, § 1º do Ato da Mesa nº 201, de 08 de junho de 2009,

DESIGNAR o servidor Gerson Rodrigo de Bandeira Pamplona, matrícula nº 1458, para exercer a função de Secretário da Comissão de Sindicância constituída pela Portaria nº 1736, de 26 de agosto de 2009, código PL/FC-1, do grupo de atividades de Função de Confiança, a contar de 28 de agosto de 2009

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 334/09

Declara de utilidade pública a Associação Empresarial de Brusque.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Empresarial de Brusque, com sede no município de Brusque.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Serafim Venzon

Lido no Expediente

Sessão de 01/09/09

JUSTIFICATIVA

Este Parlamentar vem aos nobres Pares apresentar a presente proposição que visa declarar de utilidade pública a Associação Empresarial de Brusque, com sede naquele município.

Trata-se de entidade sem fins lucrativos e que tem por finalidade congregar, para a defesa dos interesses comuns, as pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividades econômicas nas áreas do comércio e indústria, e em geral todas as classes produtoras, visando organizar, manter, ou subvencionar, dentro de suas possibilidades financeiras as determinações contidas em seu estatuto, e o apoio à criação de cooperativas de crédito.

Assim, por entender que a declaração de utilidade pública ensejará incentivo às condições de trabalho e oportunidades à entidade epigrafada, solicito o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 335/09

Denomina de "Rudibert Knop" o Ginásio de Esportes do Bairro Warnow, contíguo à Escola de Ensino Fundamental Gustavo Barroso, em Indaial.

Art. 1º Fica denominado de "Rudibert Knop" o Ginásio de Esportes do Bairro Warnow, contíguo à Escola de Ensino Fundamental Gustavo Barroso, em Indaial.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões,

Rogério Mendonça

Deputado

Lido no Expediente

Sessão de 01/09/09

JUSTIFICATIVA

A proposição que ora apresentamos à consideração dos Pares deste parlamento visa atribuir a denominação de "Rudibert Knop" ao Ginásio de Esportes do Bairro Warnow, contíguo à Escola de Ensino Fundamental Gustavo Barroso, em Indaial.

O homenageado, sem sombra de dúvida, foi um dos catarinenses que muito contribuiu ao desenvolvimento da região, em especial ao Bairro Warnow, de Indaial. Notadamente, dentre as suas inúmeras realizações, empreendeu decisivas ações no sentido de serem viabilizadas conquistas à comunidade.

Trata-se de pessoa nascida no município de Indaial, filho de comerciantes. Aos trinta anos de idade resolveu trabalhar na empresa Udo Ebert & Filhos Ltda., do segmento de comércio de alimentos e frigorífico, para posteriormente constituir sua própria empresa (Knop Alimentos Ltda.), hoje gerenciada por seu filho.

Em sua trajetória, destacou-se pelas participações junto à população, relacionadas às causas religiosas, à Sociedade Recreativa Warnow e à Escola, entre outras, vindo a semear no decorrer de sua vida inúmeras conquistas comunitárias. Fez, em muitas ocasiões, transparecer que a satisfação das necessidades, que pareciam impossíveis, fosse concretizada.

A população e as autoridades constituídas do município e da região reconhecem os desafios enfrentados por Rudibert Knop, restando devidamente demonstrados, por suas sacrificadas e laboriosas realizações, os requisitos essenciais ao incremento de seu destaque local, fato que justifica plenamente a denominação ora protocolizada.

Assim, solicitamos aos Pares desta Casa a aprovação do Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 336/09

Dispõe sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual.

Art. 1º As entidades regulamentadas nesta Lei, que sirvam comprovadamente ao interesse da coletividade, com fins não econômicos, poderão ser declaradas de utilidade pública estadual por iniciativa de qualquer membro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

§ 1º A qualificação instituída por esta Lei somente será conferida às entidades que comprovadamente prestem serviços de natureza relevante e de notório caráter comunitário e social, de cujos objetivos sociais conste pelo menos uma das seguintes finalidades:

I - a promoção da assistência social;

II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;

III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

IV - promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

V - promoção da segurança alimentar e nutricional;

VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;

VII - promoção do voluntariado;

VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;

IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos socio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;

X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de caráter suplementar;

XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; e

XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

§ 2º Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas comprovar-se-á mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Art. 2º Não são passíveis de qualificação de utilidade pública estadual as entidades, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 1º desta Lei:

I - as sociedades comerciais;

II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;

III - as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

IV - as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;

V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

VI - as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados;

VII - as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras;

VIII - as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;

IX - as organizações sociais;

X - as cooperativas;

XI - as fundações públicas;

XII - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas; e

XIII - as organizações creditícias que tenham qualquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal.

Art. 3º A declaração de utilidade pública observará, além dos critérios elencados no art. 1º, os seguintes requisitos:

I - que a entidade seja constituída no Estado de Santa Catarina;

II - que seja inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

III - que comprove seu efetivo e contínuo funcionamento nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à formulação do pedido, mediante declaração emitida por um dos seguintes agentes públicos do local de seu funcionamento:

a) autoridade do Poder Executivo Municipal;

b) membro do Poder Legislativo Municipal;

c) autoridade judiciária;

d) membro do Ministério Público; ou

e) Delegado de Polícia;

IV - que apresente seu estatuto com as alterações, se existentes;

V - que apresente ata da eleição e posse da diretoria em exercício;

VI - que não sejam remunerados, por qualquer forma, os cargos de diretoria e que não distribua lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto;

VII - que, comprovadamente, mediante a apresentação de relatório circunstanciado dos 12 (doze) meses anteriores à formulação do pedido, comprove a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que promovam atividades nos termos do § 1º do art. 1º desta Lei, em prol da comunidade; e

VIII - que já tenha sido, comprovadamente, reconhecida de utilidade pública municipal.

Parágrafo único. Os documentos referidos neste artigo deverão ser originais ou cópias autenticadas.

Art. 4º A entidade declarada de utilidade pública deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle e identificação do cumprimento do disposto no Parágrafo único do art. 1º desta Lei, sob pena de revogação da declaração, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades, nos termos do inciso VII do art. 3º desta Lei;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 5º Na redação da lei que declarar a entidade de utilidade pública deverá constar dispositivo nos seguintes termos:

"A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades, nos termos do inciso VII do art. 3º desta Lei;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil."

Art. 6º Compete à Consultoria Legislativa, sob a supervisão da Diretoria Legislativa da Assembleia Legislativa, expedir manifestação técnica quanto ao controle previsto no caput do art. 4º desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2010.

Art. 8º Fica revogada a Lei nº 14.182, de 1º de novembro de

2007.

Sala das Sessões, em

Deputado Dirceu Dresch - Líder da Bancada Estadual do PT/SC

Deputado Dionei Walter da Silva

Deputada Ana Paula Lima

Deputado Décio Góes

Deputado Padre Pedro Baldissera

Deputado Jailson Lima da Silva

Lido no Expediente

Sessão de 01/09/09

JUSTIFICATIVA

Objetiva o presente projeto de lei estabelecer critérios para a qualificação das entidades jurídicas de direito privado sem fins lucrativos como entidades de utilidade pública.

A inexistência de critérios objetivos compatíveis com a legislação vigente tem resultado numa produção intensiva de projetos de lei que, além de serem incompatíveis com a legislação vigente, congestionam o normal trâmite das demais matérias nesta Casa, além de depreciar o mérito de qualificação com a banalização generalizada para

a sua concessão. Hoje, a mera existência da organização ou a validade da sua causa é tida como suficiente para esta qualificação.

Para elaboração do projeto de lei em tela, tivemos por base a Lei Federal nº 9790, de 1990, que trata da qualificação das entidades privadas sem fins lucrativos como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip.

Em que pese, que a referida Lei não mencione no seu texto quais as entidades que são passíveis de serem assim declaradas, prescreve em seu art. 2º quais não podem ser assim qualificadas, portanto, com o intuito de contribuir com a valorização da referida qualificação e harmonizá-la com o arcabouço jurídico vigente, apresentamos este projeto de lei.

Considerando o devido atendimento à legislação vigente, solicitamos aos nobres Pares deste Parlamento o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 337/09

Dispõe sobre a construção de cômodo para porteiros e demais empregados de edificações residenciais multifamiliares, comerciais e de serviços.

Art. 1º As edificações residenciais multifamiliares, comerciais e de serviços deverão adotar padrões edilícios que assegurem cômodos especialmente reservados para vestiário e eventual pernoite de porteiros e outros empregados ou prestadores de serviço.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Dirceu Dresch - Líder da Bancada Estadual do PT/SC

Deputado Dionei Walter da Silva

Deputada Ana Paula Lima

Deputado Décio Góes

Deputado Padre Pedro Baldissera

Deputado Jailson Lima da Silva

Lido no Expediente

Sessão de 01/09/09

JUSTIFICATIVA

Objetiva o presente projeto de lei assegurar condições dignas em favor dos funcionários que laboram em prédios e condomínios.

O direito ao trabalho, assegurado pela Constituição Federal, como direito social, no caso concreto apresenta interfaces com a função social da propriedade e com a questão urbana, associando-se diretamente à garantia da existência de cômodos adequados para que as pessoas que trabalham nas edificações residenciais multifamiliares, comerciais e de serviços, possam utilizá-los como vestiário ou para eventual pernoite.

No aspecto constitucional, a matéria tem amparo no art. 24, inciso I, tendo em vista que foi conferido ao Estado de Santa Catarina em conjunto com a União e municípios, a competência concorrente para legislar sobre direito urbanístico.

Sendo assim, é competente a União para editar normas gerais e o Estado para suplementá-las, e se inexistentes, é conferida ao Estado a competência legiferante plena, até que a superveniência de lei federal sobre normas gerais suspenda a eficácia da lei estadual no que lhe for contrário.

Assim sendo, a obrigatoriedade criada pela presente proposição deverá ser concretizada mediante a aprovação de leis municipais conforme suas peculiaridades, com a definição de padrões edilícios, dimensões mínimas e outros parâmetros de interesse local.

Considerando o devido atendimento à legislação vigente e a alta relevância social do projeto de lei aqui apresentado, solicitamos aos Excelentíssimos Senhores Deputados a aprovação e a rápida tramitação desta proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 338/09

Denomina de "Horst Gerhard Purnhagen" a Rodovia que liga a BR-470 ao município de Mirim Doce.

Art. 1º Fica denominada de "Horst Gerhard Purnhagen" a Rodovia que liga a BR-470 ao município de Mirim Doce.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões,

Rogério Mendonça

Deputado

Lido no Expediente

Sessão de 01/09/09

JUSTIFICATIVA

A proposição que ora apresentamos à consideração dos Pares deste parlamento visa atribuir a denominação de "Horst Gerhard Purnhagen" à Rodovia que liga a BR-470 ao município de Mirim Doce, a qual se apresenta em fase de construção.

Objetiva-se com o presente projeto homenagear a memorável figura do Senhor Horst Gerhard Purnhagen que, em razão de antevisão

e empenho pessoal, proporcionou ao Município de Taió e à região do Alto Vale crescimento econômico e social.

Nascido em Jaraguá do Sul, parte de uma família de cinco irmãos, aos doze anos já trabalhava com carteira assinada. Serviu à Polícia do Exército no Estado do Rio de Janeiro e, tamanha sua dedicação e eficiência, no ano de 1957, fez parte da escolta da Presidência motorizada, responsável pela guarda do Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Foi eleito por dois mandatos para o cargo de Prefeito do Município de Taió nas candidaturas dos anos de 2000 e de 2008. Destacou-se pela atuação precipuamente na área da saúde, da educação e no âmbito social, como também pelo fato de optar pela não utilização de recursos públicos para suas despesas funcionais com diária e combustível, e ainda pela distribuição dos vencimentos seus e de sua esposa às pessoas carentes.

O empresário e ex-prefeito é reconhecido por sua seriedade, honestidade e empreendedorismo na administração do grupo Induma. Empresário humanista e voltado para o crescimento dos colaboradores, estimulava seus funcionários a frequentar a escola e a melhorar sua qualidade de vida.

O Poder Legislativo do Estado de Santa Catarina, em 2005, prestou homenagem a Horst, entregando-lhe a medalha de Mérito "Carl Franz Albert Hoepcke", em razão de suas importantes ações nas áreas da saúde, da educação, do meio ambiente, social, econômica e empresarial, como também pela contribuição ao desenvolvimento do Estado catarinense.

Assim, diante da justiça do pleito solicita-se aos nobres Pares desta Casa a aprovação do Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 034/09

"Trata da inimizabilidade administrativa dos servidores civis e militares, da Administração Pública Direta, Fundacional e Autárquica, do Estado de Santa Catarina, em razão do exercício de direitos e garantias fundamentais."

Art. 1º Esta lei complementar trata da inimizabilidade administrativa dos servidores civis e militares, da Administração Pública Direta, Fundacional e Autárquica, do Estado de Santa Catarina, em razão do exercício de um ou mais dos direitos e garantias fundamentais, constitucionalmente asseguradas.

Art. 2º São administrativamente inimizáveis os servidores estaduais, civis e militares, que participem de movimentos de caráter político, social, econômico e cultural, e ou de manifestações de pensamento, individuais ou coletivas, desde que se proponham, isolada ou cumulativamente, a:

I - defender como fundamentos do Estado Democrático de

- a) a soberania nacional e ou a autonomia estadual;
- b) a cidadania;
- c) a dignidade da pessoa humana;
- d) o valor social do trabalho;
- e) o pluralismo político;

II - promover como objetivos da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina:

- a) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária;
- b) o desenvolvimento nacional e estadual;
- c) a erradicação da pobreza e da marginalização;
- d) a redução das desigualdades sociais, locais e regionais;
- e) o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

III - garantir, para si e ou para outrem, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, e ainda:

- a) a igualdade de todos em direitos e obrigações e a observância do princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência;
- b) a liberdade de consciência, de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política;
- c) a liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação;
- d) a inviolabilidade do lar, da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas;
- e) a punibilidade de qualquer espécie de discriminação, da tortura e do tratamento desumano ou degradante;
- f) o direito à informação e à locomoção;
- g) o direito ao trabalho e à sua justa remuneração;
- h) o direito de reunião, de associação, de sindicalização e de greve;

i) o direito de petição aos poderes públicos;

j) o direito ao devido processo legal, assegurados o contraditório e ampla defesa, observada a razoável duração do mesmo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação;

k) o direito de buscar a proteção do Poder Judiciário quando da ameaça ou lesão a direito, inclusive, de propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou atentatório à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural;

l) o direito à educação, à saúde, à moradia, ao lazer, à previdência social, à proteção da maternidade e da infância, e à assistência aos desamparados;

IV - lutar contra as iniciativas destinadas a:

- a) abolir direitos e garantias individuais e coletivas;
- b) revogar direitos sociais;
- c) suprimir direitos trabalhistas.

Art. 3º No âmbito da Administração Pública Direta, Fundacional e Autárquica, do Estado de Santa Catarina, não haverá penalidade ou sanção de privação da liberdade nem tampouco de privação dos bens do servidor estadual, civil ou militar, exceto quando decretada pela autoridade judiciária competente.

Art. 4º São nulos todos os atos, processos ou iniciativas que tenham gerado ou que possam gerar, a qualquer tempo, qualquer espécie de punição a servidores estaduais, civis e militares, da Administração Pública Direta, Fundacional e Autárquica, do Estado de Santa Catarina, em razão do exercício de um ou mais dos direitos e garantias fundamentais, constitucionalmente asseguradas.

Parágrafo único. As anotações relativas às sanções e penalidades administrativas, consideradas nulas por esta lei, serão expungidas das fichas funcionais dos servidores públicos estaduais.

Art. 5º A autoridade que deixar de cumprir o disposto nesta Lei Complementar incorrerá em crime de responsabilidade.

§ 1º A suspensão temporária ou o afastamento definitivo da autoridade estadual será decidido pela Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, na forma do ordenamento constitucional, legal e regimental vigente, desde que no prazo máximo de cento e oitenta dias, contados da data de recebimento da denúncia da infração político-administrativa.

§ 2º A suspensão temporária ou o afastamento definitivo de autoridade estadual, por ato da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, não afasta a apreciação dos aspectos civis e penais, pelo Poder Judiciário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 2009.

Deputado Sargento Amauri Soares

Líder da Bancada do PDT

*Lido no Expediente
Sessão de 01/09/09*

JUSTIFICATIVA

Ainda que pareça redundante, a realidade impõe ao legislador promover um conjunto de medidas de natureza afirmativa, em especial, aquelas que visam corrigir desigualdades e eliminar arbitrariedades historicamente praticadas. Muitas autoridades públicas, para além do poder discricionário de que são titulares, não se cansam de promover excessos administrativos, em geral, discriminatórios e inquisitoriais, marginalizando servidores tão somente por exercerem direitos e garantias deferidas a qualquer cidadão. A intransigência e a falta de vontade política dos governos em reconhecer e em conceder direitos consagrados, muitas vezes levou e, por certo, ainda levará, servidores públicos a participar de movimentos reivindicatórios e a realizar indignadas manifestações de pensamento.

Contudo, de um lado a ignorância jurídica e do outro a remanescência de uma cultura pouco democrática da parte de algumas autoridades públicas - muitas vezes herdada dos longos anos em que serviram uma ou outra ditadura, dentre tantas a que submetem o país - obrigam-nos a desenvolver ações que tenham o sentido de trazer para o ordenamento jurídico do cotidiano os direitos universalmente reconhecidos e constitucionalmente positivados.

Diante da amplitude e da força dos movimentos reivindicatórios e diante da contundência de algumas manifestações de pensamento, muitos governos adotaram, e continuam adotando, medidas que violam o Estado Democrático de Direito uma vez que não observam o disposto na Constituição Federal; nos tratados e nas convenções internacionais de que o Brasil é signatário; na Constituição Estadual; e ainda, no ordenamento infraconstitucional vigente. Entre as diferentes iniciativas de caráter repressivo, contra os trabalhadores do serviço público, sobressaem-se:

a) a ameaça individual e a intimidação coletiva dos movimentos reivindicatórios e das manifestações de pensamento;

b) o cerceamento da liberdade de reunião, de associação e ou de sindicalização;

c) o uso indiscriminado do instituto da sindicância, do inquérito, do processo e do conselho administrativo e disciplinar, para repressão de servidores públicos, civis e militares;

e) a exclusão de servidores dos quadros do serviço público, mesmo quando a decisão em sindicâncias, inquéritos, processos e conselhos administrativos disciplinares, conclui pela absolvição e ou aplicação de outra penalidade administrativa, que não a exoneração e ou demissão.

Sendo assim, considerando a contumaz violação dos Arts 13, 15 e 16, da Convenção Interamericana de Direitos Humanos; considerando o flagrante descumprimento do disposto nas Convenções Nº 87 e Nº 98, da Organização Internacional do Trabalho; considerando a sucessiva violação dos princípios fundamentais e a usurpação de direitos e garantias fundamentais asseguradas na Constituição Federal e na Constituição do Estadual, submeto esta matéria à discussão e votação do Plenário, da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 2009.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 257/08

Denomina Herculano Natali de Mello, o Ginásio de Esportes localizado no Município de Joinville.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominado Herculano Natali de Mello o Ginásio de Esportes localizado na Rua Emilio Landmann, nº 100, Bairro Aventureiro, no Município de Joinville.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de julho de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 096/09

Declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores Agroecológicos de Ituporanga e Região, com sede no Município de Ituporanga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Agricultores Agroecológicos de Ituporanga e Região, com sede no Município de Ituporanga.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de setembro de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 149/09

Autoriza a doação de imóvel no Município de Bom Jardim da Serra.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Bom Jardim da Serra o imóvel constituído por uma área de terra com trezentos e setenta e dois metros quadrados, a ser desmembrada de uma área maior, matriculada sob os ns. 1.275, 2.505 e 2.534 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Joaquim e cadastrada sob o nº 3340 na Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade viabilizar a construção do Museu Geológico da Serra do Rio do Rastro.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de dois anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, total ou parcialmente, o imóvel.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As disposições previstas no art. 3º desta Lei deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 7º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionadas.

Art. 8º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de setembro de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA À REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 210/09

Na ementa e no art. 1º

Onde se lê: "...a Sociedade Grêmio Fronteira,"

Leia-se: "...o Grêmio Fronteira,"

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de setembro de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta visa adequar a redação final aos documentos acostados nos autos.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 210/09

Declara de utilidade pública o Grêmio Fronteira, com sede no Município de Araranguá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Grêmio Fronteira, com sede no Município de Araranguá.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de setembro de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 227/09

Autoriza a permuta de imóvel no Município de Concórdia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a permutar no Município de Concórdia, o imóvel com área de 3.000,00m² (três mil metros quadrados), contendo benfeitorias, onde se encontrava instalada a Escola Isolada São Miguel do Rancho Grande matriculado sob o nº 3.846 no 2º Ofício de Registro de Imóveis e 1º Ofício de Protestos da Comarca de Concórdia e cadastrado sob o nº 2526 na Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. O imóvel referido no *caput* será permutado por parte do imóvel pertencente à Tractebel Energia S.A., cuja área total é de 27.862,00m² (vinte e sete mil, oitocentos e sessenta e dois metros quadrados), sendo que o objetivo da

permutação corresponde a uma área de 3.000,00m² (três mil metros quadrados) contendo benfeitorias a ser desmembrada do Lote nº 1.184 - Colônia Rancho Grande, no Município de Concórdia, matriculado sob o nº 14.042, no 2º Ofício do Registro de Imóveis e 1º Ofício de Protestos da Comarca de Concórdia.

Art. 2º A referida permuta tem por finalidade a relocação da Escola Isolada São Miguel do Rancho Grande, alagada em decorrência da formação do reservatório da Usina Hidroelétrica Itá.

Art. 3º O Estado será representado no ato da permuta pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de setembro de 2009
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 256/09

Declara de utilidade pública a Associação Blumenauense na Luta contra o Câncer - ABLUCAN, com sede no Município de Blumenau.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Blumenauense na Luta contra o Câncer - ABLUCAN, com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de setembro de 2009
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 257/09

Declara de utilidade pública o Clube de Caça e Tiro Itoupava Rega, com sede no Município de Blumenau.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Clube de Caça e Tiro Itoupava Rega, com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de setembro de 2009
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0262.0/2009

A ementa e o artigo 1º do Projeto de Lei nº PL/0262.0/2009 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade Pública a IGNIS planejamento e In-formação ambiental, de Itajaí.

Art. 1º. fica declarada de utilidade Pública a IGNIS Planejamento e In-formação Ambiental, com sede no município de Itajaí".

Sala da Comissão em
Deputado Romildo Titon

APROVADO EM TURNO ÚNICO
Em Sessão de 26/08/09

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 262/09

Declara de utilidade pública a IGNIS Planejamento e In-formação Ambiental, de Itajaí.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a IGNIS Planejamento e Informação Ambiental, com sede no Município de Itajaí.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de setembro de 2009
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 267/09

Declara de utilidade pública a Associação de Dança Tríade, com sede no Município de Itajaí.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Dança Tríade, com sede no Município de Itajaí.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de setembro de 2009
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 273/09

Declara de utilidade pública a Sociedade Recreativa e Esportiva Alvorada, com sede no Município de Blumenau.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Recreativa e Esportiva Alvorada, com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de setembro de 2009
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 274/09

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos do Xadrez - APAX, com sede no Município de Blumenau.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos do Xadrez - APAX, com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de setembro de 2009
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 285/09

Declara de utilidade pública a Associação dos Deficientes Visuais de Brusque e Região, com sede no município de Brusque.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Deficientes Visuais de Brusque e Região, com sede no município de Brusque.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de setembro de 2009
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 286/09

Altera o art. 1º da Lei n. 10.864, de 1998 e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 10.864, de 29 de julho de 1998, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º É facultado aos órgãos e às entidades da administração pública direta e indireta, conceder estágio a aluno matriculado em curso regular de ensino, ou de ensino à distância, mantido pelo poder público ou pela iniciativa privada, com funcionamento autorizado ou reconhecido pelos órgãos competentes. (NR)

Parágrafo único. A fiscalização e a sanção do disposto no *caput*, será definida em regulamento. (NR)"

Art. 2º Esta Lei será regulamentada no prazo de trinta dias, a contar da data de sua publicação nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de julho de 2009
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 296/09

Declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores da Localidade Canelas, com sede no Município de Santa Terezinha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Agricultores da Localidade Canelas, com sede no Município de

Santa Terezinha.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de setembro de 2009
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 297/09

Declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança - Setor Leste - 135, com sede no Município de Blumenau.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança - Setor Leste - 135, com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de setembro de 2009
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 298/09

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Centro de Educação Infantil Professora Leonides H. Westarb, com sede no Município de Blumenau.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Centro de Educação Infantil Professora Leonides H. Westarb, com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de setembro de 2009
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

RELATÓRIO

RELATÓRIO DAS AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS REALIZADOS NO PERÍODO DE 1/8/2009 À 31/8/2009

Quantidade	Material	Fornecedor	Valor Un.	Valor Total
2	LOCAÇÃO DE SALA	BAIA NORTE PALACE HOTEL LTDA	R\$ 350,00	R\$ 700,00
1	LOCAÇÃO DE PROJETO MULTIMÍDIA	BAIA NORTE PALACE HOTEL LTDA	R\$ 140,00	R\$ 140,00
31	LOCAÇÃO DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO PARA VEÍCULOS	BAIA NORTE PALACE HOTEL LTDA	R\$ 8,00	R\$ 248,00
2	SERVIÇO DE COFFEE-BREAK	BAIA NORTE PALACE HOTEL LTDA	R\$ 390,00	R\$ 780,00
2	SERVIÇO DE COFFEE-BREAK	BETINA PETERS ME (RESTAURANTE)	R\$ 390,00	R\$ 780,00
60	REFEICAO - ALMOÇO	BAIA NORTE PALACE HOTEL LTDA	R\$ 25,00	R\$ 1.500,00
60	REFEICAO - ALMOÇO	BETINA PETERS ME (RESTAURANTE)	R\$ 25,00	R\$ 1.500,00
3	SERVIÇO DE SALA (CAFÉ)	BAIA NORTE PALACE HOTEL LTDA	R\$ 13,50	R\$ 40,50
3	SERVIÇO DE SALA (CAFÉ)	BETINA PETERS ME (RESTAURANTE)	R\$ 13,50	R\$ 40,50
5	ADESIVOS DE IMPRESSÃO DIGITAL DE 1,29 X 2,06 M	XRDO COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA	R\$ 358,42	R\$ 1.792,10
1	ADESIVO DE IMPRESSÃO DIGITAL DE 5,30 X 2,45 M	XRDO COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA	R\$ 1.427,80	R\$ 1.427,80
3	IMPRESSORA TÉRMICA ZEBRA MODELO TLP-2844	ETIQUETAS DALLA LTDA.	R\$ 980,00	R\$ 2.940,00
1	FONTE MODELO AC ADAPTER 391173-001 PARA NOTEBOOK 6515B	VJM MANUTENÇÃO EM EQUIPAMENTOS LTDA.	R\$ 390,00	R\$ 390,00
1	MELUMOIDE 1,6MM, PARA CONFECÇÃO DE JUNTA	LOJA DOMINIK LTDA.	R\$ 9,00	R\$ 9,00
1	VIDRO LISO 4 MM, MEDINDO 119 X 100 CM.	EDEMIR PERIM VOLPATO. (ARTEVIDROS)	R\$ 57,00	R\$ 57,00
1	UNIÃO GALVANIZADA DE 2"	LOJA DOMINIK LTDA.	R\$ 12,00	R\$ 12,00
1	UNIÃO GALVANIZADA DE 2"	DOMINIK COMERCIO INDUSTRIA E REPRESENTAÇÕES LTDA	R\$ 12,00	R\$ 12,00
10	PROJETO RET. 1 X 250W E27 ALUM. FUNDIDO PJA250E27 OLIVO	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 55,10	R\$ 551,00
12	LÂMPADA ELÉTRICA 59W 220V 865 BC 4U GOLDEN (LUZ BRANCA)	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 37,30	R\$ 447,60
10	FITA ZEBRADA PARA ISOLAMENTO DE ÁREA	LOJA DOMINIK LTDA.	R\$ 4,05	R\$ 40,50
1	SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO	MARCOS BEHLING - PIS 12527082892	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
1	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO MARTELO ROMPEDOR CAP. 20CM	DOMITEK COM. E ASSIST. TEC. LTDA EPP	R\$ 100,00	R\$ 100,00
3,75	PEDRA DE GRANITO NA COR ANDORINHA	MARMORARIA AS.	R\$ 160,00	R\$ 600,00
1	VIDRO FUME, 10 MM MEDIDA 94,6 X 40 CM	EDEMIR PERIM VOLPATO. (ARTEVIDROS)	R\$ 65,00	R\$ 65,00
1	PLACA EM AÇO ESCOVADO, COM GRAVAÇÃO EM BAIXO RELEVO, 30 X 40 CM, COM MOLDURA EM TRAVENTINO 40 X 50, PARAFUSOS CROMADOS.	ARTE MAXIMA IND. E COM. LTDA	R\$ 780,00	R\$ 780,00
1	PLACA EM AÇO ESCOVADO, COM GRAVAÇÃO EM BAIXO RELEVO, 20 X 30 CM, COM MOLDURA DE TRAVENTINO 26 X 36 CM, PARAFUSOS CROMADOS.	ARTE MAXIMA IND. E COM. LTDA	R\$ 440,00	R\$ 440,00
2	TINTA SPRAY LAZZURIL LATA 300ML	R.R COMERCIO DE TINTAS LTDA.	R\$ 10,42	R\$ 20,84
1	MEMÓRIA DDR2, 667 MHZ DE 2GB	ILHA SERVICE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 79,00	R\$ 79,00
4	LUVA ELETRODUTO EM PVC DE 1"	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 0,88	R\$ 3,52
10	LUVA ELETRODUTO EM PVC DE 2"	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 2,18	R\$ 21,80
6	CURVA ELETRODUTO DE 2" 90° DE PVC	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 4,98	R\$ 29,88
4	CURVA ELETRODUTO DE 1" 90° DE PVC	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 1,83	R\$ 7,32
5	ABRACADEIRA DE 2" EM AÇO GALVANIZADO, TIPO CUNHA DE APERTO	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 1,68	R\$ 8,40
1	HOTEL SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM	MAJESTIC PALECE HOTEL	R\$ 226,28	R\$ 226,28
1	MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO DE SUPORTE DE SEGURANÇA - PORTÃO DE VEÍCULOS	CIMTEL Equipamentos Elétricos Ltda	R\$ 320,00	R\$ 320,00
1	TUBO 30 X 40MM	CIMTEL Equipamentos Elétricos Ltda	R\$ 30,00	R\$ 30,00
3	CABO FIREWIRE 800/400, 9/6 PINOS - 1.5M PARA MACBOOK	MADE4YOU INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 90,00	R\$ 270,00
1	POLTRONA BERLIM, EM COURO, BRAÇOS FIXOS CROMADOS, BASE EM ALUMÍNIO POLIDO, COM REGULAGEM E RODÍZIOS.	UNIT SOLUTIONS LTDA	R\$ 2.978,00	R\$ 2.978,00
1000	BOTON FUNDIDO PARA IDENTIFICAÇÃO PARLAMENTAR	TROFÉU PRIME COMERCIAL DE TROFEUS E PREST. DE SERV. GRAF. LTDA -	R\$ 3,66	R\$ 3.660,00
12	PILHA SECA NAO RECARREGAVEL ALCALINA, TAMANHO GRANDE, D, 1,5 VOLTS CARTELA COM 2 UN	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE)	R\$ 12,80	R\$ 153,60
10	MALETA ARQUIVO, EM POLIPROPILENO, COM ALÇA, COM 10 PASTAS SUSPENSAS	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 36,00	R\$ 360,00
1	CONDICIONADOR DE PORCELANAS (ÁCIDO FLUORÍDRICO A 10%)	DENTAL CENTER (PRODOCTOR)	R\$ 17,00	R\$ 17,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	HELGA REGINA BRESCIANI- PIS:12189236969	R\$ 2.100,00	R\$ 2.100,00
12	PILHA SECA NAO RECARREGAVEL ALCALINA, TAMANHO GRANDE, D, 1,5 VOLTS CARTELA COM 2 UN	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE)	R\$ 2,60	R\$ 31,20
4	CABO PARA GRAVADOR 2MT	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 4,50	R\$ 18,00
4	TRANSFORMADOR 220V/100V-60W	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 21,00	R\$ 84,00

20	RODIZIO GIRATORIO COM RODA DE BORRACHA	COMPENSADOS FERNANDES LTDA - FILIAL BARREIROS	R\$ 8,90	R\$ 178,00
1	SECADOR ELETRICO 220W,DE MÃO PARA CABELO	LOLA NOVIDADES LTDA - ME (MARY)	R\$ 112,00	R\$ 112,00
1	PISTOLA COLA QUENTE	LOLA NOVIDADES LTDA - ME (MARY)	R\$ 13,20	R\$ 13,20
1	PISTOLA COLA QUENTE	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 13,20	R\$ 13,20
10	ALCOOL 73,4 GEL PARA HIGIENIZAÇÃO (GALÃO 5 LITROS)	COMERCIAL VITÓRIA DE ARMARINHOS.	R\$ 26,90	R\$ 269,00
1	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE PINTURA	GPL - CONTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA	R\$ 7.948,37	R\$ 7.948,37
1	VALE TRANSPORTE MUNICIPAL DIVERSOS	SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO DA GRANDE FLORIANOPOLIS	R\$ 1.892,10	R\$ 1.892,10
15	RESERVATORIO PARA SABONETE, ALCOOL GEL, COM DISPENSADOR EM PLASTICO	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE)	R\$ 26,80	R\$ 402,00
5	ALCOOL 73,4 GEL PARA HIGIENIZAÇÃO (GALÃO 5 LITROS)	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE)	R\$ 38,00	R\$ 190,00
1	PERSIANA HORIZONTAL EM ALUMÍNIO 16 MM, MEDIDA 1,57 X 1,80	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS	R\$ 217,14	R\$ 217,14
1	PERSIANA HORIZONTAL EM ALUMÍNIO 16 MM, MEDIDA 1,01 X 2,30	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS	R\$ 178,64	R\$ 178,64
1	PERSIANA HORIZONTAL EM ALUMÍNIO 16 MM, MEDIDA 1,01 X 1,77	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS	R\$ 137,06	R\$ 137,06
1	PERSIANA HORIZONTAL EM ALUMÍNIO 16 MM, MEDIDA 0,80 X 2,30	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS	R\$ 141,68	R\$ 141,68
1	PERSIANA HORIZONTAL EM ALUMÍNIO 16 MM, MEDIDA 0,44 X 0,52	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS	R\$ 92,40	R\$ 92,40
1	LOCAÇÃO DE TEATRO PARA AUDIÊNCIA PUBLICA	TEATRO MUNICIPAL ELIAS ANGELONI DE CRICIÚMA	R\$ 1.360,00	R\$ 1.360,00
1	PORTA DE GIRO DUAS FOLHA COM VENEZIANA	OLADIZA ESQUADRIAS ALUMINIO LTDA-ME	R\$ 780,00	R\$ 780,00
1	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE GUARDA CORPO EM AÇO INOXIDAVEL	GPL - CONTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA	R\$ 929,00	R\$ 929,00
2	CONFEÇÃO DE GUARDA CORPO COM 2" (DOIS) TUBO DE AÇO INOXIDAVEL COM 1,00 M DA ALTURA E DIAMETRO 2", FIXADOS EM BASE COM CHAPAS CONFECCIONADAS COM DIAMETRO DE 5" . POLICARBONATO COM DIMENSÃO 110 X 90 (LXH) FIXADOS AOS TUBOS	GPL - CONTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA	R\$ 1.218,00	R\$ 2.436,00
2	CONFEÇÃO DE GUARDA CORPO COM 2" (DOIS) TUBOS DE AÇO INOX IDAVEL COM 1,00 M DE ALTURA E DIAMETRO DE 2",FIXADOS EM BASES COM CHAPAS CONFECCIONADA COM DIAMETRO DE 5" POLICARBONATO COM DIMENSÃO 60 X 90 (L XH FIXADOS AOS TUBOS	GPL - CONTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA	R\$ 1.044,00	R\$ 2.088,00
1	CONFEÇÃO DE GUARDA CORPO COM 2" (DOIS) TUBOS DE AÇO INOX IDAVEL COM 1,00 M DE ALTURA E DIAMETRO DE 2",FIXADORES EM BASE COM CHAPAS CONFECCIONADA COM DIAMETRO DE 5' POLICARBONATO COM DIMENSÃO 145 X 90 (L XH FIXADOS AOS TUBOS	GPL - CONTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA	R\$ 1.044,00	R\$ 1.044,00
1	CONFEÇÃO DE GUARDA CORPO COM 2" (DOIS) TUBOS DE AÇO INOX IDAVEL COM 1,00 M DE ALTURA E DIAMETRO DE 2",FIXADORES EM BASE COM CHAPAS CONFECCIONADA COM DIAMETRO DE 2' POLICARBONATO COM DIMENSÃO 150 X 90 (L XH FIXADOS AOS TUBOS	GPL - CONTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA	R\$ 1.392,00	R\$ 1.392,00
25	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO GAROPABA/FLORIANÓPOLIS	PAULOTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA	R\$ 15,45	R\$ 3.893,40
42	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO PAULO LOPES/FLORIANÓPOLIS	PAULOTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA	R\$ 9,70	R\$ 407,40
42	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO GAMBOA/FLORIANÓPOLIS	PAULOTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA	R\$ 11,80	R\$ 495,60
42	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO PALHOÇA/FLORIANÓPOLIS	AUTO VIAÇÃO IMPERATRIZ LTDA.	R\$ 3,55	R\$ 149,10
42	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/FLORIANÓPOLIS	RODOVIARIA SANTA TEREZINHA LTDA.	R\$ 4,40	R\$ 184,80
1	CONTRATAÇÃO DE MUSICO PARA APRESENTAÇÃO EM SESSÃO SOLENE	ASSOCIAÇÃO DOS MUSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE (AMUSPE)	R\$ 750,00	R\$ 750,00
150	REFEICAO COFFE BREAK	KABUTZ - BAR E EVENTOS LTDA	R\$ 5,00	R\$ 750,00
1	HOTEL SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM	RCD EMPREENDIMENTO LTDA (MAJESTIC HOTEL)	R\$ 812,36	R\$ 812,36
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	H DANTAS & DANTAS LTDA-ME	R\$ 289,72	R\$ 289,72
100	TUBO DE VIDRO COM FUNDO CÔNICO COM ESCALA 11CM X 15 MM	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R\$ 2,80	R\$ 280,00
100	TUBO DE ENSAIO DE VIDRO SIMPLES 7,5 CM X 10 MM	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R\$ 0,23	R\$ 23,00
100	TUBO DE ENSAIO DE VIDRO SIMPLES 10 CM X 8 MM	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R\$ 0,26	R\$ 26,00
100	TUBO DE ENSAIO DE VIDRO SIMPLES 10 CM X 15 MM	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R\$ 0,36	R\$ 36,00

10	CAFÉ TORRADO EM GRÃOS	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 21,00	R\$ 210,00
1	MESA EM AÇO INOX ESCOVADO DE 130 X 80 M	DEVANT MOVEIS LTDA - ME	R\$ 1.492,05	R\$ 1.492,05
3	CADEIRA TUBULAR ESTOFADA EM INOX	DEVANT MOVEIS LTDA - ME	R\$ 353,05	R\$ 1.059,15
8	BANQUETA EM ESTRUTURA TUBULAR DE AÇO INOX	DEVANT MOVEIS LTDA - ME	R\$ 515,98	R\$ 4.127,84
4	TRANSFORMADOR EM 210	LOLA NOVIDADES LTDA - ME (MARY)	R\$ 12,00	R\$ 48,00
18	CLIPS PLÁSTICO	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 1,89	R\$ 34,02
50	BOTON FUNDIDO PARA IDENTIFICAÇÃO PARLAMENTAR	TROFÉU PRIME COMERCIAL DE TROFEUS E PREST. DE SERV. GRAF. LTDA -	R\$ 9,40	R\$ 470,00
4	BOÍJA ELÉTRICA DE NÍVEL	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 42,50	R\$ 170,00
20	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CADEIRAS	DECORARTE FLRICULTURA	R\$ 6,50	R\$ 130,00
6	LOCAÇÃO DE TOALHAS PARA MESA	DECORARTE FLRICULTURA	R\$ 20,00	R\$ 120,00
1	LOCAÇÃO DE TOALHA PARA MESA TAMNHO GRANDE	DECORARTE FLRICULTURA	R\$ 100,00	R\$ 100,00
6	ARRANJOS DE FLORES EM COLUNA	DECORARTE FLRICULTURA	R\$ 100,00	R\$ 600,00
5	ARRANJO DE FLORES PEQUENO	DECORARTE FLRICULTURA	R\$ 30,00	R\$ 150,00
2	ARRANJO DE FLORES LATERAL	DECORARTE FLRICULTURA	R\$ 100,00	R\$ 200,00
1	ARRANJO DE FLORES GRANDE	DECORARTE FLRICULTURA	R\$ 100,00	R\$ 100,00
1	CONERTO DE APARELHO DE FAX BROTHER	OFICINA SCHLEMPER LTDA.	R\$ 95,00	R\$ 95,00
3	CATÉTER NASAL DE SILICONE (TIPO ÓCULOS)	PRAIANA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. (SANTA APOLONIA)	R\$ 1,10	R\$ 3,30
5	PADES DE LUVAS ESTÉRIL (7.5)	PRAIANA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. (SANTA APOLONIA)	R\$ 1,15	R\$ 5,75
4	ALGODÃO EM ROLO DE 500G	PRAIANA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. (SANTA APOLONIA)	R\$ 8,80	R\$ 35,20
2	ESCOVINHAS DE PLÁSTICO PARA LIMPEZA DE MATERIAL CIRÚRGICO	PRAIANA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. (SANTA APOLONIA)	R\$ 1,75	R\$ 3,50
1	LOCAÇÃO DE MESA PARA AUTORIDADES	BLUMEN LANDHAUS EVENTOS E PROMOÇÕES LTDA	R\$ 215,00	R\$ 215,00
1	LOCAÇÃO DE ARRANJOS COM PLANTAS VERDES E REFLETOR	BLUMEN LANDHAUS EVENTOS E PROMOÇÕES LTDA	R\$ 120,00	R\$ 120,00
2	ARRANJO DE FLORES LATERAL	BLUMEN LANDHAUS EVENTOS E PROMOÇÕES LTDA	R\$ 100,00	R\$ 200,00
4	ARRANJOS DE FLORES EM COLUNA	BLUMEN LANDHAUS EVENTOS E PROMOÇÕES LTDA	R\$ 100,00	R\$ 400,00
1	ARRANJOS DE FLORES MÉDIOS	BLUMEN LANDHAUS EVENTOS E PROMOÇÕES LTDA	R\$ 300,00	R\$ 300,00
2	ARRANJOS DE PONTA DE MESA	BLUMEN LANDHAUS EVENTOS E PROMOÇÕES LTDA	R\$ 35,00	R\$ 70,00
35	LOCAÇÃO DE CADEIRAS COM CAPAS	BLUMEN LANDHAUS EVENTOS E PROMOÇÕES LTDA	R\$ 3,00	R\$ 105,00
24	GARRAFA DE AGUA MINERAL	BLUMEN LANDHAUS EVENTOS E PROMOÇÕES LTDA	R\$ 1,00	R\$ 24,00
2	COPO PLÁSTICO P/ÁGUA 180 ML	BLUMEN LANDHAUS EVENTOS E PROMOÇÕES LTDA	R\$ 8,00	R\$ 16,00
5	BOLSAS EM ACRILICO PARA PAPEL TAMANHO 'A4'	FRANCISCO PERES MORAES COMUNICAÇÃO VISUAL ME (CARAMURÚ)	R\$ 29,40	R\$ 147,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	DATUAL INSTITUTO DE PESQUISA E ASSESSORIA ECONÔMICA LTDA	R\$ 900,00	R\$ 900,00
1	UNIÃO GALVANIZADA DE 2"	LOJA DOMINIK LTDA.	R\$ 41,27	R\$ 41,27
18,88	PELICULA JATEADA EM POLIESTER	DAILHA COM. E COLOCAÇÃO DE PELICULAS ME LTDA.(APLICARFILM)	R\$ 35,00	R\$ 660,80
7	CARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL	WHITE MARTINS GASES IND. LTDA.	R\$ 26,00	R\$ 182,00
1	CILINDRO (CASCO) DE OXIGÊNIO MEDICINAL TIPO K	WHITE MARTINS GASES IND. LTDA.	R\$ 1.176,69	R\$ 1.176,69
200	CONSTITUICAO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A	R\$ 15,00	R\$ 3.000,00
1	VÁLVULA REGULADORA DE OXIGÊNIO MEDICINAL	WHITE MARTINS GASES IND. LTDA.	R\$ 230,00	R\$ 230,00
1	VÁLVULA REGULADORA DE OXIGÊNIO MEDICINAL	GASTEC COM. DISTR. DE GÁS LTDA.	R\$ 230,00	R\$ 230,00
1	CONCERTO NO CARRO DE TRANSPORTE DE ENCADERNAÇÃO E SERVIÇO DE REPROGRAMAÇÃO DO PROGRAMA DE AUTOMATIZAÇÃO DE UMA ENCADERNADORA RICALL.	PRESTEC PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.	R\$ 395,00	R\$ 395,00
1	PORTA SANFONADA COM MEDIDAS 80 X 210CM NA COR MARFIM	DIVISÃO FORROS E CARPETES.	R\$ 210,00	R\$ 210,00
1	LOCAÇÃO DE MALHA TENSIONADA	TORRES EVENTOS	R\$ 600,00	R\$ 600,00
2	LOCAÇÃO DE BIOMBOS	TORRES EVENTOS	R\$ 300,00	R\$ 600,00
4	TINTA PARA CARIMBO COR PRETA	C C IND. E COM. DE CARIMBOS (CASA DOS CARIMBOS)	R\$ 10,00	R\$ 40,00
3	REFIL PARA CARIMBO Q-30	C C IND. E COM. DE CARIMBOS (CASA DOS CARIMBOS)	R\$ 10,00	R\$ 30,00
2	REFIL PARA CARIMBO L-30	C C IND. E COM. DE CARIMBOS (CASA DOS CARIMBOS)	R\$ 9,00	R\$ 18,00
1	REFIL PARA CARIMBO L - 20	C C IND. E COM. DE CARIMBOS (CASA DOS CARIMBOS)	R\$ 7,00	R\$ 7,00

1	CARIMBOS DE MADEIRA	C C IND. E COM. DE CARIMBOS (CASA DOS CARIMBOS)	R\$ 15,00	R\$ 15,00
1	CARIMBO PELICULA Q-30	C C IND. E COM. DE CARIMBOS (CASA DOS CARIMBOS)	R\$ 9,00	R\$ 9,00
2	CARIMBO PELICULA L-30	C C IND. E COM. DE CARIMBOS (CASA DOS CARIMBOS)	R\$ 6,00	R\$ 12,00
1	CARIMBO PELICULA L-20	C C IND. E COM. DE CARIMBOS (CASA DOS CARIMBOS)	R\$ 5,00	R\$ 5,00
1	CARIMBO MARCADOR Q30	C C IND. E COM. DE CARIMBOS (CASA DOS CARIMBOS)	R\$ 30,00	R\$ 30,00
4	CARIMBO MARCADOR L-50	C C IND. E COM. DE CARIMBOS (CASA DOS CARIMBOS)	R\$ 33,00	R\$ 132,00
8	CARIMBO MARCADOR L-40	C C IND. E COM. DE CARIMBOS (CASA DOS CARIMBOS)	R\$ 23,00	R\$ 184,00
1	CARIMBO MARCADOR L-30	C C IND. E COM. DE CARIMBOS (CASA DOS CARIMBOS)	R\$ 17,00	R\$ 17,00
19	CARIMBO MARCADOR L-20	C C IND. E COM. DE CARIMBOS (CASA DOS CARIMBOS)	R\$ 15,00	R\$ 285,00
1	MESA REDONDA COM 75 CM DE DIAMÉTRO COM JUNCO.	A.J. GERBER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	R\$ 953,00	R\$ 953,00
1	VASO COM ARRANJO	A.J. GERBER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	R\$ 785,00	R\$ 785,00
1	TAPETE TIPO PERSA 2,40 X 2,40M COM FRANJAS	A.J. GERBER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	R\$ 1.790,00	R\$ 1.790,00
1	MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS DE GESSO, PINTURA E REMOÇÃO COM REINSTALAÇÃO DE PONTOS ELÉTRICOS E LÓGICOS.	ABSOLUTO DIVISÓRIAS E PISOS	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
10	DIVISÓRIAS DE GESSO ACARTONADO TIPO STANDARD, ESP. 90MM, ESTRUTURA COM PERFIS METÁLICOS. COM LÃ DE VIDRO 50 MM.	ABSOLUTO DIVISÓRIAS E PISOS	R\$ 148,00	R\$ 1.480,00
2	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÕES OFICIAIS	R\$ 292,00	R\$ 584,00
2	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA LTDA.	R\$ 435,00	R\$ 870,00
1	ROSCAS EM TUBO ELETRODUTO	TORNOTEK VENDAS CONserto E LOCAÇÃO DE EQUIP. LTDA	R\$ 60,00	R\$ 60,00
10	PASTA POLIONDAS 20 MM	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 1,25	R\$ 12,50
2	PAPEL CONTACT TRANSPARENTE	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 42,99	R\$ 85,98
30	BLOCO PARA RECADO ANOTE E COLE 102 X 76 AMARELO	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 1,42	R\$ 42,60
10	ALCOOL EM GEL	COMERCIAL VITÓRIA DE ARMARINHOS.	R\$ 28,90	R\$ 289,00
1	CONserto DE POLTRONA PATRIMÔNIO 24.049 DA PRESIDÊNCIA.	ALEXANDRE DE OLIVEIRA - CADEIRAS ME.	R\$ 60,00	R\$ 60,00
1	CONserto DE CADEIRA SEM PATRIMÔNIO DO GABINETE DO DEPUTADO CESAR SOUZA JR.	ALEXANDRE DE OLIVEIRA - CADEIRAS ME.	R\$ 135,00	R\$ 135,00
1	CONserto DE CADEIRA SEM PATRIMÔNIO DA COORDENADORIA DE INFORMÁTICA.	ALEXANDRE DE OLIVEIRA - CADEIRAS ME.	R\$ 135,00	R\$ 135,00
1	CONserto DE CADEIRA S/P DA LIDERANÇA DO PT.	ALEXANDRE DE OLIVEIRA - CADEIRAS ME.	R\$ 110,00	R\$ 110,00
1	CONserto DE CADEIRA S/P DA COORDENADORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS.	ALEXANDRE DE OLIVEIRA - CADEIRAS ME.	R\$ 185,00	R\$ 185,00
1	CONserto DE CADEIRA PATRIMÔNIO 29.621 DA COORDENADORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS.	ALEXANDRE DE OLIVEIRA - CADEIRAS ME.	R\$ 170,00	R\$ 170,00
1	CONserto DE CADEIRA PATRIMÔNIO 28.090 DO GABINETE DO DEPUTADO MARCOS VIEIRA.	ALEXANDRE DE OLIVEIRA - CADEIRAS ME.	R\$ 125,00	R\$ 125,00
1	CONserto DE CADEIRA PATRIMÔNIO 27.023 DA LIDERANÇA DO PT.	ALEXANDRE DE OLIVEIRA - CADEIRAS ME.	R\$ 75,00	R\$ 75,00
1	CONserto DE CADEIRA PATRIMÔNIO 27.020 DA LIDERANÇA DO PT.	ALEXANDRE DE OLIVEIRA - CADEIRAS ME.	R\$ 75,00	R\$ 75,00
1	CONserto DE CADEIRA PATRIMÔNIO 25.582 DA PROCURADORIA.	ALEXANDRE DE OLIVEIRA - CADEIRAS ME.	R\$ 135,00	R\$ 135,00
1	CONserto DE CADEIRA PATRIMÔNIO 25.058 DA COORDENADORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS.	ALEXANDRE DE OLIVEIRA - CADEIRAS ME.	R\$ 90,00	R\$ 90,00
1	CONserto DE CADEIRA PATRIMÔNIO 25.055 DA COORDENADORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS.	ALEXANDRE DE OLIVEIRA - CADEIRAS ME.	R\$ 110,00	R\$ 110,00
1	CONserto DE CADEIRA PATRIMÔNIO 24.935 DA COORDENADORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS.	ALEXANDRE DE OLIVEIRA - CADEIRAS ME.	R\$ 110,00	R\$ 110,00
1	CONserto DE CADEIRA PATRIMÔNIO 24.180 DA COORDENADORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS.	ALEXANDRE DE OLIVEIRA - CADEIRAS ME.	R\$ 120,00	R\$ 120,00
1	CONserto DE CADEIRA PATRIMÔNIO 23.658 DA COORDENADORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS.	ALEXANDRE DE OLIVEIRA - CADEIRAS ME.	R\$ 75,00	R\$ 75,00
1	CONserto DE CADEIRA PATRIMÔNIO 22.833 DA COORDENADORA DE LICITAÇÕES.	ALEXANDRE DE OLIVEIRA - CADEIRAS ME.	R\$ 110,00	R\$ 110,00
1	CONserto DE CADEIRA PATRIMÔNIO 22.539 DO GABINETE DO DEPUTADO EDISON ANDRINO.	ALEXANDRE DE OLIVEIRA - CADEIRAS ME.	R\$ 95,00	R\$ 95,00
1	CONserto DE CADEIRA PATRIMÔNIO 22.526 DO GABINETE DO DEPUTADO JÚLIO GARCIA.	ALEXANDRE DE OLIVEIRA - CADEIRAS ME.	R\$ 110,00	R\$ 110,00
1	CONserto DE CADEIRA PATRIMÔNIO 20.519 DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA E TECNOLOGIA.	ALEXANDRE DE OLIVEIRA - CADEIRAS ME.	R\$ 75,00	R\$ 75,00
1	CONserto DE CADEIRA PATRIMÔNIO 20.519 DA COORDENADORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS.	ALEXANDRE DE OLIVEIRA - CADEIRAS ME.	R\$ 110,00	R\$ 110,00
1	CONserto DE CADEIRA PATRIMÔNIO 20.306 DO GABINETE DO DEPUTADO ROMILDO TITON.	ALEXANDRE DE OLIVEIRA - CADEIRAS ME.	R\$ 170,00	R\$ 170,00

1	CONCERTO DE CADEIRA PATRIMÔNIO 19.378 DA COORDENADORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS.	ALEXANDRE DE OLIVEIRA - CADEIRAS ME.	R\$ 90,00	R\$ 90,00
1	CONCERTO DE CADEIRA PATRIMÔNIO 19.376 DA COORDENADORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS.	ALEXANDRE DE OLIVEIRA - CADEIRAS ME.	R\$ 90,00	R\$ 90,00
1	CONCERTO DE CADEIRA PATRIMÔNIO 19.375 DA COORDENADORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS.	ALEXANDRE DE OLIVEIRA - CADEIRAS ME.	R\$ 75,00	R\$ 75,00
1	CONCERTO DE CADEIRA PATRIMÔNIO 18.813 DA DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS.	ALEXANDRE DE OLIVEIRA - CADEIRAS ME.	R\$ 110,00	R\$ 110,00
1	CONCERTO DE CADEIRA PATRIMÔNIO 18.140 DA GERÊNCIA DO ALMOXARIFADO.	ALEXANDRE DE OLIVEIRA - CADEIRAS ME.	R\$ 145,00	R\$ 145,00
1	CONCERTO DE CADEIRA PATRIMÔNIO 15.774 DA COORDENADORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS.	ALEXANDRE DE OLIVEIRA - CADEIRAS ME.	R\$ 75,00	R\$ 75,00
1	CONCERTO DE BANQUETA PATRIMÔNIO 29.821 DA COORDENADORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS.	ALEXANDRE DE OLIVEIRA - CADEIRAS ME.	R\$ 35,00	R\$ 35,00
1	TRAVESSEIRO AROMÁTICO LAVANDA	ANA LUCIA M. LOPES GELBCKE - ME (SIMILIBUS FARMÁCIA)	R\$ 42,00	R\$ 42,00
2	ÓLEOS ESSENCIAS DE MANGERONA	ANA LUCIA M. LOPES GELBCKE - ME (SIMILIBUS FARMÁCIA)	R\$ 50,24	R\$ 100,48
2	ÓLEOS ESSENCIAIS DE YLANG-YLANG	ANA LUCIA M. LOPES GELBCKE - ME (SIMILIBUS FARMÁCIA)	R\$ 44,48	R\$ 88,96
2	ÓLEOS ESSENCIAIS DE MENTA	ANA LUCIA M. LOPES GELBCKE - ME (SIMILIBUS FARMÁCIA)	R\$ 34,40	R\$ 68,80
2	ÓLEOS ESSENCIAIS DE LIMÃO	ANA LUCIA M. LOPES GELBCKE - ME (SIMILIBUS FARMÁCIA)	R\$ 14,24	R\$ 28,48
2	ÓLEOS ESSENCIAIS DE LARANJA	ANA LUCIA M. LOPES GELBCKE - ME (SIMILIBUS FARMÁCIA)	R\$ 9,60	R\$ 19,20
2	ÓLEOS ESSENCIAIS DE JUNÍPERO	ANA LUCIA M. LOPES GELBCKE - ME (SIMILIBUS FARMÁCIA)	R\$ 37,28	R\$ 74,56
2	ÓLEOS ESSENCIAIS DE GERÂNIO	ANA LUCIA M. LOPES GELBCKE - ME (SIMILIBUS FARMÁCIA)	R\$ 41,60	R\$ 83,20
2	ÓLEOS ESSENCIAIS DE BERGAMOTA	ANA LUCIA M. LOPES GELBCKE - ME (SIMILIBUS FARMÁCIA)	R\$ 31,52	R\$ 63,04
2	ÓLEO VEGETAL DE SEMENTE DE UVA	ANA LUCIA M. LOPES GELBCKE - ME (SIMILIBUS FARMÁCIA)	R\$ 26,00	R\$ 52,00
1	LOCAÇÃO DE SERVIÇO DE SOM PARA SESSÃO SOLENE.	QUALITY'S TRANSPORTES E SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO	R\$ 1.250,00	R\$ 1.250,00
2	PEN DRIVE CAPACIDADE DE 4.0 GB	COMPUTER SHOP	R\$ 38,00	R\$ 76,00
1	CONCERTO DE GRAVADOR PAT.18441	QUALITY'S TRANSPORTES E SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO	R\$ 75,00	R\$ 75,00
1	CONCERTO DE GRAVADOR PAT.18439	QUALITY'S TRANSPORTES E SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO	R\$ 40,00	R\$ 40,00
1	CONCERTO DE GRAVADOR PAT.17262	QUALITY'S TRANSPORTES E SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO	R\$ 50,00	R\$ 50,00
1	CONCERTO DE GRAVADOR PAT.17258	QUALITY'S TRANSPORTES E SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO	R\$ 45,00	R\$ 45,00
1	CONCERTO DE GRAVADOR PAT.16513	QUALITY'S TRANSPORTES E SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO	R\$ 20,00	R\$ 20,00
1	CONCERTO DE GRAVADOR PAT.12123	QUALITY'S TRANSPORTES E SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO	R\$ 30,00	R\$ 30,00
1	CONCERTO DE GRAVADOR PAT.11557	QUALITY'S TRANSPORTES E SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO	R\$ 30,00	R\$ 30,00
1	CONCERTO DE GRAVADOR PAT.11548	QUALITY'S TRANSPORTES E SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO	R\$ 20,00	R\$ 20,00
1	CONCERTO DE GRAVADOR PAT.11546	QUALITY'S TRANSPORTES E SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1	CONCERTO DE GRAVADOR PAT. 17261.	QUALITY'S TRANSPORTES E SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO	R\$ 40,00	R\$ 40,00
2	CHAPA DE COMPENSADO SARRAFIADO 18MM VIROLA	COMPENSADOS FERNANDES - MATRIZ	R\$ 84,40	R\$ 168,80
1	LIMPEZA E DESENTUPIMENTO DA REDE INTERNA DE ESGOTO	DESENTUPIDORA FLORIANÓPOLIS LTDA	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00
40	SOQUETE ESPECIAL DE CERÂMICA 10 A 1000V 5 KV	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 20,00	R\$ 800,00
1	BATERIA PARA PLACA MÃE CR 2032 3V	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 1,50	R\$ 1,50
1	ROLINHO PARA APOIO DAS PERNA DE 20X40 CM AZUL	FISIOBLATT COMERCIAL LTDA	R\$ 35,00	R\$ 35,00
1	CUNHA PARA POSICIONAMENTO NA COR AZUL DE 49 X 30	FISIOBLATT COMERCIAL LTDA	R\$ 60,00	R\$ 60,00
1	KIT VENTOSA COM 17 COPOS	FISIOBLATT COMERCIAL LTDA	R\$ 147,00	R\$ 147,00
5	MOXA CHINESA COM GINSENG E CANELA	FISIOBLATT COMERCIAL LTDA	R\$ 2,90	R\$ 14,50
5	APONG C/ ADESIVO	FISIOBLATT COMERCIAL LTDA	R\$ 32,00	R\$ 160,00
2	HAN SOL 30 X 40 CABO ESPIRAL COM INOX CAIXA C/1000	FISIOBLATT COMERCIAL LTDA	R\$ 120,00	R\$ 240,00
8	AGULHA AURICULAR 1.0 MM C/ MICROPORE	FISIOBLATT COMERCIAL LTDA	R\$ 2,90	R\$ 23,20
1	LOCAÇÃO DE MAQUINA DE CAFÉ	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 495,00	R\$ 495,00
2	BANDEJA DESENHADA 23 X 9	FISIOBLATT COMERCIAL LTDA	R\$ 18,80	R\$ 37,60
1	RESUMO DE DIREITO ADMINISTRATIVO - AUTOR LEANDRO VELLOSO	EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA (OAB)	R\$ 31,90	R\$ 31,90
10	LIMITE DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - AUTOR MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS	EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA (OAB)	R\$ 79,20	R\$ 79,20

1	DIREITO E POLÍTICA - AUTOR ALMIRE PAZZIANOTTO PINTO	EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA (OAB)	R\$ 13,20	R\$ 13,20
1	DESAPOSENÇÃO - FÁBIO ZAMBITTE IBRAIM	EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA (OAB)	R\$ 19,90	R\$ 19,90
1	CONSTITUIÇÃO FEDERAL COMENTADA OU ANOTADA - AUTOR LEANDRO PAULSEN	EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA (OAB)	R\$ 205,50	R\$ 205,50
1	CÓDIGO TRIBUTÁRIO À LUZ DA DOCTRINA E DA JURISPRUDÊNCIA - AUTOR LEANDRO PAULSEN	EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA (OAB)	R\$ 264,00	R\$ 264,00
2	LOCAÇÃO DE MAQUINA DE CAFÉ	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 270,00	R\$ 540,00
1	VADE-MÉCUM FORENSE	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A	R\$ 65,03	R\$ 65,03
4	FONE HEADSET COM MICROFONE	NYPO COMERCIO DE AUDIO, VIDEO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	R\$ 704,40	R\$ 2.817,60
10	MÁSCARAS CIRURGICAS MODELO N95	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R\$ 95,00	R\$ 950,00
3	ATEK CONJUNTO DIGITAL HALÓGENA 800W COM BOLSA AT-675	FAMA COMÉRCIO DE ARTIGOS FOTOGRAFICOS LTDA - ME	R\$ 634,74	R\$ 1.904,22
10	TUBO DE SELANTE POLIURETANO NP-1 300ML	TECNISUL DISTR. PRODUTOS TÉCNICOS P/ CONSTRUÇÃO LTDA (DIPROTEC)	R\$ 16,00	R\$ 160,00
6	TUBO DE ESPUMA EXPANSIVA DE POLIURETANO REAPROVEITÁVEL 500 ML	TECNISUL DISTR. PRODUTOS TÉCNICOS P/ CONSTRUÇÃO LTDA (DIPROTEC)	R\$ 27,00	R\$ 162,00
2	CIRCUITO INTEGRADO STR-Z 2012 PARA IMPRESSORA HP LASERJET M 1005 MFP	BROTHERS TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (VESETEM)	R\$ 98,00	R\$ 196,00
10	LUVAS PARA PROCEDIMENTOS DESCARTEVAIS DE LATEX TAM. M	PRAIANA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. (SANTA APOLONIA)	R\$ 21,45	R\$ 214,50
10	LUVAS PARA PROCEDIMENTOS DESCARTEVAIS DE LATEX TAMANHO "P"	PRAIANA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. (SANTA APOLONIA)	R\$ 21,05	R\$ 210,50
10	LUVAS PARA PROCEDIMENTOS DESCARTEVAIS DE VINIL TAM. P	PRAIANA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. (SANTA APOLONIA)	R\$ 25,00	R\$ 250,00
5	LUVAS PARA PROCEDIMENTOS DESCARTEVAIS DE LATEX TAM. G	PRAIANA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. (SANTA APOLONIA)	R\$ 21,05	R\$ 105,25
10	LUVAS DE PROCEDIMENTOS DESCARTEVAIS DE VINIL TAM. M	PRAIANA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. (SANTA APOLONIA)	R\$ 25,00	R\$ 250,00
5	LUVAS DE PROCEDIMENTOS DESCARTEVAIS DE VINIL TAM. G	PRAIANA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. (SANTA APOLONIA)	R\$ 25,00	R\$ 125,00
30	MÁSCARA CIRURGICAS COM ELÁSTICO	PRAIANA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. (SANTA APOLONIA)	R\$ 17,45	R\$ 523,50
1	LOCAÇÃO DE MAQUINA DE CAFÉ	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 400,00	R\$ 400,00
1	CONTRATO ADMINISTRATIVO - AUT. IVAN BASBOSA RIGOLIN	AKI DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 43,20	R\$ 43,20
1	QUADRO LOUSA BRANCO MEDINDO 2,00 X 1,20 CM	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 98,95	R\$ 98,95
1	PRÁTICA DE DIREITO AMBIENTAL	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A	R\$ 35,20	R\$ 35,20
1	DO PROCESSO LEGISLATIVO (MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO) - EDT. SARAIVA ED. ÚLTIMA	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A	R\$ 71,60	R\$ 71,60
1	INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL-TEORIA & DIREITO PÚBLICO- 1ª EDIÇÃO - 2ª TRIAGEM	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A	R\$ 48,00	R\$ 48,00
1	PORTA DUREX	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 12,55	R\$ 12,55
1	CODIGO CIVIL COMENTADO 10ª EDIÇÃO	EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA (OAB)	R\$ 268,80	R\$ 268,80
1	CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL COMENTADO 8ª EDIÇÃO	EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA (OAB)	R\$ 48,80	R\$ 48,80
10	SEU PLANTÃO FISCAL - DICIONARIO DO ICMS DE A a Z - SANTA CATARINA - 8ª EDIÇÃO	EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA (OAB)	R\$ 72,00	R\$ 72,00
1	ÇÃO RESCISÓRIA COMENTADA - AUT. JOSÉ E. CARREIRA AVIM EDT. JURUA ED. ÚLTIMA	EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA (OAB)	R\$ 39,20	R\$ 39,20
1	CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL COMENTADO 4ª EDIÇÃO	EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA (OAB)	R\$ 166,40	R\$ 166,40
1	SERVIÇOS TÉCNICOS NA REDE DE ENERGIA ESTABILIZADA E NA SUBESTAÇÃO DE ENERGIA DA ALTA TENSÃO	POWER ENGENHARIA LTDA	R\$ 570,00	R\$ 570,00
5	BANDEIRA - MUNICIPIO CATARINENSE TAM. 112X116 CM, EM CETIM COM ROSETA	SULBANDEIRAS COMERCIO LTDA.	R\$ 100,00	R\$ 500,00
1	BALCÃO, MEDINDO 1,35M COM 4 GAVETAS E 2 PORTAS, REVESTIDA EM LÂMINA DE MADEIRA NA COR CARVALHO BIANCO, E COM PINTURA PU.	MARIO MÓVEIS LTDA	R\$ 1.290,00	R\$ 1.290,00
1	TORNEIRA PARA AGUA FRIA, 1/4 DE VOLTA, CROMADA	MARIO MÓVEIS LTDA	R\$ 320,00	R\$ 320,00
1	TELEFONE MÓVEL SATELITEL QUALCOMM GSP 1600	GLOBALSTAR DO BRASIL S.A.	R\$ 1.790,00	R\$ 1.790,00
12	SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL VIA SATELITE	GLOBALSTAR DO BRASIL S.A.	R\$ 643,15	R\$ 7.717,80
1	ELETRODUTO FERRO GALVANIZADO 3/4" COM 3M	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 21,80	R\$ 21,80
2	DISJUNTOR TRIFASICO 35 AMPERES	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 37,66	R\$ 75,32

2	CONECTOR PRENSA-CABO CZ 3/4"	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 4,42	R\$ 8,84
2	CONDULETE ALUMÍNIO COM TAMPA TIPO LL 1"	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 11,90	R\$ 23,80
1	SILICONE SPRAY	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 8,60	R\$ 8,60
3	LIXEIRA DE PLÁSTICO COM PEDAL CAPACIDADE 25 LITROS	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE)	R\$ 59,80	R\$ 179,40
20	LÂMPADA ELETRÔNICA 20W/220V 840 BRANCA 2U	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 7,50	R\$ 150,00
20	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 28W 840 T5	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 12,00	R\$ 240,00
20	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 14W 840 T5	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 8,00	R\$ 160,00
20	REATOR ELETRÔNICO 2X14W BIVOLT AFP T5	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 29,00	R\$ 580,00
20	LÂMPADA DICRÓICA 35W 12V 36G ECONÔMICA HALOSPOT	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 3,50	R\$ 70,00
20	LÂMPADA AR111 35W 12V 8G ECONÔMICA HALOSPOT	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 12,62	R\$ 252,40
20	LÂMPADA AR111 35W 12V 8G ECONÔMICA HALOSPOT	FOCO COM. MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (LUMINAR)	R\$ 12,62	R\$ 252,40
20	LÂMPADA AR 111 35W 12V 24G ECONÔMICA HALOSPOT	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 9,46	R\$ 189,20
20	LÂMPADA AR 111 35W 12V 24G ECONÔMICA HALOSPOT	FOCO COM. MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (LUMINAR)	R\$ 9,46	R\$ 189,20
20	LÂMPADA ELÉTRICA 13/14W 220V 840 BRANCA ESPIRAL	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 8,98	R\$ 179,60
20	LÂMPADA ELÉTRICA 13/14W 220V 840 BRANCA ESPIRAL	FOCO COM. MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (LUMINAR)	R\$ 8,98	R\$ 179,60
20	LÂMPADA AR 70 50W 12V 24G HALOSPOT	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 12,08	R\$ 241,60
20	LÂMPADA AR 70 50W 12V 24G HALOSPOT	FOCO COM. MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (LUMINAR)	R\$ 12,08	R\$ 241,60
20	REATOR ELETRÔNICO 2X28W BIVOLT AFP T5	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 22,10	R\$ 442,00
20	REATOR ELETRÔNICO 2X28W BIVOLT AFP T5	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 22,10	R\$ 442,00
20	LÂMPADA LED HIGH POWER 12W 6 LEDS PAR 30 AMARELA 2700K 220V	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 237,70	R\$ 4.754,00
20	LÂMPADA LED HIGH POWER 12W 6 LEDS PAR 30 AMARELA 2700K 220V	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 237,70	R\$ 4.754,00
1	GRANITO, MEDINDO 1,40 M, NA COR PRETO SÃO GABRIEL COM CUBA TRAMONTINA REDONDA AUTO BRILHO	MARIO MÓVEIS LTDA	R\$ 890,00	R\$ 890,00
10	CAPACITOR ELETROLÍTICO 180MF 30V PEQUENO	INFOTEAM INFORMÁTICA (TK INFORMÁTICA)	R\$ 0,70	R\$ 7,00
20	CAPACITOR ELETROLÍTICO 470MF 25V PEQUENO	INFOTEAM INFORMÁTICA (TK INFORMÁTICA)	R\$ 0,70	R\$ 14,00
20	CAPACITOR ELETROLÍTICO 1000MF 25V PEQUENO	INFOTEAM INFORMÁTICA (TK INFORMÁTICA)	R\$ 1,50	R\$ 30,00
6	PONTA DE ESTAÇÃO DE SOLDA TS-900	INFOTEAM INFORMÁTICA (TK INFORMÁTICA)	R\$ 8,00	R\$ 48,00
10	MOSFET 2SK2645	INFOTEAM INFORMÁTICA (TK INFORMÁTICA)	R\$ 6,00	R\$ 60,00
10	BATERIA PARA PLACA MÃE CR 2032 3V	NCR MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA.	R\$ 2,50	R\$ 25,00
100	CONECTOR ARJ 45 MACHO	NCR MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA.	R\$ 0,50	R\$ 50,00
100	CONECTOR RJ 45 FEMEA	NCR MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA.	R\$ 4,00	R\$ 400,00
10	FITA ISOLANTE MEDINDO 20 METROS	NCR MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA.	R\$ 2,25	R\$ 22,50
10	FUSIVEL PEQUENO 2,5 AMPERES	NCR MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA.	R\$ 0,25	R\$ 2,50
15	FUSIVEL PEQUENO 5 AMPERES	NCR MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA.	R\$ 0,25	R\$ 3,75
6	LIMPA CONTATO SPRAY AEROSOL 300ML	NCR MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA.	R\$ 14,00	R\$ 84,00
3	PASTA TÉRMICA	NCR MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA.	R\$ 8,00	R\$ 24,00
10	PARES DE PONTEIRAS PARA MULTITESTE	NCR MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA.	R\$ 5,00	R\$ 50,00
2	ARRANJO PARA COLUNA	VERDE GARDEM CENTER COMÉRCIO DE FLORES E PLANTAS LTDA.	R\$ 175,00	R\$ 350,00
2	CACHEPOT AÇO 50X60X45	VERDE GARDEM CENTER COMÉRCIO DE FLORES E PLANTAS LTDA.	R\$ 893,00	R\$ 1.786,00
8	Vs CIMENTO MODELO 210M	VERDE GARDEM CENTER COMÉRCIO DE FLORES E PLANTAS LTDA.	R\$ 187,60	R\$ 1.500,80
12	Sc PEDRA DE MARMORE	VERDE GARDEM CENTER COMÉRCIO DE FLORES E PLANTAS LTDA.	R\$ 12,90	R\$ 154,80
2	PLEOMELE 2M ALTURA	VERDE GARDEM CENTER COMÉRCIO DE FLORES E PLANTAS LTDA.	R\$ 375,00	R\$ 750,00
8	PALMEIRA CHAAMEDORA	VERDE GARDEM CENTER COMÉRCIO DE FLORES E PLANTAS LTDA.	R\$ 112,00	R\$ 896,00
88	KALANCHOE PT15	VERDE GARDEM CENTER COMÉRCIO DE FLORES E PLANTAS LTDA.	R\$ 5,90	R\$ 519,20
2	FITA ETIQUETADORA BROTHER (18 MM) TZFX - 241	DELTA CABLE TELEINFORMÁTICA COM. REP. C. LTDA	R\$ 78,13	R\$ 156,26
2	FITA ETIQUETADORA BROTHER (09 MM) TZS - 221	DELTA CABLE TELEINFORMÁTICA COM. REP. C. LTDA	R\$ 66,53	R\$ 133,06
1	HOTEL SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM	HOTEL ALIANÇA ESPRESS S.A	R\$ 137,60	R\$ 137,60
2	BANNER IMPRESSÃO DIGITAL MEDINDO 100X200 CM	MARIO DE SOUZA E CIA LTDA (MULTIART)	R\$ 113,00	R\$ 226,00
1	BANNER EM IMPRESSÃO DIGITAL COM MEDIDAS DE 2,5M X 0,5 M	MARIO DE SOUZA E CIA LTDA (MULTIART)	R\$ 83,00	R\$ 83,00
1	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÕES OFICIAIS	R\$ 256,00	R\$ 256,00
1	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA LTDA.	R\$ 435,00	R\$ 435,00

*** X X X ***